

VOLUME I

TERRITORIALIDADES EM ANÁLISE E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS

ORGANIZADORES

Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
André Cutrim
Adolfo da Costa Oliveira Neto

GAPTA/UFPA
BELÉM
2023



TERRITORIALIDADES EM ANÁLISE E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS

Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
André Cutrim Carvalho
Adolfo da Costa Oliveira Neto

Organizadores

Volume I

GAPTA/UFPA
Belém
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E
MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor da UFPA: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Líder do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta

Editor de Publicações do GAPTA: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Revisão Textual: Gustavo Saldivar

Foto da Capa: Parque Seringal de Ananindeua, Pará

Arte Gráfica da Capa: Beatriz Aviz

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Afonso do Ó – Universidade do Algarve

Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA

Profa. Dra. Cynthia Simmons – Florida University

Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA

Prof. Dr. Eduardo Shiavone Cardoso – UFSM

Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento – UFC

Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA

Prof. Dr. José Sobreiro Filho – UFPA

Profa. Dra. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV

Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD

Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ

Profa. Dra. Maria de Fátima Nunes Carvalho - IPBEJA

Prof. Dr. Robert Walker – Florida University

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP

Prof. Dr. Otávio Jose Lemos Costa – UECE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Territorialidades em análise e pesquisas socioambientais [livro eletrônico] : volume I / organização Christian Nunes da Silva...[et al.]. -- 1. ed. -- Belém, PA : Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA/UFPA, 2023.
PDF.

Vários autores.

Outros organizadores: João Marcio Palheta da Silva, André Cutrim Carvalho, Adolfo Costa Oliveira Neto.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87842-11-0

1. Gerenciamento socioambiental
2. Desenvolvimento socioespacial
3. Desenvolvimento sustentável - Aspectos ambientais
4. Gestão ambiental
5. Levantamentos socioambientais
6. Pesquisas
7. Projetos socioambientais
8. Sustentabilidade ambiental
9. Territorialidade I. Silva, Christian Nunes da. II. Silva, João Marcio Palheta da. III. Carvalho, André Cutrim. IV. Oliveira Neto, Adolfo Costa.

23-143729

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Socioambientalismo : Educação ambiental 304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de responsabilidade exclusiva do (s) autor (es).

Todos os direitos reservados Ed. GAPTA/UFPA

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO

PARQUES URBANOS EM ANANINDEUA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA) 15
Aline Reis de Oliveira ARAÚJO; Gilberto de Miranda ROCHA

O BAIRRO TERRA FIRME NO CONTEXTO DA PERIFERIZAÇÃO NAS BAIXADAS DO SUL DA CIDADE DE BELÉM (PA) 45
Antônio Carvalho FERREIRA; Helder Santos COELHO; Robson Patrick Brito do NASCIMENTO

PESCA E ATIVIDADE PORTUÁRIA EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SC): TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM QUESTÃO 63
Daniela Feyb WAGNER; Eduardo Schiavone CARDOSO

O URBANO E O AGRÁRIO EM MARABÁ (PA): A INTERFASE DO CIRCUITO INFERIOR 81
Mauro Emilio Costa SILVA; Júlio César SUZUKI

A CONCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE, SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE 109
Alan Tiago CORRÊA; Gisalda Carvalho FILGUEIRAS; Oriana Trindade de ALMEIDA; Dimitri Sergei Filgueiras BESSA; Sérgio Luiz de Medeiros RIVERO

PECUÁRIA, CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE E USO DO TERRITÓRIO EM NOVO REPARTIMENTO (PA) ENTRE 1995 E 2020 135
Mílvia da Silva RIBEIRO; João Santos NAHUM

**TRANSFORMAÇÕES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
O AVANÇO DA FRONTEIRA E A DICOTOMIA
DESENVOLVIMENTO X CONSERVAÇÃO**

*Monique Helen Cravo Soares FARLAS; André Cutrim
CARVALHO; Norma Ely Santos BELTRÃO; Cleber Assis dos
SANTOS; Christian Nunes da SILVA*

159

**O DIREITO EM PERSPECTIVAS
TRANSDISCIPLINARES: PARTILHAS COM A
CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

*Roberto Magno REIS NETTO; Jorge Fabricio dos SANTOS; Clay
Anderson Nunes CHAGAS*

191

PREFÁCIO

A presente obra, intitulada “**Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais**”, foi organizada em torno de um objetivo basilar: apresentar uma série de conceitos e definições em torno da categoria territorialidade – um entendimento oriundo diretamente da noção de território, sob uma perspectiva de concepção interdisciplinar.

Este livro foi constituído a partir de um processo colaborativo entre professores(as), estudantes e pesquisadores(as) que se destacaram e qualificaram as discussões de pesquisa neste espaço de debate interdisciplinar. Resulta, também, de movimentos de articulação intra e interinstitucionais e, principalmente, de ações de incentivo à ciência através do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que congrega pesquisadores renomados dos mais variados campos do conhecimento e de diferentes Instituições do Ensino Superior de abrangência (inter)nacional, inclusive.

No Brasil, em especial na Amazônia, seja por falta de conhecimento da realidade in loco, ou por ignorar determinadas particularidades contidas nos territórios brasileiros, os formuladores de políticas públicas têm cometido o erro crasso de desconsiderar as múltiplas territorialidades da região. Nas palavras de Claude Raffestin (1993, p. 160), influente geógrafo suíço, a territorialidade representa “(...) um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis”¹.

¹ Ver RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

Logo, a territorialidade deve ser compreendida como um conceito multifacetado, pois como afirma o Professor-Pesquisador Carlos Santos (2009, p. 05) da Universidade Federal de Rondônia (UFRO) “(...) o território é delimitação e a territorialidade é controle. O que se busca é a ampliação da participação na gestão territorial”². De fato, uma maior participação na gestão territorial do país é condição essencial para alcançar o desenvolvimento.

A heterogeneidade espacial-regional do Brasil é, em parte, produto da herança histórica da forma de ocupação e expansão das regiões em território nacional, bem como da gestão de sua territorialidade que sempre foi tratada de forma despretensiosa, com pouca participação da sociedade civil organizada e, em vários momentos da história, carente de planejamento, atenção e organização.

Sobre essa questão, Bertha Koiffmann Becker (2010, p. 19-20), importante geógrafa brasileira, observa que “O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. (...) A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial”³.

A atual conjuntura do país, no entanto, mostra que o desempenho da economia brasileira não pode ocorrer de forma predatória quanto ao uso dos recursos naturais, e pouco eficiente no campo da gestão ambiental, principalmente se tratando de

² Ver SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, vol. 13, set-dez, Ano 11, 2009.

³ Ver BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.* Belém, v.5, n.1, p. 17-23, jan-abril, 2010.

Amazônia que, ao lado da Antártida, é considerada por muitos pesquisadores como sendo uma das últimas fronteiras de recursos naturais do planeta.

Assim, na medida em que o processo de ocupação do homem tem avançado consideravelmente por dentro da floresta amazônica, tem ocorrido uma destruição quanti-qualitativa (e irreversível) dos seus recursos ambientais. É essa mentalidade tão vil e ultrapassada, de que uma área de floresta derrubada/desmatada vale mais do que uma área de floresta preservada, que precisa mudar urgentemente!

Do ponto de vista científico, pode-se discorrer, ainda, sobre a existência dos muitos impactos ambientais que recaem sobre a esfera social, prioritariamente aqueles que aprofundam a pobreza, o círculo vicioso da miséria e da desigualdade na região, e que afetam todos os povos e comunidades da Amazônia. Entretanto, os impactos ambientais causados pelo modelo atual de desenvolvimento confirmam a existência de danos (praticamente) irreversíveis à biodiversidade, aumento considerável da poluição ambiental e das mudanças climáticas, e, até mesmo, problemas de saúde-sanitária que foram agravados pela crise pandêmica de Covid-19.

Essa condição é muito clara, particularmente quando se analisa o tratamento errático e negacionista da “causa ambiental”, por parte do (des)governo Bolsonaro, o que acabou colaborando para o enfraquecimento da territorialidade e o incremento recorde das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, inclusive desestimulando as boas práticas de políticas ambientais adotadas em um passado recente.

Na verdade, o modelo de crescimento econômico vigente – não confundir crescimento com desenvolvimento econômico, só tem aprofundado as desigualdades sociais inter-regionais, até porque o êxito de uma economia deve ser constatado não apenas por estatísticas impessoais, maniqueísmos políticos-ideológicos, ou

pela disseminada “mão invisível” do mercado, mas sim pelo aumento da renda e bem-estar-social do povo brasileiro, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, tais como: ribeirinhos, caboclos, quilombolas, povos indígenas, entre outros que vivem, exclusivamente, da terra e da floresta e que mantêm uma relação indissolúvel com a natureza, de tal forma que a destruição de um pode levar ao fim por completo do outro (e vice-versa).

De fato, o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para reduzir todas as formas de desigualdades (setorial, espacial e regional) devido à natureza política e social do sistema capitalista contemporâneo. Desta forma, o desenvolvimento que se deve pensar para a Amazônia brasileira deve apresentar um tripé baseado no crescimento econômico no sentido da eficiência e da melhoria dos indicadores de crescimento do produto (PIB); melhor distribuição de renda (equidade) em um país com tantos desequilíbrios sociais e, atualmente, a preservação ambiental circunscrita, especialmente, na sustentabilidade da região amazônica.

Isto requer, é claro, uma mudança na forma que os problemas sociais, econômicos e, fundamentalmente, ambientais são tratados pelo país. Para que isso aconteça, porém, é imperativo a adoção de políticas públicas de gestão ambiental em prol da sustentabilidade e de uma gama maior de investimentos econômicos na região. Como assevera Becker (2010, p. 22) “(...) As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável”⁴.

Fica claro que para alcançar um desenvolvimento que leve em consideração a territorialidade, é preciso incorporar a sociedade amazônica como principal protagonista sócio-política de um

⁴ *Ibidem*, p. 22.

verdadeiro desenvolvimento sustentável. Daí a necessidade de envolver um número maior de Instituições, Universidades, *policy makers*, estadistas, a própria iniciativa privada (mercado), representantes dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), jornalistas e a sociedade civil organizada em prol da sustentabilidade ambiental, para que seja possível romper, de uma vez por todas, com o atraso secular de uma região tão importante para o Brasil como é a Amazônia.

Percebe-se, desta forma, que dada à complexidade do assunto, apenas uma plêiade de professores, estudantes e pesquisadores reuniria condições de debater tais questões sob uma égide interdisciplinar. Talvez por isso o termo hiperbólico, no sentido de exagerado, sirva para melhor descrever com precisão e em diferentes aspectos aquilo que será revelado nos estudos e observações a seguir.

É nesse contexto, portanto, que este livro se faz oportuno e necessário ao trazer à baila uma série de trabalhos e pesquisas que procuraram colocar a territorialidade em análise ante as pesquisas socioambientais por meio das seguintes seções/capítulos. São eles:

1. Parques urbanos em Ananindeua, na região metropolitana de Belém (PA). Autores(as): Aline Reis de Oliveira ARAÚJO; Gilberto de Miranda ROCHA.
2. O bairro terra firme no contexto da periferização nas baixadas do sul da cidade de Belém (PA). Autores(as): Antônio Carvalho FERREIRA; Helder Santos COELHO; Robson Patrick Brito do NASCIMENTO.
3. Pesca e atividade portuária em São Francisco do Sul (SC): territorialidades e territórios em questão. Autores(as): Daniela Feyh WAGNER; Eduardo Schiavone CARDOSO.
4. O urbano e o agrário em Marabá (PA): a interfase do circuito inferior. Autores(as): Mauro Emilio Costa SILVA; Júlio César SUZUKI.
5. A concepção sobre o meio ambiente, sob o olhar dos estudantes

de uma universidade da Região Norte. Autores(as): Alan Tiago CORRÊA; Gisalda Carvalho FILGUEIRAS; Oriana Trindade de ALMEIDA; Dimitri Sergei Filgueiras BESSA; Sérgio Luiz de Medeiros RIVERO.

6. Pecuária, censo agropecuário do IBGE e uso do território em Novo Repartimento (PA) entre 1995 e 2020. Autores(as): Mílvio da Silva RIBEIRO; João Santos NAHUM.

7. Transformações na Amazônia brasileira: o avanço da fronteira e a dicotomia desenvolvimento \times conservação. Autores(as): Monique Helen Cravo Soares FARIAS; André Cutrim CARVALHO; Norma Ely Santos BELTRÃO; Cleber Assis dos SANTOS; Christian Nunes da SILVA.

8. O direito em perspectivas transdisciplinares: partilhas com a ciência geográfica. Autores(as): Roberto Magno REIS NETTO; Jorge Fabricio dos SANTOS; Clay Anderson Nunes CHAGAS.

Definitivamente, é uma obra que não poderia ser mais atual, relevante e bem-vinda. Por fim, não menos importante, deixo o meu mais sincero agradecimento aos autores e autoras das seções/capítulos desta obra e, também, para todos os pesquisadores e pesquisadores do GAPTA/UFPA pelo inestimável apoio nesta jornada, particularmente ao Professor Doutor Christian Nunes da Silva.

Enfim, uma boa leitura a todos e todas!

Cordialmente,

Prof. Pós-Dr. André Cutrim Carvalho
Doutor em Desenvolvimento Econômico
Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP
Professor-Pesquisador do PPGEDAM/NUMA/UFPA

PARQUES URBANOS EM ANANINDEUA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Aline Reis de Oliveira Araújo¹
Gilberto de Miranda Rocha²

INTRODUÇÃO

O município de Ananindeua, localizado na Mesorregião Metropolitana de Belém (PA)⁵, margeado pelo rio Maguari, ao norte, e pelo Guamá, ao sul, possui uma área de 190,50 km², distribuída entre 23 bairros e nove ilhas (ANANINDEUA, 2006), apresenta grande concentração urbana, visto que 99,8% da população vive nos 98,49 km² da área municipal, e, segundo dados do IBGE (2021), possui uma população estimada em 540.410 habitantes e uma densidade média de 2.759,6 hab./km².

O crescimento populacional de Ananindeua está relacionado à expansão de Belém, a metrópole regional, influenciada pelos projetos de integração e de desenvolvimento regionais, propostos pelo Estado brasileiro no contexto da difusão capitalista global, principalmente a partir de 1960. O município apresenta dados populacionais representativos da força destes processos, passando de 20.330 habitantes, em 1960, para 540.410, segundo dados estimados pelo IBGE em 2021.

¹ Doutoranda em Geografia-PPGEO UFPA, atuante na formação docente em Geografia, educação ambiental e meio ambiente urbano. Professora da educação básica, técnica e tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFPA. E-mail: geografaalinereis@yahoo.com.br

² Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Diretor Geral do Núcleo de Meio Ambiente. Pesquisador Produtividade (PQ2 Cnpq). E-mail: gilrocha@ufpa.br

⁵ A região metropolitana de Belém possui 3.565,783 km² e é composta pelos municípios de Belém, de Ananindeua, de Marituba, de Benevides, de Santa Izabel do Pará, de Santa Bárbara do Pará e de Castanhal, segundo dados do IBGE (2019), apresentando uma população de aproximadamente 2.505.242 habitantes.

A ausência de planejamentos urbanos sustentável e integrado no âmbito municipal contribuiu para a incidência de diversas problemáticas ambientais locais, como a redução da cobertura vegetal. Estudo realizado por Araújo e Rocha (2021) mostra que a perda de cobertura vegetal no período de 1984 a 2019 foi de aproximadamente 30,564 km², o equivalente a 21,7% do território municipal. Junior e Filho (2016) afirmam que a degradação dos ecossistemas naturais que circundam as cidades é uma das principais causas de falta de resiliência urbana, pois deles depende a regulação climática. Cabe ressaltar, ainda, que espaços verdes públicos nas cidades, além de cumprirem a necessária função ecológica, devem desempenhar tarefas paisagísticas e sociais.

Para Benini e Constantino (2017), parques e áreas verdes podem conectar espaços e pessoas e devem ser vistos, a partir da perspectiva da organização da paisagem, como elementos da infraestrutura verde, ou seja, o verde deve ser pensado como elemento estruturante, tanto na concepção de planejamento quanto na implementação de políticas públicas.

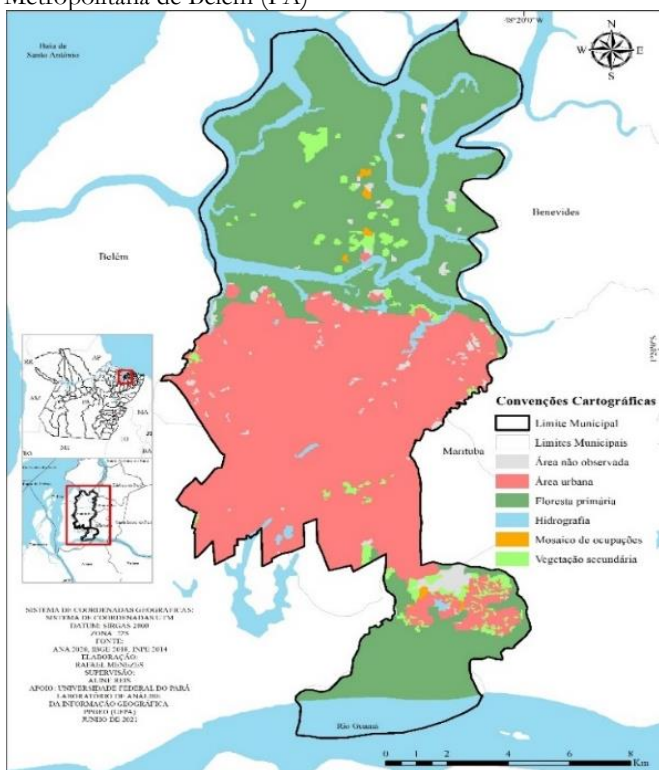
Esse artigo objetiva apresentar uma leitura sobre os parques urbanos em Ananindeua, cidade situada na Região Metropolitana de Belém (PA), enquanto espaços verdes públicos, que apresentam múltiplas funções e potencialidades de uso no contexto de um município que vivenciou, sob a lógica capitalista, acelerados processos de produção de um espaço urbano marcadamente fragmentado e articulado e de uma paisagem com aspectos segregacionistas, atualmente carente, sobretudo, da disposição e do usufruto de ambientes verdes coletivos, seguros, inclusivos e acessíveis.

A BUSCA POR CIDADES AMAZÔNICAS MAIS VERDES

O crescimento das cidades e os processos de urbanização e suas implicações têm se constituído em temas cada vez mais debatidos, globalmente. No Brasil, os processos de crescimento

das cidades se acentuam, concomitantemente às problemáticas ambientais urbanas. Observamos um aumento acentuado na urbanização brasileira, pois a população urbana saltou de 45%, em 1960, para 86%, em 2021 (IBGE, 2021). Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) (2021) apontam que, em 2030, mais de 90% da população brasileira viverá em cidades, e a Região Norte brasileira já apresenta 75,9% de sua população morando em cidades.

Figura 1 – Mapa de uso e ocupação do solo no município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (PA)



Fonte: elaborado por Menezes e por Reis (LAIG-UFFPA), a partir de ANA (2020), de IBGE (2018) e de INPE (2014)

O rápido crescimento populacional do município de Ananindeua, principalmente a partir de 1960, é explicado no contexto do processo de metropolização de Belém, marcado por dois momentos ímpares, designadores de sua forma urbana e de caracteres concentrador e compacto e, posteriormente, disperso ou desconcentrado: entre os anos 1980 e 1990, parte da ocupação e da produção do espaço urbano nas porções norte e sul do município se dão, a partir da BR-316, direcionadas pelos empreendimentos imobiliários e pela dotação de infraestruturas urbanas, por parte do Estado; e outra parte deriva das ocupações espontâneas das terras municipais (Figura 1).

Esse processo, que se estende, na porção norte, em direção às ilhas e, na porção sul, em direção ao Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), ao Quilombo do Abacatal e ao rio Guamá, encontra-se acelerado. As atuais concentrações de cobertura vegetal urbana são representadas por condomínios de alto e de médio padrões de renda, por alguns conjuntos habitacionais, como o Júlia Seffer, por clubes recreativos, como a AABB, por áreas institucionais, por unidades de conservação, por cemitérios, pela insalubre área próxima ao antigo lixão do Aurá e, ainda, por faixas marginais de proteção de igarapés, de furos e de canais.

Rodrigues (2020) apresentou dados recentes, indicando novas tendências na ocupação e na produção do espaço urbano ananindeuense, marcadas pela concentração de pessoas, de serviços e de comércios em cinco zonas de crescimento e de expansão: BR-316; Mário Covas; Cidade Nova; Curuçambá; e Maguari (Cláudio Sanders).

É importante contextualizar que a expansão das cidades nos países da periferia do sistema capitalista foi caracterizada por evidentes desigualdades socioespaciais no espaço urbano, expressas, de acordo com Mendonça (2016), na concentração de renda, nas injustiças sociais, nas más condições de vida, nos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), na degradação e poluição do ar e cursos hídricos, na insuficiência e debilidade do saneamento ambiental, nos elevados índices de doenças e mortalidade, na insuficiência e precariedade das condições de

trabalho, escolaridade e moradia, no descaso com a produção e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, etc. Essa caracterização é nítida em Ananindeua, em que encontramos alto percentual de moradias em aglomerados subnormais (IBGE, 2010), baixos indicadores de saneamento básico, com destaque para a atual crise de gestão dos resíduos sólidos na região metropolitana, baixa e/ou desigual cobertura vegetal na cidade, poucos espaços públicos para o lazer, entre outros aspectos.

No cenário internacional, o Brasil assumiu uma posição de protagonista nas conferências e nos debates ambientais, trazendo a demanda de operacionalizar, na escala nacional, as proposições acordadas em âmbito global. O conceito de sustentabilidade ganha força e passa a ser amplamente debatido nas esferas acadêmicas, por parte dos movimentos socioambientais, da sociedade em geral e do poder público. Acselrad (2009) designa sustentabilidade, pois, a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição de recursos ambientais — ou, em sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, editada pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2015, consolida pautas atuais sobre a sustentabilidade, fixando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem concretizados por países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como signatário da Agenda 2030, o Estado brasileiro assumiu os compromissos de formular e de efetivar políticas públicas que garantam o cumprimento dos 17 ODS. No âmbito nacional, amparamo-nos no Estatuto da Cidade e na efetividade dos planos diretores para pensarmos a gestão ambiental urbana, dentro das perspectivas integrada e ambiental desejadas.

O ODS nº 11 dispõe sobre a necessidade de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, a partir de processos de planejamento e de gestão integrados e eficientes, com ênfase no fortalecimento da

proteção aos patrimônios cultural e natural do mundo, além de proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças e para pessoas idosas e com deficiência.

A Nova Agenda Urbana (NAU) é um documento orientado à ação, que definiu padrões globais para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável. A NAU contribui para a implementação e para a localização da Agenda 2030, considerando o alcance do desenvolvimento sustentável e suas metas. Dentre os diversos objetivos da NAU para as cidades, destacamos, no âmbito deste trabalho, os relacionados ao cumprimento das funções social e ecológica da terra.

Comprometemo-nos a promover a criação e a manutenção de redes bem conectadas e bem distribuídas de espaços públicos abertos, multifuncionais, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade; melhorar a resiliência das cidades a catástrofes e mudanças climáticas, incluindo inundações, secas e ondas de calor; melhorar a segurança alimentar e a nutrição, a saúde física e mental, a qualidade do ar ambiente e doméstico; reduzir a poluição sonora e promover cidades, paisagens urbanas e assentamentos humanos atrativos e habitáveis; e priorizar a conservação de espécies endêmicas (Meta 67 NAU/ONU) (ONU, 2019)

OS PARQUES NAS PAISAGENS URBANAS

Em função dos diferentes usos, das formas e da relação sociedade e natureza, identificamos uma diversidade de tipos de parques, a exemplo dos parques sustentáveis, ecológicos, naturais, tradicionais, lineares, temáticos e bosques urbanos, principalmente.

Macedo e Sakata (2010) consideram como parque todo espaço de uso público, qualquer que seja o seu tipo, destinado à recreação de massa e capaz de incorporar intenções de conservação, cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é,

não é diretamente influenciada, em sua configuração, por nenhuma estrutura construída em seu entorno. Outras definições podem ser encontradas, como as que consideram parque todo espaço público de lazer ou de conservação, que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio, seja uma área com milhares de metros quadrados.

Os parques urbanos brasileiros apresentam diferenças nas propostas de uso e nas formas, conforme seus períodos históricos de idealização e de implantação. A partir do século XVIII, tais diferenças estiveram intimamente relacionadas ao processo de urbanização, com a mudança de comportamentos e de valores sociais, e às influências francesa e inglesa, junto à elite brasileira; e, a partir do século XX, as dessemelhanças atenderam, também, aos estabelecimentos do debate ambiental e da Agenda 2030, articulada entre a ONU e os países signatários.

Os parques urbanos no Brasil do século XIX desempenhavam um papel muito diferente daquele observado no século XXI, constituindo importante elemento urbano, cujo uso era quase exclusivo das elites locais que residiam em suas proximidades.

Durante os anos de 1950 e de 1960, nas cidades de maiores concentração e crescimento populacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, os espaços ao ar livre para o lazer de massa se tornaram escassos, águas, rios e riachos, antes usados para o lazer e para a prática de esportes náuticos, passaram a ser depósitos de lançamentos de efluentes, completamente poluídos, e as terras vazias, usadas para diferentes práticas esportivas, para lazer e para contemplação, passaram a ser esquadrinhadas para a implantação da malha urbana.

Observaram-se, na segunda metade do século XX, a rapidez na implantação e o aumento na diversidade de parques, cujas novas funções, como as esportivas, as explicitamente definidas como ecológicas — de conservação de recursos naturais —, as de lazeres cultural e sinestésico — com brinquedos eletrônicos mecânicos e com espaços cenográficos temáticos —, têm suas bases em uma morfologia mais simplificada, que

resguarda traços da vegetação nativa, característica que irá se manter nos parques modernos, conforme afirmam Macedo e Sakata (2010).

Esse parque moderno, caracterizado pela sua função mista, de usos contemplativo, recreativo e ecológico, será consolidado nos anos 1970, enquanto, na década de 1980, o debate ecológico, associado à qualidade de vida urbana, contribuirá para o estabelecimento da institucionalidade da agenda ambiental, traduzido na criação de estruturas municipal, estadual e federal de gestão de parques e de áreas verdes.

Os parques temáticos, em geral privados, conhecidos também como feiras de exposição e parques de diversão, constituíram-se como principais formas de lazer em diferentes lugares do mundo. Suas caracterizações encerram, por exemplo, a idealização e a representação de diferentes cenários ou lugares reais ou imaginários, com o uso intensivo de brinquedos e de jogos eletrônicos. Muitos dos parques temáticos existentes na atualidade se inspiraram na proposta do famoso Parque da Disneylândia, inaugurado em 1955.

De acordo com Sakata (2018), o conjunto dos parques criados no Brasil no século XXI pode ser considerado ecológico, se for levado em conta o discurso que o justifica. Se o processo de urbanização foi rápido, desigual e avassalador, em especial nas regiões mais populosas no Brasil, o Código Florestal impôs a criação de um estoque de áreas para parques, quando adotou a necessidade de reserva de faixas, ao longo dos cursos d'água, o que tem sido fragilmente respeitado, naturalmente, sobretudo nas médias e nas grandes cidades. Reservar este estoque é importante; é um recurso para que as cidades possam fazer parques no médio e no longo prazos. A localização pode não ser conveniente, do ponto de vista da demanda, e pode não haver muitas condições de gerir as áreas no presente e de vir a conectá-las no futuro, mas, no contexto de cidades não desenhadas, foi um modo de abrir possibilidades (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 341).

A criação de novos parques na malha urbana, já no século XXI, foi diretamente influenciada pelo avanço da legislação

ambiental, traduzida em, pelo menos, quatro questões: efeito dos debates sobre educação ambiental na sociedade, demandando ações ambientais, por parte dos governos; amparo dado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação à criação de unidades de conservação estaduais e municipais; concepção de áreas de preservação permanente (APP), que incluíram margens de rios e de lagoas, independentemente de estas estarem em espaços rurais ou urbanos; e estabelecimento de instrumentos para captação de recursos de compensações ambientais, para criar ou requalificar parques.

É importante dizer que os parques podem ser classificados como unidades de conservação e, no Brasil, estas são consideradas áreas protegidas (assim como áreas de preservação permanente³, reservas legais e terras indígenas e quilombolas). De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação são espaços territoriais, cujos componentes abrangem suas águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas, pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES URBANOS

Os parques, aqui compreendidos como espaços/áreas verdes, possuem importância singular no ambiente urbano. Ribeiro (2010, p. 38) observa a relevância da presença de água e de vegetação nas cidades, para, entre outras coisas, possibilitar

³ A Resolução CONAMA nº 302, de 20/03/2002, estabeleceu que a APP tem a “[...] função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”. A APP é constituída pela flora-floresta e pelas demais formas de vegetação (Art. 2º caput e 3º caput do Código Florestal), pela fauna, pelo solo, pelo ar e pelas águas (leis nº 4.771/1965 e nº 7.803/1989 e, ainda, Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002).

microclimas agradáveis, transformar e purificar gases tóxicos e agentes químicos, garantir ambiente favorável à reprodução da vida animal e proporcionar um apelo estético aos diferentes lugares.

Kuo (2003 apud MASCARÓ; MASCARÓ, 2015, p. 27) afirma que a presença de árvores e de 'natureza próxima' nas comunidades humanas gera numerosos benefícios psicossociais; a ocorrência de árvores em bairros de alta densidade reduz os níveis de medo e contribui para comportamentos menos violentos e agressivos.

Outro benefício ou serviço que pode ser observado, planejado e utilizado nas cidades é a compreensão da vegetação urbana como indutora do desenvolvimento econômico de uma municipalidade ou região, a partir dos diferentes empregos advindos da manutenção de áreas verdes, como produção local de alimentos (redução de custos com transporte), a partir de práticas agrossilviculturais, de materiais para a medicina, de produtos florestais não madeireiros (forragem para animais, materiais para construção e combustíveis para trabalhos manuais), de programas de utilização da madeira velha e de usos relacionados com a atividade turística.

Santana *et al.* (2010, p. 6) observam que as características do espaço urbano, nas suas múltiplas dimensões, e as práticas de ordenamento e de planejamento do território podem afetar positiva ou negativamente o bem-estar e a saúde das populações, sendo tão ou mais importantes do que as características dos indivíduos na compreensão das questões de saúde.

A análise da temática em questão se desenvolve no contexto de ocorrência da Covid-19, doença infecciosa transmitida pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), deflagrada como pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em fevereiro de 2020, e referenciada, por esta geração, como uma experiência transformadora de valores e de comportamentos humanos, com aspectos e desdobramentos desiguais, conforme seus diferentes lugares de manifestação. Cada país respondeu de uma forma à propagação e ao combate do vírus, ainda que a maioria tenha se baseado nas recomendações da OMS. Nesse processo, as cidades,

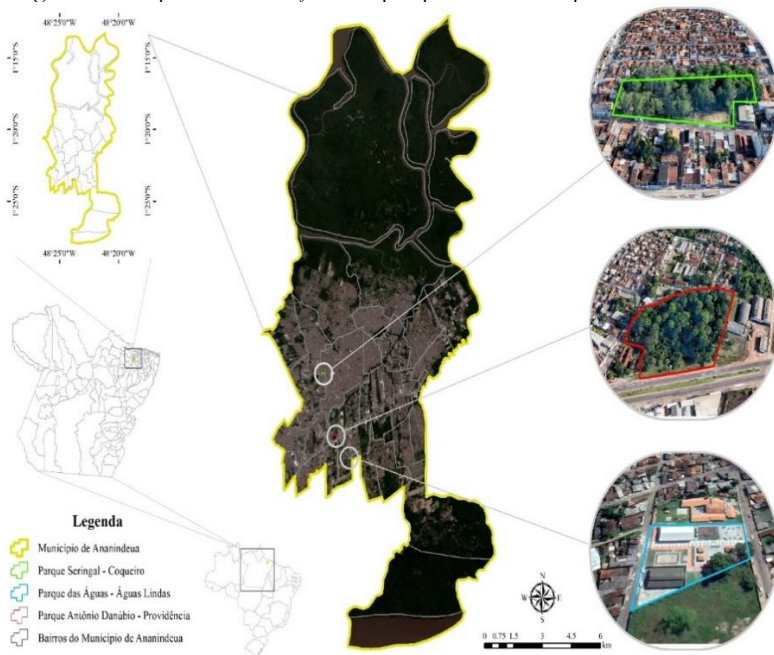
a partir das especificidades das formas adensadas, concentradoras de serviços, de fluxos e de pessoas, em sua grande maioria, possibilitaram a rapidez da propagação da doença, bem como a nitidez na identificação de seus impactos.

Durante os momentos mais tensos da propagação da Covid-19, as práticas de distanciamento social, tão necessárias para diminuir a velocidade do contágio, trouxeram uma diversidade de impactos ao dia a dia das pessoas, com destaque para os efeitos colaterais do tipo psicológico, por exemplo, relacionados ao condicionamento das liberdades de ir e vir. Ficaram nítidas as necessidades de existência, de ampliação e de melhor gestão de espaços verdes públicos urbanos, tanto para as fases mais difíceis de expansão do vírus quanto para a atualidade (final de 2022), estágio em que já se ensaia classificar a situação sanitária como pós-pandêmica, pois pessoas de diferentes idades, sobretudo idosos e crianças, apresentaram demandas, quanto ao contato com a natureza e à vida em sociedade, e espaços para atividades esportivas, de lazer, de contemplação e de proximidade com ambientes naturais passaram a ser ressignificadas e mais valorizadas.

OS PARQUES EM ANANINDEUA: FORMAS, USOS E CONTRADIÇÕES

Considerando-se as diversidades de funções e de sentidos atribuídos aos diferentes espaços intitulados parques, identificamos a existência de três parques na área urbana de Ananindeua, localizados, todos, em bairros densamente ocupados, possuindo pequenas extensões territoriais e cercas/muros, com delimitações de horários e de usos, por parte da população (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização dos parques no município de Ananindeua



Fonte: PPGEU-UFPA (ago. 2022)

O Parque Ambiental Antônio Danúbio foi instituído pela Lei nº 2.472/2011 e é uma unidade de conservação do tipo uso sustentável, categorizada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)⁴. Possui 3,5 ha e está situado às margens do km 4 da BR-316, em área de forte antropização, caracterizada por intenso fluxo de automóveis e de pessoas, contígua a escola, a hospital, a conjunto residencial, a moradias, a clube recreativo e a empreendimento comercial de grande porte (o *Shopping* Metrôpole Ananindeua). Os objetivos de sua criação eram de promover a

⁴ A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Art. 16 da Lei nº 9.985/2000 do SNUC).

educação ambiental, de conservar o ecossistema e a biodiversidade existentes no município e na região, incluindo sua fauna e sua flora, e de disponibilizar cultura e lazer aos moradores das adjacências.

Parque Ambiental Antônio Danúbio (PAAD)

A implementação do parque Antônio Danúbio é produto de discussões ocorridas na conferência municipal de meio ambiente de Ananindeua, realizada em 2008. Na ocasião, pesquisadores, ativistas ambientais, ONG e sociedade civil (incluindo lideranças e moradores das ilhas e do Quilombo do Abacatal) apontavam a necessidade de se criar um espaço que fomentasse as práticas de educação ambiental no dia a dia das pessoas, dos estudantes e das instituições de pesquisa, para que se evidenciassem as ações de compensação ambiental em um município com transformações urbanas tão importantes.

Antes de ser uma unidade de conservação, a referida área, um fragmento do Parque do Utinga (obstruído pela Estrada de Ferro de Bragança e, após 1960, pela pavimentação da BR-316), constituía-se em extensão de terra da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), sendo cedida, ao município de Ananindeua, para a implementação de um parque ambiental. De acordo com o levantamento de Vidigal (2021), uma das maiores atrações do parque é a existência da *Symphonia globulifer*, a árvore de Anani (de origem tupi, significa “grandiosidade”), inspiradora do nome conferido ao município. A espécie é produtora de resina de cerol, cujo látex é forte e amarelo e possui fins materiais e medicinais, e de frutos pequenos e redondos, geralmente consumidos por animais.

Figura 3 – Vistas frontal (superior esquerda) e interna (superior direita) do parque, em 2020, e vistas frontal (inferior esquerda) e interna (inferior direita) do parque, em 2022



Fonte: acervo da autora (2020 e 2022)

De acordo com Alves (2010), essa unidade municipal foi a primeira do estado do Pará a ser inscrita no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), um banco de dados de consulta pública, com informações sobre as UC do país. Além disso, o parque está filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).

A intitulação parque se originou do entendimento de que tal designação seria muito mais aceita pela comunidade, bem como mais atraente à visitação pública. É importante dizer que a UC é um espaço fechado, com controle de visitas. A estrutura interna do parque é composta por trilhas ecológicas, por viveiros, por espaços de convivência ao ar livre e por chalés (Figura 3), que abrigavam direção e coordenação de educação ambiental, salas de

artesanato, de pintura, de reciclagem, de exposição de alguns espécimes da fauna (taxidermizados), além da biblioteca e do palco de apresentações do ambiente.

Frise-se que um dos problemas observados no parque é a inexistência de autonomia e de transparência na gestão de seus recursos financeiros, tornando-o completamente dependente das decisões tomadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua (SEMA), cuja ação principal identificada no período de levantamento de dados para a pesquisa (2020) era composta pela execução de atividades de poda e de roçagem, quando da necessidade.

Entre os maiores usuários do parque, destacavam-se primeiramente os estudantes de diferentes níveis e redes de ensino — em geral, em atividades pedagógicas guiadas, conduzidas por diferentes projetos pedagógicos — e, secundariamente, a população residente em seu entorno.

O PAAD possui doze anos de criação e, ao longo de quatro gestões municipais (Helder Barbalho (PMDB), de 2009 a 2012; Manoel Pioneiro (PSDB), de 2013 a 2020, e Daniel Santos (MDB), de 2021 a 2024), apresentou diferentes estágios de desenvolvimento e serviços à sociedade. Nos primeiros anos de sua implementação, os recursos humanos e financeiros orientados para a referida unidade permitiam trabalhos de acolhimento e de divulgação mais intensos e produtivos à sociedade. Havia uma equipe multidisciplinar, que conduzia os projetos pedagógicos e as relações com as diferentes instituições de ensino, de pesquisa e de extensão da região metropolitana. A gestão municipal que esteve oito anos à frente do município diminuiu os investimentos e os cuidados com o parque, minorando os quantitativos operacional e financeiro, de certa forma, minimizando e até inviabilizando a continuidade de diversos trabalhos, executados e apresentados localmente. Mais recentemente, na gestão iniciada em 2021, o parque, que já estava fechado, em função das medidas de gestão de saúde no contexto da Covid-19, foi reaberto por pouco tempo e, novamente, fechado para a realização de reformas infraestruturais necessárias. Tal reforma pretende garantir maior acessibilidade,

execução de projetos, conformação de espaços pedagógicos em ambientes de fauna livre, instalação de um museu natural e de trilhas ecológicas, bem como a instituição de espaços de interação e de atendimento às demandas ambientais necessárias.

Note-se que é muito comum presenciar expressões de surpresa e ouvir questionamentos, por parte dos visitantes, em duas perspectivas, principalmente: desconhecimento do local e reconhecimento da importância das práticas pedagógicas que lá ocorrem; e desinteresse do público, em função de o espaço conter apenas animais, árvores e lago, sem exibir outros equipamentos de lazer (brinquedos, academia, etc.).

Museu Parque Seringal

É uma unidade de conservação do tipo Área de Relevante Interesse Ecológico, inaugurado em 2012, em um antigo local de descarte de lixo, que conta com uma área de 1,2 ha, localizada no conjunto Cidade Nova VIII, no bairro do Coqueiro, no município de Ananindeua. De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura, o Seringal se tornou o primeiro museu de Ananindeua.

Os principais objetivos do museu parque são: preservação ambiental, oferta de espaços de lazer e de educação ambiental e divulgação da história do Ciclo da Borracha. Formado por uma reserva de seringueiras, cultivadas no período do Ciclo da Borracha, o sítio em questão contém também anfiteatro, academia de ginástica ao ar livre, lanchonete, *playground*, etc.

O Museu Parque Seringal possui área fechada e horário de funcionamento específico, apresentando duas entradas e saídas e uma passarela, que corta o parque ao meio, possibilitando atravessá-lo de ponta a ponta. Antes de ser um museu parque, a referida área era um espaço aberto e ponto de descarte de diferentes tipos de resíduos, em que também ocorriam assaltos e outros tipos de violência. A comunidade local instigou o poder público a oferecer outra destinação ao espaço, com destaque para

as práticas de recreação e de lazer. O estabelecimento de um museu no local se deu, em função dos vários exemplares de seringueira lá existentes. Há interações entre diferentes secretarias municipais, como as de educação, de saúde, de esporte e lazer, de cultura, de assistência social e de trabalho, na promoção de ações no local.

Figura 4 – Vistas do acesso ao Museu Parque Seringal (superior esquerda), do viveiro (superior direita), do prédio do museu (inferior esquerda) e da área de recreação (inferior direita)



Fonte: sítio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/sesan/noticia/2879/parque-vila-maguary-o-novo-cartao-postal-de-ananindeua>, com acesso em: 19 ago. 2022)

Atualmente, há parcerias com instituições particulares de ensino superior na condução dos projetos pedagógicos, de bem-estar e de saúde. É interessante notar que há a necessidade constante de esclarecer ao público frequentador que certas práticas

sociais não são permitidas, o que decorre da percepção dos usuários de que o recinto se assemelha a uma praça pública.

Há espaço para a implantação de uma horta (estão em discussão o tipo e a forma de participação dos moradores envolvidos) e há um viveiro, gerido pela administração do museu e pela comunidade mais atuante nos processos de participação e de gestão do espaço. Embora não haja plano de manejo constituído, a participação popular na administração de local se faz, a partir de escutas diretas e de acompanhamento de atividades, via grupos de WhatsApp. A gestão do parque também observa a eficiência da parceira popular nos processos de fiscalização do uso do Museu Seringal. Aponta-se, por outro lado, que a segurança pública interna é razoável, contudo não é permanente, o que expõe a área a práticas de vandalismo, sobretudo fora do horário de funcionamento regular da instituição.

Parque das Águas

Em maio de 2022, a prefeitura de Ananindeua entregou uma das praças do bairro Águas Lindas completamente reformada e com novos equipamentos de contemplação e de lazer para a comunidade. Contudo, a reinauguração do espaço aconteceu com a atribuição de um novo nome: Parque das Águas (Figura 5). A mudança de alcunha se deu, a partir de uma votação popular nas redes sociais oficiais da prefeitura, a qual durou cerca de quatro dias. O novo nome valorizou a designação do bairro e sua associação ao lazer, proporcionada pela novidade que a fonte interativa de projeção de águas trouxe ao local (Figura 6).

Figura 5 – Imagem do material de divulgação do evento de reinauguração do parque



Fonte: sítio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br>, com acesso em: maio 2022)

Figura 6 – Imagem do chamado “túnel das águas”



Fonte: sítio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br>, com acesso em: maio 2022)

O Parque das Águas apresenta alto grau de impermeabilização e quase ausência de verde em sua porção

interna, significando limitações, no que se refere ao desempenho de sua função ecológica na malha urbana. Localizado na porção sul do município, entre as ruas Osvaldo Cruz (principal via de acesso ao bairro) e Débora Calandrini, o parque constitui um importante ponto de encontro da população local, principalmente crianças, jovens e adolescentes, no contexto de um bairro que apresentou um rápido processo de ocupação espontânea, mas carece de melhores redes de serviços e infraestruturas urbanas. O referido parque é cercado por residências, por comércios, por escolas, por posto de saúde, etc., e fica próximo aos limites do Parque do Utinga.

O espaço também é composto por área de convivência ao ar livre (Figura 7), por quadra de areia, por quadra poliesportiva coberta, por academia ao ar livre, por pista de caminhada, por tobogã, por parede de escalada (Figura 8), por conjuntos de bancos de molas, por *playground* vertical e por uma fonte interativa em forma de túnel, além de contar com um palco central com acessibilidade e com quatro quiosques, destinados à venda e ao abrigo da equipe de segurança local.

Figura 7 – Imagem da parede de escalada



Fonte: sítio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br>, com acesso em: maio 2022)

Figura 8 – Imagem da área de convivência



Fonte: sítio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br>, com acesso em: maio 2022)

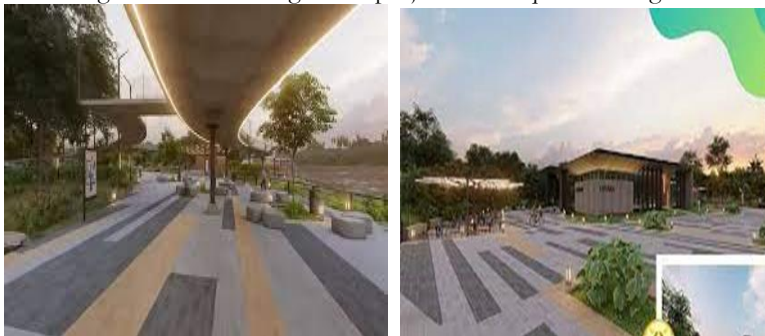
O projeto do Parque Vila Maguari

Objetivando evidenciar a perspectiva de criação de novos espaços de preservação e de lazer no município, há o projeto de implementação do que virá a ser um novo parque na região metropolitana de Belém, o Parque Vila Maguari⁵. Pensado e projetado para ser, entre outras coisas, um cartão postal para

⁵ O Parque Vila Maguary terá um espaço de intervenção de aproximadamente 35.000 m², com: áreas de embarque e de desembarque; Cine Teatro; letreiro "Parque Vila Maguari"; Balé das Águas; Reservatório Monumento Cascata (do antigo curtume); pórtico de entrada com guarita de segurança; bicicletário, com locação de *bikes*; área de contemplação; área de piquenique; balançódromo familiar, com unidade adaptada para cadeirantes; banco pivotante; estações de atendimento e de apoio; píer de canoagem, com acesso ao rio Maguari; apoio tirolesa; Rota tirolesa; rota arborismo; pista elevada de passeio/caminhada e de ciclismo; *deck* de contemplação, com redário; mirante de contemplação ao rio Maguari; prédio do antigo curtume (restaurante e galeria de arte); espaço café bar, anexo ao prédio do antigo curtume; prédio administrativo; área de alimentação, com *food trucks*; estacionamento; banheiros; pórtico de entrada e guarita de segurança; banco-bola; etc. Dados disponíveis em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/sesan/noticia/2879/parque-vila-maguary-o-novo-cartao-postal-de-ananindeua>, com acesso em: 19 ago. 2022.

Ananindeua, o novo lugar deve ter suas obras iniciadas em agosto de 2022, com previsão de entrega em agosto de 2024.

Figuras 9 e 10 – Imagens do projeto do Parque Vila Maguari



Fonte: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/sesan/noticia/2879/parque-vila-maguari-o-novo-cartao-postal-de-ananindeua>, acessado em 19/08/2022.

O futuro parque deverá ter vistas para o rio e deverá ser construído na avenida Cláudio Sanders (Estrada do Maguari), no bairro Centro, em área que abrigava o antigo Curtume Maguari, a qual abrangia terras dos atuais bairros Cidade Nova-Coqueiro, Guajará e PAAR e que, atualmente, sedia as instalações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua.

A análise prévia de discursos dos membros da gestão municipal (secretários e vereadores) e de informações disponíveis em *sites* oficiais do município sinaliza um projeto que pretende atender às demandas da população, prioritariamente no que se refere aos estabelecimentos de um ponto turístico de referência municipal e de um espaço para o lazer, para a cultura, para a prática de atividades físicas e para o resgate da história local, abrindo as janelas da cidade para o rio.

SIGNIFICADOS, USOS E CONTRADIÇÕES DOS PARQUES DE ANANINDEUA

Observamos que a percepção sobre o significado de parque na região metropolitana amazônica ainda está muito atrelada à perspectiva de lazer, especialmente em ambientes artificializados e projetados para este fim. A referência a parque nos remete ao parque dos *shoppings*, aos parquinhos dos condomínios, aos parques temáticos (com brinquedos mecânicos) e, secundariamente, aos balneários, ao parque ecológico do Utinga ou a qualquer outro parque ecológico existente na região metropolitana.

Ao analisarmos os parques (e os projetos de parque) de Ananindeua, observou-se que a função social de lazer se destaca, quando comparada à perspectiva ecológica, por exemplo. Os casos mais recentes e emblemáticos desta afirmação estão no Parque das Águas e na concepção do futuro Parque Vila Maguari. Podemos destacar, *grosso modo*, que, na perspectiva ecológica, o PAAD é o que oferece maior contribuição ao ecossistema urbano, dadas a sua extensão e as suas composições florística e faunística.

Os dados coletados em campo nos permitiram afirmar que ainda há um desconhecimento considerável sobre a existência dos parques municipais, pela população local. Essa afirmação é corroborada pelos usuários, principalmente a partir das visitas guiadas, feitas, em geral, por escolas e por professores, e dos serviços de lazer e de atendimento social realizados pelas secretarias municipais. De fato, observou-se precariedades na divulgação e no estímulo ao conhecimento e à visitação de tais espaços, pela administração, bem como pelas redes oficiais públicas de comunicação.

A análise das estruturas dos parques municipais evidencia que estes não são, em geral, espaços inclusivos aos portadores de necessidades especiais de locomoção, apresentando inexistência de faixas para pedestres (caso do PAAD) ou outras precariedades (afundamentos, buracos, lama, etc.) nestas faixas, que, inclusive, são utilizadas para caminhadas, pelos usuários (caso do Museu Parque Seringal). Observou-se, também, a necessidade de

aprimoramento dos serviços de segurança, que se apresenta de forma diferente em cada um dos três parques, sendo realizado de maneira formal, com apoio de serviços policiais esporádicos, conforme solicitação das direções dos espaços, evidenciando que estes não dispõem de estruturas autônomas e perenes de segurança.

Ao avaliarmos a condução da gestão de tais sítios, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, identificamos ações pontuais e pouco propositivas, com relação aos parques. Situações, como falta de recursos financeiros, humanos e materiais e de projetos/concepções, precisam ser problematizadas e encaminhadas para resoluções. Não é compreensível ou suficiente que as ações da SEMA nos parques sejam reduzidas à realização de podas, de capinagem, de serviços básicos de manutenção e de viabilização de programações pontuais; é preciso abrir efetivamente tais espaços à cidade, para que eles atendam aos munícipes em suas diversificadas demandas, inclusive as relacionadas à saúde pública. Se parques com estruturas fechadas e mais complexas exigem custos, é possível pensar em estruturas abertas e semiabertas, como bosques, praças e parques lineares, que podem proporcionar manutenção de fragmentos de vegetação urbana, atendendo às funções ecológicas, ao mesmo tempo em que oportunizam diversos usos sociais e que garantem a contemplação paisagística na malha urbana.

Quando observamos a localização e as distribuições populacional e de habitantes dos bairros, em que os parques se encontram, evidencia-se a distribuição desigual destes pelo território municipal. O Antônio Danúbio está localizado no bairro Providência, às margens da BR-316 (com alto fluxo viário e com uso de solo predominantemente comercial), enquanto o Museu Parque Seringal se localiza no conjunto Cidade Nova-Coqueiro.

Podemos dizer, conforme Gomes (2013, p. 90), que a cidade é produção individual e coletiva, entretanto os frutos deste desenvolvimento são apropriados desigualmente pelas diferentes classes, segundo suas diversas estratégias de produção. Isso corrobora a ideia da desigual distribuição espacial de áreas verdes

públicas urbanas no município, bem como atesta sua concentração em determinadas áreas. Podemos inferir que, nas áreas dos conjuntos habitacionais mais recentes, encontramos áreas verdes mais localizadas, sobretudo nos condomínios de alto e de médio padrões, visto que a “contemplação da natureza” passou a ser elemento mercadológico e de necessária aquisição, pelo cidadão que consome tais informações. Assim, a natureza vai sendo reapropriada pelo Estado, pelos sujeitos da cidade e pelo capital imobiliário, com novos e velhos (restaurados) significados. No entanto, essa continua sendo adequada seletivamente, e associada à aquisição de melhores estruturas de habitação e de lazer.

Para Gomes (2013), é importante que não compreendamos o parque simplesmente como um “espaço verde”, criado/delimitado sem intencionalidades, mas como um equipamento urbano capaz de alterar o padrão de uso e ocupação do solo, contribuindo para a mudança do preço da terra em suas imediações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações espaciais, pelas quais a Região Metropolitana de Belém passou nas últimas décadas, não foram acompanhadas da adoção de modelos de gestão governamental capazes de administrar satisfatoriamente as problemáticas observadas no âmbito de seu território. Na contramão da magnitude e da potencialidade do ecossistema amazônico, deparamo-nos com indicadores de desenvolvimento inaceitáveis e/ou duvidosos, ameaçadores da qualidade de vida nas cidades.

No contexto da efervescência do debate da questão ambiental, a partir de 1990, verificou-se a implementação de algumas unidades de conservação nos limites e no interior da Região Metropolitana de Belém. Dessa forma, instituiu-se a Área de Proteção Ambiental Metropolitana de Belém, o Parque Estadual do Utinga Camilo Vianna, a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combú, o Refúgio da Vida Silvestre MetrÓpole da

Amazônia, o Parque Ecológico Municipal Gunnar Vingrem, o Parque Ecológico de Mosqueiro, o Parque Ambiental Antônio Danúbio e o Museu Parque Seringal.

Contudo, com relação aos parques como um tipo de espaço verde urbano, observamos que poucas implementações foram realizadas nas últimas décadas, a despeito de todo o avanço e da atualidade do debate ambiental. Assim, iniciativas recentes de criação de parques urbanos, como o Parque Porto Futuro, entregue à população de Belém em 2020, pelo governo do Estado, e, mais recentemente, a informação da implementação do Parque Igarapé São Joaquim, obra projetada pela Prefeitura Municipal de Belém, destacam-se no debate metropolitano.

Em Ananindeua, a implementação de dois parques municipais entre 2009 e 2010, a revitalização de uma praça, que passou a ser denominada parque (o Parque das Águas), em 2022, e a projeção de um parque misto (o Parque Vila Maguari), com previsão de inauguração em 2024, merecem relevo, mas as contradições seguem evidentes, ao observarmos a exiguidade de espaços verdes acessíveis, seguros e abertos à população local.

Compreendida a importância de parques urbanos como elementos da paisagem e ratificada a necessidade de compreender o ecossistema urbano, para, então, planejar a produção e o uso do solo, reiteramos a necessidade de colocar estes problemas complexos sob as perspectivas ecológica, social e paisagística. Os documentos orientadores para o desenvolvimento do planejamento urbano, como os ODS, a NAU, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor vigente, apontam para a premência de ações locais que proporcionem uma cidade mais verde.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, K. *et al.* Áreas verdes urbanas em Belém do Pará: histórico e potencialidades do Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço da Silva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e4809119965, 2020. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9965>.

ANANINDEUA. **Decreto municipal nº 2472/2011**. Cria a Área de relevante interesse ecológico (ARIE) denominada ‘Parque ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva’ e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/anandindeua/lei-ordinaria/2011/248/2472/lei-ordinaria-n-2472-2011-cria-a-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-denominada-parque-ambiental-antonio-danubio-lourenco-da-silva-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 set. 2022.

ANANINDEUA. **Lei municipal nº 2560/2012**. Cria a Área de relevante interesse ecológico (ARIE) denominada ‘museu parque seringal’ e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/anandindeua/lei-ordinaria/2012/256/2560/lei-ordinaria-n-2560-2012-cria-a-area-de-relevante-interesse-ecologico-arie-denominada-museu-parque-seringal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 set. 2022.

ANANINDEUA. **Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua e dá outras providências. Câmara Municipal de Ananindeua, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/anandindeua/lei-ordinaria/2006/223/2237/lei-ordinaria-n-2237-2006-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-anandindeua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 set. 2022.

ARAÚJO, Aline Reis de O.; ROCHA, Gilberto de M. Cidade Sustentável na Amazônia Paraense: Reflexões sobre a importância das áreas verdes. *In: SILVA, Christian N. et al. Uso dos recursos naturais da Amazônia Paraense*. Belém: GAPTA-UFGPA, 2021.

BENINI, Sandra Medina. **Áreas Verdes Públicas**: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano. Presidente Prudente: [s. n.], 2009.

- BENINI, S. M.; CONSTANTINO, N. R. T. Infraestrutura verde como um elemento estruturante da paisagem urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 30, 2017. DOI: 10.17271/2318847253020171540. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1540. Acesso em: 11 out. 2022.
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: [s. n.]: [2000].
- GOMES, Marcos A. S. **Os Parques e a Produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2010. 218 p. (Coleção Quapá)
- MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. **Vegetação urbana**. 4. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2015.
- MENDES, L. A. S. A produção do urbano e do imobiliário na Região Metropolitana de Belém. **CONFINS**, Paris, v. 44, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26489>. Acesso em: 21 out. 2022.
- MENDONÇA, F.; CUNHA, F.; LUIS, G. Problemáticas socioambientais urbanas. **Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia**, ANPEGE, v. 12, n. esp. 18 (GT ANPEGE), p. 331-352, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU Habitat III: Nova Agenda Urbana**. 2019. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Infraestrutura verde. Uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares: por um planejamento urbano ecológico para Goiânia**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 2010.

RODRIGUES, Leide L. **Novas expressões do centro e da centralidade urbana: o papel dos agentes de comércio e serviços na (re)estruturação da cidade de Ananindeua, Pará.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2020.

SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil-2000 a 2017.** 2018. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

SANTANA, Paula *et al.* O papel dos espaços verdes urbanos no bem estar e saúde das populações. **Revista de Estudos Demográficos**, Instituto Nacional de Estatística (INE), n. 48, p. 5-33, 2010. Disponível em: ine.pt/gt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=103128877&att_t_display=n&att_download=y. Acesso em: 18 out. 2022.

VIDIGAL, Victória, E. M. **Patrimônio ambiental urbano: uma história sobre o parque ambiental de Ananindeua Antônio Danúbio.** 2021. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2021.

O BAIRRO TERRA FIRME NO CONTEXTO DA PERIFERIZAÇÃO NAS BAIXADAS DO SUL DA CIDADE DE BELÉM (PA)

Antônio Carvalho Ferreira¹

Helder Santos Coelho²

Robson Patrick Brito do Nascimento³

INTRODUÇÃO

O processo de periferização nas cidades do mundo subdesenvolvido expõe inúmeras problemáticas socioespaciais. Algumas delas partem de diversos condicionantes, entre os quais estão a precariedade de infraestruturas (saúde, educação, pavimentação, saneamento básico, distribuição de água), a má distribuição de renda e o desemprego, que atingem as periferias dos centros urbanos. No Brasil, as grandes cidades deixam transparecer relações contraditórias e desiguais, revelando aspectos interessantes das dinâmicas presentes no cotidiano das periferias.

A literatura da Geografia brasileira atribui este fenômeno a processos decisórios das políticas de Estado estabelecidas na década de 1930, quando do início da industrialização nacional, e consolidadas nos anos 1950, época da aceleração desta industrialização, momentos nos quais não foram cumpridas etapas importantes na questão da urbanização planejada para as cidades dos países desenvolvidos.

¹ Graduado em Geografia e em Ciências Sociais, mestre em Relações Internacionais e doutorando em Educação. Contato: macamazon2016@gmail.com.

² Graduado em Geografia, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano e doutorando em Desenvolvimento Econômico, Território e Meio Ambiente. Contato: helder.coelho@yahoo.com.br.

³ Graduado e mestre em Geografia, pelo PPGEO-UFPA. Contato: robsonbritogeo@gmail.com.

O não planejamento e o excessivo parcelamento do solo, somados as autoconstruções, têm contribuído para uma urbanização irregular, intensa e acelerada, pois estes processos coexistem. Suas características estão diretamente fundamentadas nas dinâmicas do capital, alterando sua forma e seu conteúdo, consoante as relações de mercado estabelecidas nos espaços urbanos, em virtude da circulação de serviços, do comércio, das pessoas e, principalmente, do capital. O exemplo disto são as configurações espaciais conhecidas como áreas periféricas.

Essas eventualidades ocorreram principalmente a partir dos anos 70 do século XX, quando as cidades brasileiras passaram por processo de aumento ou expansão das suas malhas urbanas, todavia o planejamento regional estabeleceu diretrizes no plano macroterritorial e as demais esferas do poder público não as executaram ou, quando as puseram em prática, essas apresentaram deficiências de execução. Na ausência de efetividade destas políticas regionais, acentuou-se a formação de espaços desiguais, em contraponto às políticas implantadas pelo Estado. Assim, as pessoas de baixa renda se utilizaram da autoconstrução de moradias, buscando habitar as proximidades dos seus lócus de labuta (normalmente, os centros das cidades), afim de se inserirem nos mundos globalizados do mercado, do consumo e do trabalho (MARICATO, 2015).

Diante disto, surgem aglomerações urbanas dos mais variados tipos, estando, entre elas, as divisões de espaços mais valorizados pelo capital imobiliário, no que se diz respeito às vantagens locais e aos potenciais de investimentos e de lucro, por meio da apropriação destes. Por outro lado, e como consequência disto, existem as formações de espaços que iniciaram suas ocupações fora do perímetro urbano das cidades e que, atualmente, já foram por este incorporados, porém apresentam precariedades na sua estruturação habitacional, como as de saneamento básico, de coleta de lixo regular, de distribuição de água, de educação e de segurança pública.

Esses espaços se consolidaram, principalmente a partir do processo de urbanização acelerada e difusa das cidades brasileiras.

No contexto da Amazônia, pode-se mencionar a mudança do padrão das cidades ribeirinhas (dendrítico) nas cidades que nasceram do desenvolvimento de rodovias, em que as malhas rodoviárias ganharam destaques e as cidades passaram a crescer, mostrando um novo formato de periferia urbana.

Na cidade de Belém, a periferização ocorreu de duas formas, a partir do padrão dendrítico e da ocupação das áreas de baixadas — as bordas da primeira légua patrimonial, caso da porção sul da capital paraense, como o bairro Terra Firme — e a segunda légua, a partir da expansão da malha rodoviária, que tem se estendido para o interior dos espaços metropolitanos e tem intensificado o inchaço populacional das primeiras periferias da cidade, por meio de intensos fluxos econômicos, institucionais e de pessoas.

O recorte territorial desta pesquisa se baseia principalmente nos processos de ocupação, de formação e de consolidação do bairro Terra Firme, enquanto espaço marcado por insuficiências do poder público, pois este resulta principalmente das expansões das desigualdades existentes em Belém, ao longo dos anos. Por sua vez, as economias informais garantem a reprodução de capitais em relações primárias, mediadas pelas trocas de dinheiro em espécie, e em permutas, motivo pelo qual o bairro Terra Firme segue o percurso dos demais espaços periféricos, diferenciando-se a cada dia, por causa das formas de produção e de reprodução do capital.

O presente artigo se divide em três partes fundamentais: a primeira, corresponde às discussões teóricas acerca dos processos de periferização e de produção desigual do espaço; a segunda, à descrição dos meios de crescimento do tramado urbano da capital paraense; e a terceira, à caracterização da ocupação das baixadas, visando abordar seu histórico de ocupação, bem como a formação do bairro Terra Firme.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS PERIFÉRICAS

As cidades apresentam inúmeras particularidades, dentro de suas redes urbanas, principalmente devido às formas e às funcionalidades nelas distribuídas e estabelecidas. Sendo assim, entende-se que os espaços se diferenciam, por mediação de uma organização social existente entre os agentes que produzem o sítio urbano, de acordo com seus interesses (SOUZA, 2013).

Desse modo, as lógicas dos agentes, e seus jogos de interesses, produzem ações e conflitos, que se manifestam principalmente na configuração espacial, em que se tem ampla circulação de pessoas e concentrações de serviços, de comércio e, principalmente, de capital. Nesse sentido, entende-se que há uma seletividade, referente às infraestruturas estabelecidas nas localidades, a qual varia da escala macro (Nação, Estado) à micro (município e bairro — focos deste estudo).

Para Corrêa (1995), o espaço urbano é resultado das diferentes apropriações espaciais pelos agentes sociais, entre os quais estão o Estado, o capital imobiliário, os donos dos meios de produção, os proprietários de terra e, por fim, os grupos socialmente excluídos. Desse modo, pode-se apontar que a diferenciação entre áreas urbanas advém das relações mercadológicas nas cidades, já que o capital possui, na sua essência, uma perversidade que é geradora de desigualdades das mais variadas tipologias, sobretudo no que se diz respeito aos aspectos socioeconômicos.

Dessa forma, Carlos (2011) argumenta que as dinâmicas de produção do espaço urbano explicam as cidades como o lócus das ações perversas do mundo globalizado. Por isto, a autora classifica o espaço em três dimensões primordiais: o vivido, o percebido e o concebido, que se encontra na concepção lefebvrea. Além disso, a autora apresenta o espaço como condicionante e como meio de relações humanas, as quais são mediadas por interesses. Nesse sentido, as relações capitalistas se espacializam, considerando

condições que, na maioria dos casos, são intercedidas pelo próprio Estado.

A leitura do espaço, enquanto condicionante para determinadas atividades sociais, classifica principalmente as relações mercadológicas, que são produtos dinâmicos e constantes de uma apropriação realizada pelas lógicas capitalistas.

Partindo deste pressuposto, as realidades urbanas brasileiras, em suas diversas escalas, entre as quais se encontra a Região Metropolitana de Belém⁴, apresentam uma complexidade de relações, que se reflete nas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais. Desse modo, a materialização espacial se baseia nas ações de agentes desiguais, que produzem o espaço urbano de modo igualmente distinto, pois é dinâmico e estratégico, para o capital, que existam espaços diferenciados, devido às funcionalidades a eles atribuídas.

Dessa forma, o processo de periferação é uma das feições mais cruéis da atual fase do capitalismo, em que se notam precariedades como consequências das formas de produção do espaço. Nesse sentido, a construção de espaços precários está diretamente ligada às localizações que concentram serviços, pessoas e capital, por isso as periferias ficam às “margens” do que se chama de centro.

Essas localidades são construídas principalmente por pessoas que trabalham no centro da cidade e que, nos seus momentos de folga, buscam construir suas residências aos poucos, mesmo que de forma precária, já que o direito à cidade não é concebido para estas classes na sua totalidade (FERREIRA, 1995). Logo, percebe-se que as periferias são alojamentos das forças de trabalho, principalmente, as quais produzem o lucro e a circulação de capital nas cidades.

Sendo assim, o processo de periferação pode ser definido como uma apropriação precária dos espaços urbanos (FREITAS, 2007), que conseqüentemente se consolidaram com diversos

⁴ Composta por Belém, por Ananindeua, por Marituba, por Benevides, por Santa Bárbara do Pará, por Santa Izabel do Pará e por Castanhal.

problemas, no que se diz respeito à distribuição de serviços públicos, entre os quais estão as necessidades básicas de infraestrutura, de saneamento, de iluminação, de escolas e de segurança pública.

A EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE BELÉM

A produção e a reprodução do espaço se consolidam nas dinâmicas urbanas das cidades da Amazônia, e a cidade de Belém é um expoente na região, pois possui traços marcantes de uma cidade ribeirinha e centros comercial e mercantil, cujas áreas foram recentemente incorporadas às logicas metropolitanas e cujas principais características se encontram na expansão da sua malha urbana assumida, o que trouxe reflexos às condições espaciais existentes e que incidiu nas relações socioespaciais.

Partindo desta perspectiva, Corrêa (2006) entende que a expansão das cidades está ligada principalmente às estratégias de industrialização, que promovem inúmeras transformações nas malhas e nas redes urbanas, com a finalidade de agenciar uma maior integração às práticas mercadológicas e, ao mesmo tempo, de segregação.

Sendo assim, a cidade de Belém se insere perfeitamente nas lógicas de mercado, principalmente no que se diz respeito aos seus processos históricos de acumulação e de circulação de riquezas, a partir de suas atividades econômicas. Ferreira (1995) aborda, em suas discussões, o processo histórico de consolidação da cidade de Belém, incluindo suas práticas econômicas, que atingiu seu apogeu nas dinâmicas da borracha, na Amazônia. Esses aspectos econômicos impulsionaram uma série de transformações no espaço urbano de Belém, tornando-a uma das principais cidades da Amazônia, a partir de um crescimento urbano que transcendeu o perímetro da Primeira Léguas Patrimonial da cidade, como aponta a Figura 1.

Belém, em que se encontram os bairros periféricos próximos do rio Guamá, como Jurunas, Cremação, Condor, Guamá e Terra Firme. Ferreira (1995) aponta que grande parte destes bairros apresenta áreas vulneráveis a alagamentos, por estarem próximos dos rios e dos igarapés, sem contar com o volume pluviométrico, que também pode contribuir com tal situação. É nestas áreas que as populações mais afetadas pelas desigualdades habitam, por meio da autoconstrução de barracos, de casas de alvenaria, de pontes e de palafitas, consolidando o processo de periferação destas localidades.

As características urbanas da periferação em questão são reflexos das desigualdades que se intensificaram, a partir da má distribuição de renda, do desemprego e das poucas ou nenhuma políticas públicas, vinculadas a transporte e/ou a habitação. Tal situação torna estas localidades condicionadas a novas formas de territorialidades, que podem estar atreladas à presença de grupos de facções criminosas.

Ou seja, a criminalidade da periferia não ocorre por causa da pobreza da população, mas, sim, pelas restrições que o espaço oferece à territorialização dos agentes territoriais, pois a iniciativa do Estado de estar presente em localidades mais valorizadas se torna umas das principais condicionantes à eclosão de diversos conflitos na periferia urbana, como a violência, a estigmatização e a criminalização da pobreza.

A cidade, nesse contexto, é entendida como o lugar de reprodução da força de trabalho por excelência, pois suas associações internas estão diretamente ligadas às relações capitalistas, e, como consequência desta dinâmica, o processo de urbanização tende a acelerar, ao longo dos anos, porém os serviços públicos, como saúde, educação, segurança e lazer, não conseguem alcançar e atender às necessidades dos indivíduos na sua totalidade, já que a população que conforma a força de trabalho (a classe trabalhadora) aumentou seu contingente populacional, ao longo do tempo, principalmente nas periferias, e tal incremento não foi acompanhado pelo planejamento urbano, o que é típico de países que sofreram processos de urbanização tardia.

A Tabela 1 apresenta a comparação entre os comportamentos da população em 1960 e em 2010. Na tabulação de dados, notou-se que os bairros da borda da capital obtiveram aumentos demográficos expressivo, os quais exemplificam a concentração que se manifesta nos espaços da Primeira Léguas Patrimonial de Belém.

Tabela 1 – Distribuição da população por bairros na Primeira Léguas Patrimonial de Belém em 1960 e em 2010

Bairros	População em 1960	População em 2010
Umarizal	33.289	30.090
Telégrafo	30.148	42.956
Sacramenta	20.773	44.413
Cremação	14.025	31.264
Pedreira	12.447	42.758
Nazaré	14.307	20.504
Terra Firme	4.210	61.439
Cidade Velha	12.125	12.128
Jurunas	29.969	64.471
Marco	40.550	65.844
Batista Campos	12.347	19.136
Canudos	15.086	13.804
Reduto	7.073	6.373
Fátima	12.273	12.385
Campina	11.671	6.156
São Brás	15.049	19.936
Guamá	23.400	94.610

Fonte: elaborada pelo autor (2021), a partir de IBGE (2011) e de Penteadó (1969)

É importante frisar que os bairros apresentaram grandes crescimentos populacionais, ao longo dos anos, principalmente os destacados na tabela anterior. Dessa forma, percebe-se, nas ideias de Ferreira (1995), de Souza (2013) e de Nascimento (2019), que as populações dos espaços em foco passaram por processos de segregação residencial, impulsionados principalmente pelo fator renda.

Nesse sentido, a crise urbana está pautada no crescimento desenfreado da cidade, vinculado ao mau planejamento e à precarização de serviços dos aparelhos urbanos (MARICATO, 2015). A expansão da Primeira Léngua Patrimonial de Belém embasou os crescimentos urbano e populacional desmedidos da cidade, cujos momentos essenciais estão retratados nos quantitativos populacionais apresentados na Tabela 1, referentes aos residentes nos bairros em 1960 e no último censo demográfico do IBGE, de 2010, em que se ressalta que as periferias concentram grande parte da população.

Ao apresentar estas discussões sobre a cidade e sobre o espaço urbano, torna-se importante mencionar que as periferias urbanas de Belém se consolidam, a partir da ocupação das áreas de baixadas, por estas apresentarem maiores distâncias do centro da cidade e, também, por serem localidades não valorizadas pelo capital imobiliário naquele momento (1960/1970). Nesse sentido, compreendemos que as periferias surgem, através das fortes relações dialéticas entre classes, que impulsionam grande parte da população a viver às margens dos centros urbanos.

A OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS E O BAIRRO TERRA FIRME

Inicialmente, as áreas de várzeas, mais especificamente as baixadas, eram habitadas por uma população que necessitava diretamente dos cursos dos rios e dos igarapés, em que praticavam atividades de pesca, de artesanato e de coleta de frutos (RAMOS, 2013). Posteriormente, as áreas de baixadas passaram a ser o destino de aparelhos indesejáveis no centro urbano da capital paraense, como asilos, cemitérios e leprosários (em espaços que correspondem, hoje, ao bairro Guamá).

No auge da economia gomífera, necessitou-se retirar do centro da cidade as áreas de pasto, destinadas às vacarias e à produção de leite, as quais foram realocadas em porções de terra mais afastadas, em que se localizavam as planícies inundáveis. No

correr dos anos, a população de baixa renda também foi se alocando nestas áreas alagadiças, pois eram menos valorizadas naquele período.

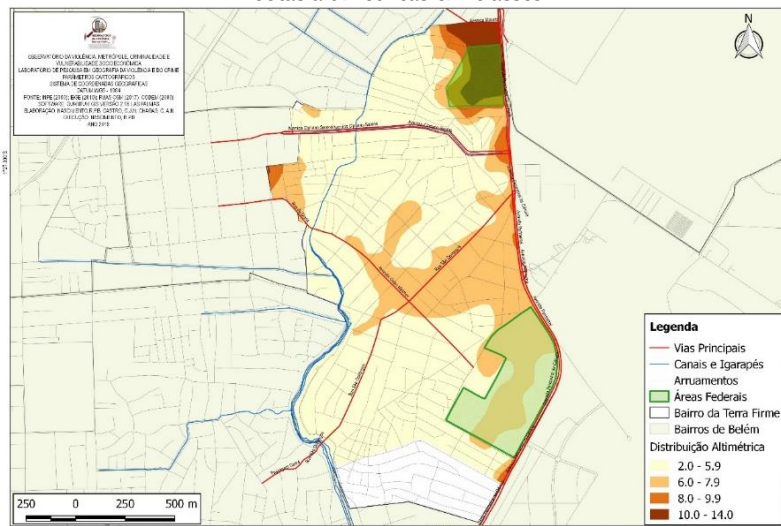
É importante frisar que as baixadas passaram a ser ocupadas, a partir do momento que o modo de vida urbano começou a ser mais efetivo, e isso fez com que houvesse moradias próximas a canais e a igarapés, embora a relação íntima com rio tenha se reduzido, a partir da construção de rodovias.

Na década de 1950, as características das cidades começavam a se modificar, por causa da abertura de estradas, e o padrão dendrítico deixa de ser o mais importante nas cidades urbanas da Amazônia, embora este ainda seja fundamental nas relações comerciais e de transporte de muitas cidades ribeirinhas (CORRÊA, 2006).

Em consequência disto, as áreas ficaram propícias e “disponíveis” na sua grande parte, sendo logo ocupadas, devido ao processo de especulação, pois as áreas do entorno da cidade de Belém sofreram grande valorização, promovendo a desterritorialização e a segregação dos antigos moradores para áreas mais afastadas e menos valorizadas, como as áreas das baixadas (FERREIRA, 1995). Nesse sentido, essas localidades deram início ao processo de periferização nas proximidades do centro urbano de Belém. Exemplar disto é o bairro Terra Firme, que foi ocupado, a partir das baixadas, e que tem cerca de 72% de sua área total composta por terrenos inundáveis (Figura 2).

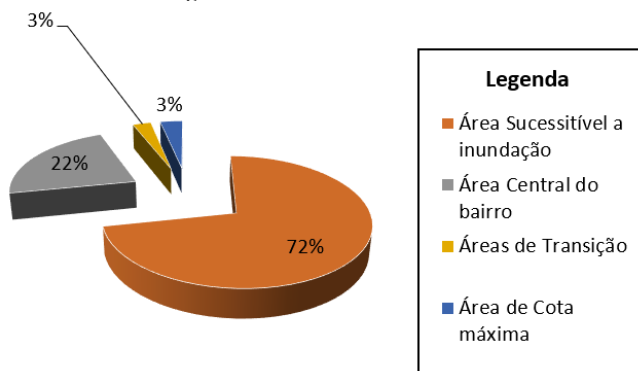
A distribuição das altimetrias no espaço em foco faz notar, como já mencionado, que 72% da área do bairro tem altura entre dois e seis metros; 22%, de seis a oito metros; 3%, de oito a dez metros; e 3%, de dez a 14 metros (Gráfico 1). Nesse sentido, entende-se que o mapa da Figura 2 mostra que a maior parte do bairro recebeu um tratamento irregular de terraplanagem, em que lixo e caroços de açaí foram utilizados como materiais de aterro, pelas populações que residiam ou buscavam habitar na localidade (NASCIMENTO, 2019, p. 43).

Figura 2 – Mapa do bairro Terra Firme, em Belém (PA), com distribuição das cotas altimétricas em classes



Fonte: elaborada pelo autor (2021), a partir de INPE (2010) e de IBGE (2010)

Gráfico 1 – Porcentagem das cotas altimétricas do bairro Terra Firme



Fonte: Nascimento (2021)

Na representação acima, percebe-se que grande parte do bairro é constituída por áreas suscetíveis a inundações, devido à baixa cota altimétrica que caracteriza 1,7 km² da extensão territorial do bairro (2-6 m). É importante ressaltar que o clima amazônico

possui altos índices pluviométricos, em especial entre os meses de dezembro e março, período em que a quantidade de chuvas é muito elevada e as áreas próximas a canais e a rios tendem a sofrer transbordos.

A segunda classe altimétrica corresponde à variação de cotas de seis a oito metros, que se configura principalmente no centro do bairro, lugar de grandes fluxos de pessoas e de mercadorias, devido à dinâmica de comércio. A extensão territorial desta altimetria é de 0,5 km² e abrange duas vias primordiais do bairro: a rua São Domingos e a avenida Celso Malcher, que são responsáveis pela valorização relativa da localidade.

A terceira classe altimétrica existente no bairro varia entre oito e dez metros e se encontra principalmente nas proximidades da avenida Perimetral, que é a principal via de acesso a Terra Firme, por causa do intenso fluxo de pessoas e de veículos, principalmente (em especial, as linhas de ônibus, que vão para o terminal da Universidade Federal do Pará). Além disso, a conexão por esta via é de suma importância para o estado, dada a necessidade de chegar às áreas federais ali estabelecidas, como a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Pará. A área de extensão destas cotas é de 0,06 km².

Por fim, tem-se as cotas máximas do relevo do bairro, que variam de dez a 14 metros, com extensão territorial de 0,07 km², que se localizam na porção norte de Terra Firme. Nessa distribuição altimétrica se encontra a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. A partir desta altitude, é possível compreender e enxergar com mais nitidez o relevo acidentado do bairro, posto que é sua parte mais alta.

Além disso, deve-se abordar também as principais vias que cortam o bairro e que perpassam variadas cotas altimétricas, as quais têm características semelhantes, já que ficam próximas a canais, lugares com alturas entre dois e seis metros. Sendo assim, observa-se que a avenida Cipriano Santos, além de fazer a ligação entre o bairro Terra Firme e o Canudos, recebe uma ramificação da Bacia do Tucunduba e tem cota altimétrica de quatro a seis

metros, alcançando os dez metros, ao final de seu trajeto, quando encontra a Av. Perimetral.

Nota-se, também, que os arruamentos de seu entorno se apresentam de forma desalinhada ou distorcida, o que pode ser resultado do processo precarizado de ocupação, em que ruas passam a ser abertas, sem o devido planejamento do poder público e, conseqüentemente, grande parte delas sofre com ausências de pavimentação e de drenagem.

Outra via de acesso a Terra Firme, por Canudos, é a Av. Celso Malcher, que também apresenta variações altimétricas, ao longo de seu percurso, alcançando entre seis e oito metros acima do nível do rio Tucunduba. Essa avenida tem dado muita dinâmica ao bairro, devido à região de comércio existente em seu entorno e em sua extensão. Além de ser uma via relativamente valorizada, por causa dos seus fluxos, ela também dá acesso a Eletronorte, um importante empreendimento instalado na década de 1970, que, ao passar dos anos, fez surgir muitas ocupações, transformando as dinâmicas espaciais em suas materialidades. Exemplar disto é a formação de aglomerados subnormais, a partir de sua instalação.

Os arruamentos presentes nas suas dependências apresentam algumas variações. Nos seus percursos no bairro Terra Firme, as vias apresentam deformidades, especialmente as próximas ao rio Tucunduba, em que se nota as presenças de palafitas e de traçados precários. No centro do bairro, as vias passam a obedecer a uma certa “ordem” nas suas configurações, como é o caso das ruas Santa Helena e 24 de Dezembro, todavia, ao fim de seus percursos, estas também apresentam deformações, decorrentes do processo de expansão acelerada da urbanização.

A rua São Domingos faz a conexão do bairro Terra Firme com o Guamá e seus limites no bairro obedecem à divisão natural do rio Tucunduba. Essa rua apresenta forte dinamicidade, pois interliga os dois bairros com maiores densidades demográficas da região. Além disso, a via apresenta forte presença dos comércios formal e informal, em função da Feira da Terra Firme. Ao longo de seu percurso, ela passa por áreas do bairro com alturas que variam entre seis metros, no limite e no início do bairro, oito

metros, na região central, e dez metros, na ligação com a avenida Perimetral.

As vias secundárias, que se conectam ao entorno da localidade, apresentam variações, porém grande parte de seus arruamentos também apresenta deformidades, no que se diz respeito ao planejamento urbano. Sabe-se que estas vias foram feitas pela população, que buscou habitar as áreas menos valorizadas e promoveu autoconstruções, principalmente de casas, de ruas improvisadas e de pontes.

Nota-se que as áreas de baixadas se encontram nas proximidades dos canais e dos igarapés, como se pode observar nas presenças do rio Tucunduba, que faz os limites territoriais dos bairros Guamá e Terra Firme, e do canal da rua Cipriano Santos, alocado na porção norte do bairro. Por muito tempo, as localidades apresentaram problemas, relacionados às enchentes, ocasionando prejuízos materiais e danos à saúde das populações, devido à precarização dos serviços de saneamento básico e de macrodrenagem e manutenção de canais. Atualmente, as periferias ainda sofrem com serviços públicos de baixa qualidade, como os de educação, de saúde e de segurança pública, e, em muitas destas áreas, há agentes territoriais, ligados à criminalidade, que se manifestam nas insuficiências do Estado, ocasionando também o crescimento das taxas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desigual do espaço urbano é marcada principalmente pelas dinâmicas de mercado, que têm ocasionado diversas disparidades e diferenciações. Entre elas, apontou-se as sociais, que se refletem nas características espaciais. Dessa maneira, observa-se que as periferizações estão diretamente ligadas à conformação do espaço, fazendo-se condicionantes de diversos tipos de ações.

Partindo desta perspectiva, frisou-se que o processo de crescimento das cidades atende aos fluxos econômicos, que se

caracterizam pela ocorrência daquilo que discutimos, previamente: a questão da valorização de áreas. Logo, determinadas localidades, que abrigam classes com baixo poder aquisitivo, não acompanham as lógicas de valorização do mercado e suas populações acabam sendo segregadas para áreas ainda mais precárias, em que passam a construir habitações de forma autônoma.

O bairro Terra Firme se insere neste contexto, pois seus processos de ocupação e de consolidação se permearam das condições estabelecidas pelas desigualdades sociais. Sendo assim, percebeu-se a consolidação deste local como fruto do processo de periferação, dentro dos regimes de urbanização e de expansão da malha urbana da capital paraense, nos quais as baixadas passaram a ser ocupadas por classes de baixa condição socioeconômica, o que serviu como estratégia de convivência ou sobrevivência, frente às intensas relações de mercado e de trabalho, mesmo sem a devida assistência do Estado, com seus serviços básicos, para promover melhores condições de moradia e dignidade à população em geral. Em outras palavras, o Estado também é um dos principais agentes no processo de periferação.

Por outro lado, a especulação imobiliária ainda não explorou a área do Terra Firme, com seus investimentos e com suas propagandas de venda, ocasionando a valorização das terras do bairro, o que pode ocorrer em alguns anos, por conta das constantes mudanças e das muitas facetas do mundo globalizado.

Vale ressaltar que os processos de periferação e de consolidação das periferias são estratégias de perpetuação do capital, pois os espaços periféricos são historicamente destinados ao acolhimento das pessoas que trabalham ou buscam emprego nos centros urbanos, ou seja, a cidade é campo de trabalho para estas classes e, não, de moradia, logo elas residem em áreas pouco atrativas ao capital, as quais acabam se consolidando como periferias.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FERREIRA, C. F. **Produção do Espaço Urbano e Degradação Ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-PA)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1995.
- FREITAS, R. O. **A periferia da periferia: mídias alternativas e cultura de minorias em ambientes não-metropolitanos**, 2007. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/ricardo_oliveira.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.
- MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- NASCIMENTO, R. P. B. **Geografia, violência e território: uma análise sobre a territorialidade em volta dos homicídios no bairro da terra firme, Belém-PA, nos anos de 2013 a 2017**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Curso de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.
- PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo, vol. 1). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/43>. Acesso em: 28 out. 2021.
- RAMOS, J. M. T. A História da ocupação urbana no Tucunduba – Belém/Pará. *In*: IV REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA) E XIII REUNIÃO DE

ANTROPÓLOGOS NORTE E NE (ABANNE), 2013. **Anais [...]**. Fortaleza, 2013.

SOUZA, M. L. **Abc do Desenvolvimento Urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. A produção do espaço urbano, escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

PESCA E ATIVIDADE PORTUÁRIA EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SC): TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM QUESTÃO¹

Daniela Feyh Wagner²
Eduardo Schiavone Cardoso³

INTRODUÇÃO

A pesca está presente na história da humanidade, desde os seus primórdios, remetendo aos povos pré-históricos, que já tinham os produtos das pescarias presentes em suas dietas alimentares. Essa atividade, que inicialmente era feita para garantir a subsistência dos indivíduos e das comunidades, responde hoje por uma parcela significativa da renda de determinadas localidades, bem como serve de ocupação para muitas mulheres e homens, que, na pesca, produzem e reproduzem seus modos de vida: serem pescadores e pescadoras.

O exercício desta atividade se encontra ameaçado em muitos âmbitos, atualmente, seja pelas alterações da natureza, seja pelas alterações antrópicas causadas nos ambientes aquáticos (poluição, ameaças e, até mesmo, extinção de espécies, entre tantas outras). Das transformações humanas no meio, evidencia-se, ainda, o crescimento das cidades, com destaque ao avanço da urbanização em espaços litorâneos, sobretudo em áreas portuárias.

Os espaços litorâneos possuem relevância, no que diz respeito à biodiversidade, e cabe destacar que, em São Francisco

¹ Pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGGEO-UFSM.

² Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. contato: danielafeyhwagner2@gmail.com.

³ Professor titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: educard2016@gmail.com.

do Sul, os locais que se pretende analisar estão localizados em ambientes de manguezal, que atualmente se encontram ameaçados pelo avanço da urbanização e de seus mais diversos agravantes.

A Baía Babitonga, da qual São Francisco do Sul faz parte, abriga 82 km² de mangue, o que, no cenário catarinense, representa 80% do total de manguezais do estado (BABITONGA ATIVA, s/d). Esse ecossistema possui grandes importâncias social e ecológica, com destaque para a sua função de berçário da vida marinha.

Este é considerado um dos principais ambientes estuarinos da Região Sul brasileira, sendo habitat para as mais diversas espécies da fauna e da flora, além de contribuir com a produtividade pesqueira. É neste ambiente de transição entre os ambientes terrestre e aquático que acontece o contato entre a água marinha e a água doce, criando ambientes únicos (BABITONGA ATIVA, s/d).

Aqui, cabe destacar algumas das atividades desenvolvidas no solo e no mar francisquenses, para compreender a importância da realização dos estudos sobre as conflitualidades nestes espaços. Assim, as atividades econômicas têm grande influência das suas localizações marítima e litorânea, sendo que as principais são as operações portuárias, o turismo e a pesca artesanal (WAGNER; CARDOSO, 2019). É entre as atividades portuária e da pesca artesanal que encontramos uma série de questões.

Dessa forma, pretende-se fazer aqui a análise dos conflitos existentes entre a atividade portuária e a atividade pesqueira artesanal em São Francisco do Sul (SC), consultando os documentos dos empreendimentos a serem instalados e descrevendo como estes impactam na atividade pesqueira, bem como fazendo o acompanhamento dos noticiários e da forma como os embates são retratados.

O CONHECIMENTO E OS TERRITÓRIOS DA PESCA

A pesca comporta um conjunto de elementos geográficos e a relação entre sociedade e natureza, na qual homens e mulheres se cercam de técnicas na captura, no beneficiamento e na venda do pescado e se ocupam de atividades correlatas à pesca, colocando em ação suas estratégias e seus conhecimentos sobre o meio (marés, ventos, comportamento dos cardumes, etc.), bem como demonstrando suas crenças e seus valores sobre o significado da natureza (BRACONARO, 2011; CARDOSO, 2001).

A forma como a atividade se desenvolve, a definição dos territórios de pesca, os laços de solidariedade, os regimentos, a organização das comunidades, os conflitos, entre tantos outros aspectos, são questões pertinentes à ciência geográfica, que se fazem presentes no dia a dia dos pescadores e das pescadoras artesanais.

As pesquisas acerca da pesca artesanal, sob o viés geográfico, vêm aumentando nos últimos anos, evidenciando os sujeitos envolvidos na atividade, bem como as problemáticas constantes da produção do espaço. Esses sujeitos, antes marginalizados nas pesquisas (DE PAULA, 2018), estão presentes nas mais diversas discussões.

O estudo sobre a organização desta atividade envolve elementos materiais, como os petrechos de pesca (embarcações, redes, etc.) e imateriais, como os conhecimentos ecológicos e de organização social; dimensões concretas e abstratas, que constituem o modo de vida dos sujeitos (BRACONARO, 2011). Ainda, temos os espaços de ocorrência das atividades, tanto em água quanto em terra, os quais são igualmente importantes para o desenvolvimento da pesca, pois a captura acontece em água, mas o restante das atividades — beneficiamento, venda, construção e conserto de redes e de embarcações — é feito em terra.

Nesse sentido, temos, como espaços de análise, a terra e o mar; cada um com características próprias, sendo que a realização desta atividade começa e termina em terra. Começa em terra, porque a organização da pescaria é feita ali, a partir da preparação

dos materiais que serão levados, comprando mantimentos e combustível, se a embarcação for motorizada. Somente depois de organizar tudo, a captura do pescado começa. Por fim, retorna-se à terra para descarregar a embarcação, beneficiar o pescado, fazer a manutenção e os reparos necessários, comercializar a produção, bem como organizar novamente os materiais, que serão usados na próxima pescaria.

Assim, a ação de homens e de mulheres na pesca constitui os territórios destes, havendo o exercício do poder sobre eles, controlando-os. Haesbaert (2004) aponta para a dupla conotação material e simbólica do território. Ademais, para aqueles que possuem o privilégio de usufruí-lo, o território acaba inspirando a identificação e a sua apropriação efetiva.

Cardoso (2001) discorre sobre o conceito de território na atividade pesqueira, identificando diversos níveis escalares, além de considerar que a territorialidade na pesca se constrói, a partir do conhecimento e da ação dos pescadores e das pescadoras. Nesses territórios, estas pessoas constituem redes de sociabilidades, além de possuir uma série de valores simbólicos, pois os conhecimentos acerca da atividade pesqueira geralmente são passados de geração em geração, bem como os papéis a serem desenvolvidos no trabalho pesqueiro.

O processo educativo das famílias acontece no cotidiano, por meio das interações entre as pessoas no ambiente, em que a cultura pesqueira é passada dos pais para os filhos, constituindo a base da convivência dos indivíduos do grupo (GARCIA *et al.*, 2007), que inicialmente se dá de forma lúdica e pela execução de pequenas obrigações, até que se torne um ofício (CARDOSO, 2001).

Garcia *et al.* (2007) destacam, ainda, que apesar de haver particularidades na pesca artesanal, na importância da reprodução transgeracional da profissão e na rede de apoio da comunidade em que se inserem, muitos pais não querem que os filhos sigam na atividade, trazendo, como entraves, os seguintes pontos: escassez de pescado (associada à sobrepesca e à poluição), aumento da concorrência (com a pesca industrial) e perigos, relacionados à

vivência no mar (como tempestades).

Ainda dentro da discussão de território, Maldonado (1993) traz o conceito de marcação, sendo essa uma instância, na qual se constrói a territorialidade dos pescadores, por meio da produção de roteiros, da identificação de blocos rochosos e da orientação no mar.

Assim, a marcação é produto da prática social, que está ligada à territorialidade, pautada no conhecimento marítimo. Essa capacidade cognitiva (aprimorada com o passar dos anos), típica dos pescadores, auxilia-os na identificação de cardumes e na orientação, além de ditar a organização das pescarias (MALDONADO, 1993).

Esse acervo de conhecimentos práticos e de códigos simbólicos que viabiliza o zoneamento sazonal do mar tanto para fins de organização das jornadas de trabalho como para fins de territorialidade, capacita os botes a realizar uma boa pesca sem ferir a pescaria alheia, no entanto não faz do mar um espaço livre nem uma realidade sem conflitos. A territorialidade produtiva, as “pedras”, o espaço de cada bote, são fundamentais às noções de honra e de maritimidade que se somam a outros elementos que constituem a pesca. (MALDONADO, 1993, p. 99)

Sobre uma das grandes particularidades da pesca artesanal, temos a dimensão temporal, o que, para Thompson (1998), divide-se em tempo natural e tempo do relógio. O tempo natural, estabelecendo o ritmo das sociedades tradicionais, e o tempo do relógio, estabelecendo o ritmo das sociedades capitalistas industriais.

Essas duas dimensões temporais estão presentes de formas simultânea e contraditória na vida dos sujeitos da pesca, ditando a forma como realizam suas atividades. Cunha (2009) salienta que, antigamente, o ritmo de trabalho dos pescadores era regulado pelo tempo natural, em contraposição ao tempo do relógio. Desta forma, antes de se ter uma medida abstrata e externa de tempo, o

ritmo de vida dos pescadores e das pescadoras estava integrado à atividade pesqueira, marcada pelos movimentos próprios da natureza.

Entretanto, com a inserção dos sujeitos da pesca nos processos modernos, o tempo do relógio passa a ditar também esta atividade, como, por exemplo, quanto ao horário que ele deve entregar sua produção ao comércio, e quanto ao horário em que o banco está aberto, para resolver determinadas situações ou o momento em que as lojas de materiais de pesca estão em funcionamento, para comprar alguns materiais.

Mesmo assim, o tempo natural ainda marca o cotidiano, como nos intervalos dos afazeres, que integram o trabalho e os seus modos de vida à alternância da pesca, em seus ciclos internos. Dessa forma, a ordem natural se manifesta no ritmo interno do ciclo da pesca, em que os pescadores seguem a mobilidade das espécies em cada safra, baseados na influência dos astros, nos ventos e nos movimentos das marés (CUNHA, 2009).

Nesse sentido, é possível constatar [...] a presença de um *tempo cósmico* regulando suas atividades ecoprodutivas e o horário do dia a dia. A lua, o sol e as estrelas atuavam no mundo da pesca e da agricultura, no passado, como marcadores de tempo, e ainda se pronunciam no presente do mundo costeiro, ainda que, muitas vezes, de modo difuso e fragmentário face às mudanças sociais que atingem as comunidades pesqueiras, desde a metade do século passado. Por exemplo, a lua é um dos astros que, de acordo com o tempo cósmico do pescador, atua em seu universo produtivo, ambiental e sociocultural, favorecendo boas ou más pescarias. A lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo: tais expressões são muitas vezes evocadas pelos pescadores artesanais em diversas comunidades pesqueiras e integram particularmente o universo cósmico dos mais velhos. (CUNHA, 2009, p. 60)

Maldonado (1993), seguindo esta mesma linha de raciocínio, escreve que as horas empenhadas na atividade de

captura e na navegação acabam sendo determinadas pelos ciclos biológicos de diversas espécies, assim como pelos equipamentos de que cada grupo dispõe. Assim, além de o tempo da natureza ordenar a pescaria, a organização do tempo dos próprios pescadores e das pescadoras irá determinar o momento do acesso ao mar e o tempo que passarão longe da terra firme.

Portanto, mesmo dependente das forças que regem o mundo marinho, não é a natureza em si que comanda a ordenação do trabalho do pescador, sua sucessão de tarefas e seus intervalos; seu ritmo de tempo é regido pela própria atividade, que se desenvolve na interseção entre cultura e natureza. Nesse sentido, é a própria atividade da pesca que comanda o horário cotidiano dos sujeitos da pesca artesanal (CUNHA, 2009).

Considerando que a pesca se baseia na captura de recursos não totalmente controlados, tal fato não permite que a racionalidade capitalista se imponha, em especial no setor da produção. Apesar do uso de tecnologia nos processos de captura, por exemplo, a atividade pesqueira continua marcada por uma forte influência da dinâmica da natureza, que define os ciclos de reprodução e de mobilidade das espécies, não permitindo que o processo produtivo seja totalmente controlado (CARDOSO, 2001).

A pesca, inicialmente observada pelas suas dimensões espacial e temporal, precisa ser analisada pela questão do trabalho, pois é por meio dele que se constitui a vida dos pescadores e das pescadoras artesanais; é por meio dele que estas pessoas modificam o espaço em que vivem para (re)produzirem suas vidas.

Assim, fincam estacas, abrem trilhas, criam rotas, constroem mapas mentais que se constituem de mar, de rio, de estuário, de mangue, de praia e de caminhos que percorrem em todos os dias de trabalho. Deixam marcas na terra e na água, além de fabricarem redes, embarcações e ranchos. Ainda, é pelo trabalho que também são modificados (SILVA, 2017).

Silva (2017) registra que a pesca artesanal recebe os significados de arte e de liberdade de dados, pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, que assim traduzem a relação com a

natureza que esse trabalho lhes possibilita ter. Portanto, a atividade tem o ritmo das mudanças da lua, do vento, das marés, da chuva, do sol. A produção vai seguindo esse ritmo e cada pescador e pescadora conhece as condições apropriadas para a realização das pescarias.

E, por seguir o ritmo da natureza, a pesca artesanal acaba não seguindo os ritmos da reprodução capitalista e da acumulação de capital, embora faça parte das relações capitalistas, por estar inserida em uma sociedade capitalista. Consequentemente, tais diferenciações e especificidades nos fazem enxergar a pesca artesanal como uma cultura; uma atividade tradicional, em meio a um processo violento de imposição da modernização (SILVA, 2017).

EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS E A ATIVIDADE PESQUEIRA

Estudos acerca dos portos podem ser encontrados nos mais diferentes campos da Geografia. Entre eles, destacam-se: Geografia da Circulação, Geografia Econômica e Geografia Urbana. Além da Geografia, também há trabalhos sobre o tema na História, na Arquitetura e Urbanismo, na Economia, entre outros.

Na temática dos portos, encontra-se trabalhos centrados na infraestrutura portuária, na relação dos portos com sua hinterlândia e na relação porto-cidade. Os portos são as portas de entrada e de saída de boa parte das produções das nações e, estando nesta posição, são imprescindíveis à economia. É através deles que ocorre parte considerável da movimentação de bens e de mercadorias entre países e, por isso, possuem papel fundamental na organização territorial.

Portos ainda podem ser definidos como entrepostos dinâmicos de mercadorias, em que se realizam atividades, como as de ordens aduaneira, alfandegária, comercial, sanitária, tributária, imigratória, entre outras. Do mesmo modo, portos são abrigo e ancoradouro de embarcações, sendo que este é considerado o mais

importante elo da cadeia logística existente (FALCÃO; CORREIA, 2012).

Já os transportes marítimos possuem capacidade de escoar enormes tonelagens de mercadorias a longas distâncias. O aumento da capacidade de carga e a criação de serviços reguladores, que executam com pontualidade as mais longínquas ligações, fazem da navegação marítima atual um meio de transporte totalmente diferente da navegação da época dos veleiros, que se diversifica em função das necessidades. Com isso, a especialização dos navios e dos serviços ocorre, juntamente com o crescimento das tonelagens. Ainda, as construções navais oferecem os mais diferentes tipos de navios, segundo os usos aos quais eles se destinam (GEORGE, 1978), como petroleiros, graneleiros, de carga geral, etc.

Com base na definição de portos comerciais como territórios situados nos espaços de manobra de “tabuleiros” mundial e regional, existem possibilidades para articulações diferenciadas entre as competências localizadas no espaço portuário em três escalas: no nível global, através dos processos de globalização; no nível mesoeconômico, no âmbito dos sistemas regionais, que capturam os volumes crescentes de fluxos e de atividades de transformação; e, no nível local, sobre o território da cidade portuária (MONIÉ, 2011). É neste terceiro nível que podem ser situadas as questões que envolvem pesca artesanal e atividades portuárias.

Relativo aos impactos decorrentes das implantações portuárias, podem ser destacadas a destruição de ambientes litorâneos, com aterros e com desmatamentos, a intensificação dos fluxos e da circulação de embarcações, e a implantação de complexos industriais, associados às instalações portuárias, com aumento do potencial poluidor. Frente aos impactos das atividades pesqueiras, os portos acabam por gerar exclusão de áreas de pesca dos pescadores artesanais, à medida que se instalam estruturas fixas e rotas de fluxos de embarcações, podendo acarretar impactos também sobre os recursos pesqueiros explorados, nos casos de destruição de habitats ou de acidentes com os navios.

Correspondem a um conjunto de conflitos por território e no território, decorrentes dos processos de modernização, que afetam diretamente a pesca artesanal (DE PAULA, 2018)

Impactos das implantações portuárias sobre as comunidades de pescadores artesanais são descritos nos relatórios do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), intitulados *Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil*, publicados em 2016 e em 2021. Nesses documentos, são apresentadas situações de conflitos ocasionados em distintas localidades, de norte a sul do país, decorrentes da implantação portuária, da expulsão de comunidades pesqueiras, da exclusão de áreas de pesca, etc., afetando a produção e a reprodução social dos pescadores e das pescadoras artesanais (CPP, 2016, 2021)

PESCA E ATIVIDADE PORTUÁRIA NA BAIÁ DE BABITONGA

Com quase 80% dos manguezais catarinenses (BABITONGA ATIVA, s/d; IBAMA, 1998), vislumbra-se a região do entorno da Baía Babitonga como um território distinto, em níveis nacional e internacional, considerando o patrimônio natural que este representa para toda a distribuição deste ecossistema no Atlântico Sul. Essa é uma das principais formações estuarinas do sul do Brasil, sendo que seus manguezais representam um importante refúgio para a criação e para o crescimento dos mais diversos recursos pesqueiros, imprescindíveis para a pesca (GERHARDINGER *et al.*, 2021).

O sistema industrial-portuário da região da Baía Babitonga opera historicamente em uma lógica de estreita integração com os mercados nacionais e internacionais, que pouco considera as especificidades ecológicas e culturais do território. Em termos gerais, as consequências deste modelo podem estar associadas ao avanço da degradação

ambiental, do comprometimento de serviços ecossistêmicos e da vulnerabilidade das instituições de ação coletiva dos usuários dos recursos naturais. (GERHARDINGER *et al.*, 2021, p. 3)

Este é um ambiente altamente especulativo, no qual predominam os interesses e a competitividade de grupos privados, que, muitas vezes, não levam em consideração os bens comuns (GERHARDINGER *et al.*, 2021), a exemplo da destruição ambiental para instalação de projetos de desenvolvimento, que vem a atender aos interesses do capital e, não, à população local.

Ainda, os principais vetores que atuaram na trajetória de desenvolvimento dos municípios do entorno da Baía Babitonga (incluindo São Francisco do Sul) estiveram e estão relacionados à expansão das atividades turísticas, industriais e portuárias. Ademais, esses setores se consolidam, em detrimento das atividades tradicionais, como a pesca artesanal, que passa a sofrer gradativa retração (GERHARDINGER *et al.*, 2021).

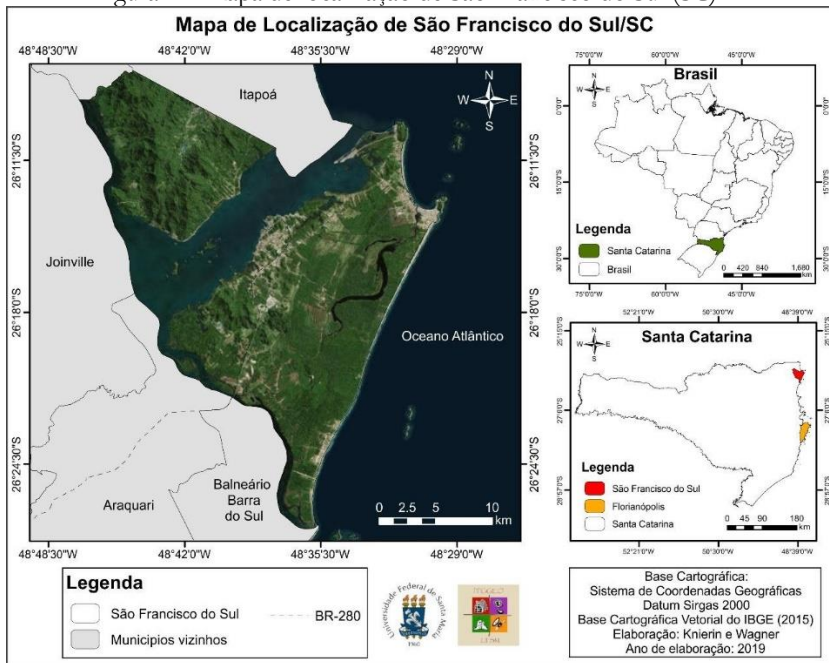
O porto é um elemento importante, na sua relação com a cidade, atraindo novos empreendimentos para os lugares, nos quais se instala, bem como pessoas, para trabalhar nestes estabelecimentos. Com o aumento dos fluxos de pessoas e de mercadorias, ocorre uma maior movimentação econômica, traduzida em retorno financeiro (em forma de recolhimento de impostos, por exemplo), essencial para a manutenção de serviços básicos da cidade.

Entretanto, a produção do espaço, movimento complexo e contraditório, não ocorre de maneira totalmente harmoniosa, a exemplo dos conflitos que vêm ocorrendo no município, que estão além dos embates com a pesca.

[...] um modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no setor de logística e portos afeta a infraestrutura pública de transporte, sobretudo em São Francisco do Sul. O elevado fluxo de veículos, principalmente os caminhões dos portos, gera constantemente congestionamentos na

rodovia federal BR-280, único acesso rodoviário (não duplicado) à Ilha de São Francisco do Sul. Esta problemática é agravada pela passagem de uma ferrovia pelo centro da cidade, que cruza várias vias urbanas, gerando interrupções constantes no tráfego de veículos. (GERHARDINGER *et al.*, 2021, p. 26)

Figura 1 – Mapa de localização de São Francisco do Sul (SC)



Fonte: elaborado por Knierin e por Wagner (2019)

É no ambiente estuarino da Baía da Babitonga que pescadores artesanais compartilham o espaço de seus barcos e canoas com os navios, que atracam ou ancoram no complexo portuário. Essa dinâmica diária de entrada e de saída de embarcações caracteriza a paisagem da Baía da Babitonga. Desde os primórdios da história do município de São Francisco do Sul, a pesca esteve presente entre seus habitantes, sendo uma atividade que possui saberes construídos na prática diária e que são passados

de geração em geração. Esses sujeitos estão conectados diretamente à natureza, principalmente no que diz respeito à presença de cardumes de pescado (WAGNER; CARDOSO, 2019).

A pesca artesanal gera renda para uma parcela significativa da população de São Francisco do Sul. Em 2004, 1.222 pescadores exerciam a atividade oficialmente e eram registrados na colônia Z-2, que a torna uma das maiores colônias do litoral de Santa Catarina (SANTOS; NACKE; REIS, 2004). De acordo com dados de 2018, fornecidos pela Secretaria de Pesca do município, havia cerca de 1.500 pescadores registrados, dos quais cerca de 900 estavam exercendo a atividade. Esses pescadores são moradores de 17 comunidades pesqueiras, entre as quais se destacam Estaleiro, Vila da Glória, Praia Bonita, Enseada, Laranjeiras e Paulas.

Essas pessoas, homens e mulheres, possuem grande relevância em São Francisco do Sul, sendo responsáveis por abastecer o município e os municípios vizinhos de pescados. Apesar de sua importância, eles são afetados pela degradação ambiental, pelo avanço da especulação imobiliária e pelos novos espaços portuários.

Cabe destacar, ainda, que frente a todos estes processos, pescadores e pescadoras defrontam-se com um amplo campo de embates. Faz-se necessário que tais embates tomem notoriedade, pois estes são seus espaços de vida, de moradia e de trabalho; seus espaços geográficos e seus territórios. Além disso, reconhecer tais territórios é também reconhecer o poder de gestão dos pescadores e das pescadoras artesanais, bem como o seu conhecimento acerca dos processos que atuam nas pescarias (CARDOSO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em São Francisco do Sul, temos a presença de um porto, além de projetos para as suas expansão e ampliação. As faltas de transparência e de diálogo entre os representantes dos empreendimentos portuários e os sujeitos da pesca trazem grandes incertezas, pois, além da perda de territórios estuarinos, tem-se a

ameaça das destruições da fauna e da flora das áreas de mangue, locais em que se pretende instalar novas estruturas portuárias. Para manifestar sua indignação, os pescadores e as pescadoras organizaram protestos, que, por sua vez, foram noticiados de maneira tendenciosa nos meios de comunicação, deslegitimando suas reivindicações. Ademais, percebe-se que a falta de conhecimento sobre a luta dos pescadores e das pescadoras faz com que muitos habitantes do próprio município não deem credibilidade aos questionamentos por eles levantados.

Após a leitura dos Relatórios de Impacto Ambiental (dos projetos Terminal Gás Sul, Porto Brasil Sul, Estaleiro CMO, Terminal Granelero Babitonga), pôde-se perceber que os empreendimentos portuários trarão grandes impactos, principalmente no que diz respeito à destruição de áreas de manguezal, bem como interferirão na atividade pesqueira.

Para a implantação dos empreendimentos, será necessária a realização de terraplanagens de áreas que estão cobertos por vegetação nativa (restingas arbórea e arbustiva e manguezal), que será suprimida. Já nas porções marinhas de alguns destes empreendimentos, será necessária a realização de dragagem e de derrocagem e a construção de um quebra-mar.

Com estas informações, já é possível perceber os enormes impactos que as obras trarão para o ambiente de manguezal, com a supressão da vegetação. No ambiente marinho, como consta nos projetos, haverá interferência no tráfego de embarcações da atividade pesqueira, devido à instalação do empreendimento em si, bem como a delimitação de áreas de exclusão de pesca. Além do mais, há ranchos de pesca localizados nas áreas, em que se pretende instalar os portos, os quais terão que ser retirados, se os empreendimentos forem instalados.

Como todos os empreendimentos delimitam áreas para parte de suas instalações físicas na Baía Babitonga, e é dentro da baía que parte da atividade pesqueira é exercida, os pescadores e as pescadoras artesanais perderão parte de seus territórios de pesca, o que, nos documentos analisados, é apontado como algo não muito grave. Levando em consideração a soma destes fatores:

diminuição das áreas de manguezal, poluição das águas, aumento das áreas urbanizadas, diminuição da quantidade de pescado, chega-se à conclusão de a atividade pesqueira se encontra muito ameaçada, atualmente.

Ainda, destaca-se mais uma vez que os mangues, berçários de vida marinha, são fundamentais à reprodução das mais variadas espécies de camarões, de siris, de caranguejos e de uma grande diversidade de peixes. Por si só, as instalações físicas dos empreendimentos portuários já representam uma grande ameaça à reprodução das espécies pescadas, mas, como já citado, os impactos não terminam em terra, pois também há ameaças aos espaços marinhos de captura de espécimes.

Por fim, reafirma-se que, ao instalar um empreendimento portuário, é feito um zoneamento para a execução de atividades, relacionadas à atracação, à desatracação e ao fundeio e respectivas manobras de embarcações, em espaços que são denominadas áreas de exclusão, nos quais há restrições à atividade pesqueira. Se a pesca é inviabilizada nestes espaços, isso afeta diretamente os pescadores e as pescadoras.

REFERÊNCIAS

- BABITONGA ATIVA. [Várias publicações]. s/d. Disponível em: <https://babitongaativa.wordpress.com/>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- BRACONARO, Fernanda. **A Geografia da Pesca: modo de vida e lazer na Bacia do Rio Araguari-MG**. 2011. 316f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 119-125. 2003a.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001, 149f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Territórios pesqueiros: Instrumentos de gestão. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 33, n. 196, p. 58-60, ago. 2003b.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil - 2016**. Olinda: CPP, 2016.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil - 2021**. Olinda: CPP, 2021.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 59-67, jul./dez. 2009.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. 451f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. **Proposta: Experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 2-24, set. 1988.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. 597 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269 p.

FALCÃO, Viviani Adriano; CORREIA, Anderson R. Eficiência portuária: análise das principais metodologias para o caso dos portos brasileiros. **Journal of Transport Literature**, v. 6, n. 4, p. 133-146, 2012.

GARCIA, Narjara Mendes *et al.* Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 93-112, jul. 2007.

GERHARDINGER Leopoldo Cavaleri *et al.* Diagnóstico socioambiental do Ecossistema Babitonga. **Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha**, Itajaí, v. 10, p. 1-176, 2021.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1978. 317 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Proteção e controle de ecossistemas costeiros**: manguezais da Baía de Babitonga. Brasília; Itajaí: IBAMA/CEPSUL, 1998. (Coleção Meio Ambiente, Série Estudos – Pesca, n. 25)

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina**: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade Pesqueira em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. 121 p.

MALDONADO, Simone. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: AnnaBlume, 1993.

MARQUES, Pedro Henrique Dias. Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA. **GeoTextos**, Salvador, v. 16, n. 1. p. 63-83, 2020.

MONIÉ, Frédéric. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. *In*: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). **Circulação, transportes e logística**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.

PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências. **Ambientes: Revista de geografia e ecologia política**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.

RIBARIC, Adrian. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de**

História e Ciências Sociais – UFCAT, Catalão, v. 17, n. 2, p. 39-56, jul./dez. 2020.

SANTOS, Sívio Coelho dos; NACKE, Aneliase; REIS, Maria José (Org.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SILVA, Suana Medeiros. **Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na reserva extrativista Acaú-Goiana/pb-pe**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WAGNER, Daniela Feyh; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Homens e mulheres do mar: apontamentos sobre a pesca artesanal de São Francisco do Sul-SC. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, Belém, v. 1, n. 1, p. 17-26, jul. 2019.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antônio da. Saberes e pesqueiros: reflexões sobre conhecimento e território na pesca tradicional do sul do Brasil. **Revista de Arqueologia [online]**, v. 34, n. 2, p. 124-135, maio/ago. 2021.

O URBANO E O AGRÁRIO EM MARABÁ (PA): A INTERFASE DO CIRCUITO INFERIOR

Mauro Emilio Costa Silva¹
Júlio César Suzuki²

INTRODUÇÃO

A relação campo-cidade é uma temática cara à Geografia, ao tratar dos espaços, em que as ações humanas são mais sentidas e apreendidas pelas pesquisas, cuja bifurcação epistêmica se desdobra entre os arraiais das abordagens agrária e urbana, a partir dos conteúdos propiciados pelos dois entes espaciais.

A relação campo-cidade é, por efeito evidenciado em momentos de eventos excepcionais em um dos dois espaços, de alcance do outro, pela inerente relação destes entre si. Recorrentemente, atribui-se à modernização industrializante do século XVIII um vetor de intensificação e, mesmo, em certos casos, de início da interação espacial, dadas as necessidades das condições gerais de produção de troca e de consumo, tendo a cidade sido constituída em sua dimensão capitalista, em que pese, segundo Paul Singer (1990), ter se diferenciado campo e cidade na Antiguidade clássica, quando há a divisão do trabalho e da sociedade em classes, dando início às formas da relação campo-cidade.

¹ Professor adjunto da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Contato: maurobrasilgeo@yahoo.com.br.

² Professor associado do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Contato: jcsuzuki@usp.br.

O capitalismo tende a seguir os rigores espaciais de cada território, sendo que, ao tratar especificamente da formação territorial de Marabá, é importante evidenciar uma categoria, que, para Santos (2014), é também um recurso teórico-metodológico: a Formação Socioespacial (FSE).

Tal categoria é reconhecidamente emprestada de Marx (Formação Econômico Social), a qual foi apropriada e adaptada pelo autor brasileiro, quando este adiciona o espaço à teoria geográfica, como elemento analítico da sobreposição entre o econômico e o social, consagrando-o como Formação Socioespacial.

Para Marx (1996), embora o capitalismo, como modo de produção único no planeta, ganhe feições próprias em cada sociedade, pelas características que engendra na formação dos Estados Nacionais, com destaque para a base econômica, que influencia na modelagem da organização social, a qual se manifesta na produção da tessitura espacial.

A partir da colonização, as cidades latino-americanas foram imperativamente incorporando traços europeus, sob uma perspectiva periférica de não se independentizar, pois as relações normativas e espaciais nelas engendradas tinham intencionalidades clarívidas, institucionalizadas pelo império, como assevera Romero (2009), com sua conformação estabelecida em cidade-forte ou cidade-porto e, às vezes, nos dois padrões juntos.

Para Romero (2009, p. 44), “[...] as cidades da América Latina eram crioulas e com a independência se tornaram patricias”, embora, no caso hispânico, as obras ameríndias tenham sido cristalizadas no espaço com mais contundência do que as portuguesas, temporalmente falando. Apreende-se que, mesmo com a emancipação política, essas cidades não mudaram seus perfis sociais, ou seja, permaneceram como cidades periféricas do sistema internacional, articuladas a uma estratificação social interna bem definida.

Dessa maneira, a gênese destas cidades se pautava no rito da heterogeneidade social, cuja função era a subserviência estrangeira, com eliminação ou sobreposição dos valores culturais,

que poderiam remontar às cidades preexistentes. O projeto transformador era o de estabelecer uma superfície urbana, com vistas à modernidade encampada pelas elites.

A ideia da cidade como espaço da civilização e o centro dinamizador da grande transformação nacional com que sonhavam as elites latino-americanas corresponde às imagens de vida que desejaram cristalizar a partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Foram os momentos de maior êxito de um processo histórico em que o progresso descansava na exportação de produtos primários. A cidade representava o símbolo e o instrumento das grandes transformações sociais e a geradora de impulsos modernizantes. (LEMOS, 1997, p. 181)

Nesse sentido, numa transposição representativa da América Latina, a cidade de Marabá é hodiernamente considerada de nível médio, as quais são assim conceituadas:

[...] aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos. (SPÓSITO, 2010, p. 6)

No caso da cidade em tela, sua proximidade à ideia de “Cidade do agronegócio” (ELIAS, 2007) significa o exercício de intensa captação de produtos diretamente do campo, a serem comercializados, tanto internamente quanto externamente, pelo fluir em sentido medianeiro para outras cidades, complexificando o feixe da relação campo-cidade, bidirecionalidade que, por muito tempo, sustentou o referido movimento espacial.

Os dois motivos que impulsionaram a realizar tal resgate temporal decorrem do fato de que, primeiramente, em grande parte dos processos geo-históricos do ser humano na terra, a

cidade exerceu a projeção da sociedade (CASTELLS, 1983), por meio de diversas determinações. Em seguida, dá-se o fato de que a cidade de Marabá se situa na América Latina, em que as cidades emergiram num cenário periférico, aventando que tal rigor ainda persista numa nova roupagem, o que instiga o tema e a busca da cognoscibilidade dos fenômenos urbano e, mesmo, agrário.

Assim, pretendemos analisar a especificidade da relação campo-cidade em Marabá, considerando a espacialidade própria da Amazônia, em conexão com redes nacionais, tomando, como referência, o período pós-1970, haja vista que as condições materiais estavam sendo instaladas no espaço, seja na condição móvel, seja na imóvel, o que significou a possibilidade analítica de tal relação, por meio da inserção das técnicas em uma dada realidade.

A FORMAÇÃO ESPACIAL DE MARABÁ

A interpretação geográfica da Formação Socioeconômica ilumina um caminho metodológico para a compreensão da especificidade dos espaços urbano e agrário de Marabá, sendo mister tomar, como referência, a posição de Milton Santos, que reconhece duas de suas dimensões fundamentais: a genética (da origem) e a particular (do conjunto).

O interesse dos estudos sobre FES está na possibilidade que tais estudos oferecem permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre FES, mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 2014a, p. 25)

Os processos de povoamento e de produção espacial partem de uma premissa: a apropriação da natureza, cuja reprodução mantém o grupo — sendo este o início de vastas formações territoriais. Conforme postula Santos (2008a, p. 133), “[...] o meio natural era fase da História, na qual o homem escolhia da natureza o que era fundamental no exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais”.

A natureza exerce as funções de atração, de fixação e de participação na vida dos habitantes, influenciando as esferas da vida comum, sendo, a Região Amazônica, revestida por uma extensa floresta equatorial densa e fechada e entrecortada por grandes rios, como o Amazonas, o Tocantins, o Araguaia, o Tapajós, entre outros.

A Região Amazônica dispõe de uma ambiência que teve forte influência na gênese de suas cidades, pois, comumente, as mais antigas se localizam às margens ou próximas aos rios. A cidade de Marabá possui sua morfologia natural, sob a condição direta da influência do curso dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

Quando se analisa o padrão de organização espacial dendrítico “rio-várzea-floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 79), termo que expressa três ecossistemas, em que as cidades se relacionam em maior ou menor intensidade, até os dias atuais (especialmente as cidades tradicionais), verifica-se que estas carregam consigo elementos da natureza hidrográfica, o que explica a denominação de cidades ribeirinhas. Tal conceituação prescinde da análise amiúde, pois, *a priori*, não basta que uma cidade se situe às margens de um rio para que ela seja considerada cidade beira-rio.

As cidades ribeirinhas, diferentemente das cidades beira-rio, têm fortes articulações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; articulações estas que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta daquelas em relação a este último, mas principalmente pelas relações econômicas e

socioculturais que incluem o rio como um dos importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidade urbanas. (TRINDADE JR., 2012, p. 11)

Para Trindade Júnior (2012), a localização de uma cidade às margens de um rio é uma relativa condição, pois isto não significa que toda cidade margeada por rio tenha a designação de cidade ribeirinha. Em suas palavras:

Estar à beira do rio constitui-se uma das principais condições para que uma cidade amazônica possa ser considerada ribeirinha. Não se aceita, todavia, que toda cidade que esteja situada às margens de um rio tenha automaticamente credenciais que a reconheçam como tal. (TRINDADE JR., 2012, p. 37)

O rio utilizado como via de transporte de embarcações diversas traça uma característica de cidade ribeirinha na Amazônia, haja vista que, em suas margens, as relações sociais, ou seja, a fluidez de pessoas e de mercadorias, é dirigida pela dinâmica do rio, com seus meandros de ida e de volta ditados pela natureza. Assim, é importante uma relação densa entre o rio e a população cidadina para que a cidade seja identificada como ribeirinha.

A importância de incorporar a dimensão da natureza, nesse caso, os rios, deve-se ao fato de que o crescimento da estrutura urbana de Marabá se deu, a partir da conformação de cinco núcleos (aos três pesquisados, somam-se Morada Nova e São Félix), fato propiciado pela presença da água, que dividiu a cidade em porções descontínuas de terra, situação geográfica atenuada pela construção de pontes sobre os rios Itacaiúnas e Tocantins entre o fim do século XX e o início do século XXI.

A construção das pontes, ligando os núcleos, esteve diretamente atrelada ao Projeto Ferro Carajás. De um lado, a ferrovia promoveu a construção de uma ponte sobre o rio Tocantins, que fez a ligação direta entre os núcleos Nova Marabá e São Félix, de outro, houve a construção de uma ponte sobre o

rio Itacaiúnas, permitindo a integração viária do núcleo Cidade Nova com as demais cidades (TOURINHO, 1991).

Contudo, os rios ainda participam da dinâmica da vida urbana dos cidadãos marabaenses de modo diferenciado de antes, confirmando as tipologias ribeirinha e beira-rio de Marabá e combinando tempos-espacos diferentes: o da formação territorial e o da expansão do tecido urbano, amálgama que partilha elementos das duas tipologias de cidades.

Os marcos histórico e econômico de modernização industrial alcançaram fortemente a cidade, com rebatimentos no campo, encetando mudanças no padrão de produção, por meio de inovações agrárias, como um momento primaz de intensificação da base técnica, cujos primórdios estavam postos, ainda que forma incipiente, desde o início das práticas de cultivo e dos sistemas criatórios no processo civilizatório, tal qual aponta Suzuki (2007):

A modernização da agricultura vem acontecendo a partir do momento em que o homem começou a lidar com a prática do cultivo e dos sistemas criatórios. Modernização entendida, em sua dimensão produtiva, como introdução de ingredientes técnicos, bem como alterações nas relações de submissão do trabalho. (SUZUKI, 2007, p. 85)

Assim, é possível assegurar que a industrialização da agricultura é um momento relevante da intensificação da base técnica, já que as práticas de cultivo e os sistemas criatórios sofreram modernizações, desde as suas gêneses, com práticas manuais nas técnicas de produção, além de uso de instrumentos técnicos fundamentais aos momentos diversos de desenvolvimento da agricultura; e por meio, também, das etapas evolutivas das relações de trabalho, desde aquelas voltadas à subsistência, até o assalariamento, revelando uma intrínseca relação entre técnica e trabalho interagindo no desenvolvimento da agricultura.

O CAMPO E O AGRÁRIO EM MARABÁ

As relações produtivas e de trabalho no campo em Marabá não foram geradas unicamente por determinações específicas, pois há um processo anterior de distribuição de terras, gerado em escalas nacional e subcontinental, com os domínios hispânicos e lusitanos, delineado, por Romero (2009), “domínios feudoburgueses”, discussão feita a partir da cidade, porém com serventia ao campo, o que preconiza relações produtivas e de trabalho pautadas em classes e em grupos sociais desejosos de afirmação no “Novo Continente”.

Na perspectiva brasileira, é coerente retomar a ideia da Formação Socioespacial (SANTOS, 2014a), discutida inicialmente nesta análise, adotando, como referência, o campo, que, para Martins (2010), está permeado de uma marca de continuidade de desigualdades, já que o Brasil teve um desenvolvimento capitalista próprio, em que o “[...] capital se emancipou e, não, o homem” (MARTINS, 2010), a partir do cativo da terra, em que ser humano subjaz às relações socioespaciais agrárias do país, marcadas pelas extremas concentrações de terra e de riqueza.

Para o autor, o acesso à terra não foi apenas dificultado pelas leis que permearam as relações no campo brasileiro, mas ocorreu o aviltamento das condições de ser e de existir do homem pobre, dado que, mesmo com o fim do trabalho escravo, o trabalhador endividado poderia ser vendido, como se colocava nas práticas da escravidão por dívida, em que pese a situação de manutenção das formas de subordinação do trabalhador, já que o fenômeno social de imobilidade no campo foi confirmado pela criação de leis governamentais, que asseguraram a manutenção da concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela de proprietários, cuja gênese está na Lei n. 601, de 1850, a denominada Lei de Terras.

No caso específico do município de Marabá, historicamente marcado por fortes relações com o campo, em que há significativa concentração fundiária, no tocante às atividades agroflorestais e

pecuárias, seus produtos fizeram e ainda fazem parte da vida urbana, seja como circulação, seja como consumo.

Entrevistador: Como é a produção de gado em sua fazenda?

Entrevistado: Como prática principal, é criar bovinos (boi de corte). Compro quando são bezerros ou nasce das vacas parideiras.

Entrevistador: Como se dá a engorda do gado?

Entrevistado: Como chove bastante na região tem capim para o ano todo, não precisa de ração, exceto de setembro a dezembro quando as chuvas já estão mais escassas, reforçamos a alimentação com ração, nessa época o capim tá mais seco. Mas sal não pode faltar na cocheira. De 6 em 6 meses tem vacina de campanha nacional. Esse ciclo dura mais ou menos 2 anos. De resto é manter os pastos limpinhos e cercas de arame bem cuidadas.

Entrevistador: Qual é o seu mercado consumidor?

Entrevistado: Não tem comprador fixo, algumas vezes vai para o frigorífico, acredito que exporta e às vezes pra compradores que mandam pra frigorífico do Nordeste que acredito que seja só regional. O primeiro frigorífico, falo da JBS em Marabá.

Entrevistador: Quantos trabalhadores têm na fazenda e onde moram?

Entrevistado: São dois fixos e os outros por empreitada, varia, todos moram na zona rural.

(Entrevista realizada em 15/07/2020, às 06h58min, na zona rural de Marabá; fazenda e proprietário não identificados)

De acordo com o trecho de entrevista colocado, apreende-se que a oferta de emprego no campo é diminuta, gerando trabalhos temporários numa atividade constante, a pecuária, que representa a quinta colocação por cabeça de gado bovino para o estado do Pará, em relação à Federação.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Figura 1 – Tabela dos efetivos bovinos do Brasil e das dez unidades federativas com maiores rebanhos (em cabeças)

Brasil e Unidade da Federação	Ano		Var.(%)	Part.(%)
	2012	2013	2013/2012	2013
Brasil	211.279.082	211.764.292	0,23	100,00
1º Mato Grosso	28.740.802	28.395.205	-1,20	13,41
2º Minas Gerais	23.965.914	24.201.256	0,98	11,43
3º Goiás	22.045.776	21.580.398	-2,11	10,19
4º Mato Grosso do Sul	21.498.382	21.047.274	-2,10	9,94
5º Pará	18.605.051	19.165.028	3,01	9,05
6º Rio Grande do Sul	14.140.654	14.037.367	-0,73	6,63
7º Rondônia	12.218.437	12.329.971	0,91	5,82
8º São Paulo	10.757.383	10.486.750	-2,52	4,95
9º Bahia	10.250.975	10.828.409	5,63	5,11
10º Paraná	9.413.937	9.395.313	-0,20	4,44

Fonte: elaborada por FAPESPA/SEDAP (2015), a partir de IBGE (2015)

Com base na tabela da Figura 1 e na referência empírica do trecho de entrevista anterior, considera-se, o estado do Pará, um destaque nacional, por meio das vantagens da ambiência do campo.

A evolução da pecuária bovina do estado está relacionada a alguns fatores de competitividade, dentre os quais destacam-se: a disponibilidade de terras a preços mais baixos do que em outras regiões do país; o clima favorável às pastagens, ideal para o desenvolvimento de capim e de forrageiras; o melhoramento genético e sanitário dos animais; a qualidade da carne produzida, fruto da alimentação exclusivamente a pasto dos animais (boi verde), o que lhe confere características organolépticas (**cor, brilho, odor, sabor e textura**) peculiares. Além disso, a conquista do status de Certificação Internacional de Área Livre de aftosa com vacinação vem propiciando ao estado o acesso a novos mercados, tanto nacional como internacional. (FAPESPA/SEDAP, 2015, p. 11, grifos nossos)

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

O município de Marabá engendrou, em sua formação econômica, a produção pecuária como atividade transplantada dos estados do Maranhão e de Goiás, por meio dos grupos desbravadores, permanecendo como uma atividade importante e elevando o município à quinta colocação no estado:

Figura 2 – Tabela dos efetivos bovinos do Pará e dos dez municípios com maiores rebanhos (em cabeças)

Municípios	Cabeças		Var. (%) 13/12	Part. (%) 2013
	2012	2013		
Pará	18.605.051	19.165.028	3,01	100
1° São Félix do Xingu	2.143.760	2.282.445	6,47	11,91
2° Novo Repartimento	791.795	855.319	8,02	4,46
3° Cumaru do Norte	749.278	821.185	9,60	4,28
4° Altamira	668.541	711.028	6,36	3,71
5° Marabá	660.000	705.000	6,82	3,68
6° Santana do Araguaia	613.152	663.655	8,24	3,46
7° Novo Progresso	687.142	632.521	-7,95	3,30
8° Água Azul do Norte	556.735	564.582	1,41	2,95
9° Santa Maria das Barreiras	478.639	498.664	4,18	2,60
10° Pacajá	432.578	492.442	13,84	2,57

Fonte: elaborada por FAPESPA/SEDAP (2015), a partir de IBGE (2015)

Percebe-se, na tabela da Figura 2, que, entre os dez municípios listados, apenas Altamira e Pacajá se encontram fora das regiões sul e sudeste do estado, o que significa que estas regiões concentram a maior parte da atividade de produção bovina, ressaltando o quantitativo de 144 municípios em todo o estado, tendo Marabá como um dos principais produtores.

Para além dos dados tecnocráticos da atividade pecuária, outra dimensão de análise do campo em Marabá, que se estende para as regiões sul e sudeste paraenses, é a disputa pela posse da terra, cujo principal episódio foi o massacre de dezenove pessoas sem-terra em 1996, perfazendo o registro de 212 mortes de trabalhadores rurais entre 1985 e 2015, segundo a Comissão Pastoral da Terra (FAPESPA/SEDAP, 2015).

A CIDADE E O URBANO EM MARABÁ

No período contemporâneo do espaço urbano capitalista tecnificado, o contexto da cidade média, considerada um fenômeno recente no Brasil e mais ainda na Amazônia, e o peso de tais cidades no conjunto da estrutura urbana, vem ganhando relevância, pela capacidade desta de receber e de emitir demandas para além da ordem econômica; tratam-se de relações horizontais e verticais ampliadoras da centralidade.

Afora essas expressões de centralidade urbana, é possível reconhecer na Amazônia brasileira o que se poderia chamar de centralidades socioterritoriais, que respondem notadamente a uma demanda de fluxos relacionada à lógica de relativa proximidade e de contiguidade geográfica e, igualmente, de demandas e fluxos para além de necessidades econômicas e de interesses eminentemente políticos. Esta é a razão pela qual considerar as “horizontalidades” e as “solidariedades orgânicas”, de proximidade e de demandas endógenas, nos termos a que se refere Santos (1996), não deixou de ser importante para compreender as formações urbanas e as cidades médias, no atual período histórico. (TRINDADE JR., 2015, p. 325-326)

Assim sendo, as cidades médias amazônicas exercem centralidades outras, voltadas ao suprimento de demandas sociais básicas e complexas, locais e regionais, caracterizando dimensões de centralidades, que se realizam por interações espaciais em múltiplas direções.

No período de 1970 a 2020, houve importante incorporação de técnicas modernas na urbanização, tendo ocorrido mudanças significativas no espaço urbano, com rebatimentos sociais contraditórios, a partir da modernização do território marabaense.

Nos anos 1970, a Região Amazônica, sobretudo a sua faixa oriental, sofreu grandes intervenções do governo federal, que

elegeu algumas cidades, entre as quais Marabá, considerada uma das principais da região, para entrar na agenda dos planos de desenvolvimento.

Compreender o processo evidenciado nas paisagens urbanas de Marabá pressupõe analisar o papel exercido pelas políticas desenvolvimentistas empreendidas para o território amazônico, principalmente a partir dos anos 1970. A incorporação definitiva da região Amazônica ao processo de planejamento nacional se consubstanciou no programa de desenvolvimento, no documento de metas e bases para ação do governo, o qual orientou a elaboração do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) 1972/74. (RODRIGUES, 2013, p. 120)

Assim, a cidade de Marabá recebeu vultosos investimentos públicos e privados nos últimos quarenta anos, tendo, por discurso, a necessidade de modernização dos espaços local e regional. Podemos dizer que se demarcaram as características espaciais de cada agente, num movimento dialético no seio do urbano, tanto de modernização quanto de ampliação das contradições socioespaciais, bem como de reprodução da pobreza urbana.

Marabá possui em suas formas urbanas as marcas da articulação e coexistência da "cidade da temporalidade ribeirinha", dos modos de vida associados ao meio rural, convivendo com a "cidade das estradas", estas vinculadas a dinâmicas mais aceleradas inerentes à reprodução do capital no espaço. Por sua vez, a "cidade dos migrantes" convive com a "cidade dos vendedores ambulantes", com a "cidade dos subempregados e desempregados", conformando um mosaico de elementos que demonstram a produção desigual da cidade e do urbano em Marabá. (RODRIGUES, 2015, p. 161)

Pode-se afirmar que processos de várias ordens se aglutinaram em Marabá, que, no entanto se desdobrou em mudanças na escala local, com efeito regional, dada a sua condição espacial de cidade ribeirinha, mas também conectada ao Brasil por via terrestre.

O rio Tocantins foi fundamental na formação desta sub-região e da cidade de Marabá, mas teve seu papel econômico relativizado em face das novas estratégias de ordenamento territorial, ou seja, o transporte rodoviário assumiu um importante papel na reestruturação do território amazônico, em detrimento do hidroviário. (TRINDADE JR.; NUNES, 2012, p. 210)

A reestruturação do espaço regional fazia parte do programa, em que o I Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) apregoava a “Integração Nacional”, não obstante o fator econômico.

Tendo em vista este propósito criou-se, em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o Sudeste do país através de Brasília e, mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR-364) e Santarém (Cuiabá-Santarém). Deste modo, a produção industrial do Sudeste alcançou a Amazônia, ao mesmo tempo em que esta passou a enviar matérias-primas para o Sudeste, como é o caso da cassiterita. (CORRÊA, 1987, p. 57)

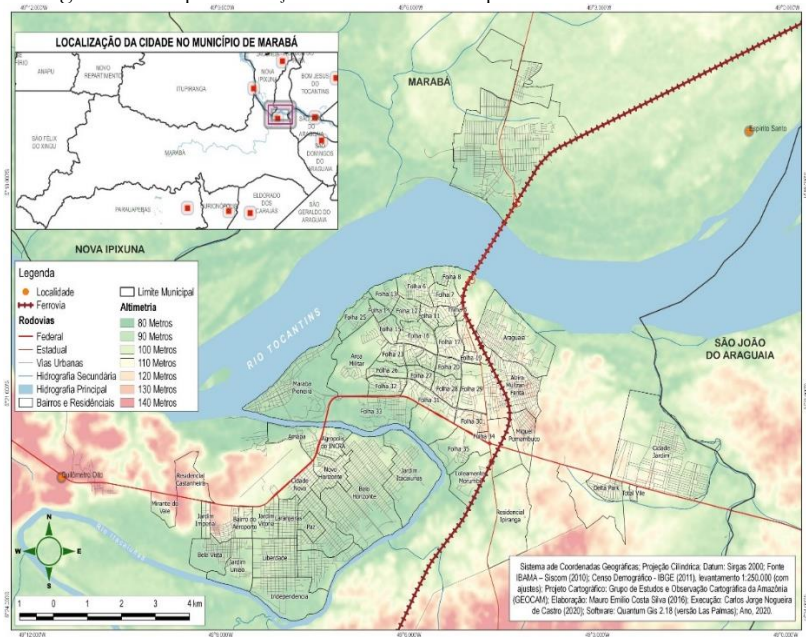
Se, por um lado, a implementação do sistema rodoviário facilita a migração de mão de obra, por outro, diversifica e intensifica as dinâmicas de serviços e de comércio, pelos novos fluxos trazidos pelas conexões escalares. Dessa maneira, assentou-se o padrão de organização sociogeográfico “estrada-terra firme-subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O sistema rodoviário exerce grande peso na redefinição da morfologia urbana, haja vista que a construção das pontes no

interior da malha urbana de Marabá facilitou a circulação dos produtos rurais na cidade.

Para Spósito (2004, p. 65), “[...] o termo morfologia é designativo daquilo que se refere à forma, mas o conceito de morfologia urbana vai muito além da análise das formas urbanas em si, embora as contenha”. A forma desemboca nas relações sociais, logo o conteúdo da cidade é fissurado.

Figura 3 – Mapa do traçado das rodovias e perfil altimétrico de Marabá



Nota: é importante que se compreenda o perfil altimétrico da cidade de Marabá, para que se justifique o alinhamento posto nas rodovias (federal e estadual) e na ferrovia, que se encontram na média de 90 metros ou mais, em contraste com a região do núcleo Marabá Pioneira, que se encontra na média de 80 metros de altitude e alaga com frequência no regime de cheias. Outro ponto importante no projeto cartográfico compreende a redução altimétrica nos bairros às margens do rio Itacaiúnas (característica de áreas periféricas).

Fonte: elaborado pelo autor (2020), com base em IBGE (2011).

O padrão “estrada-terra firme-subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2006) é constituinte de eventos que se

evidenciaram na Amazônia e, em Marabá, tal ocorreu por ligação terrestre, com os usos do solo e do subsolo pela atividade da mineração. Porém, o padrão de organização espacial calcado na estrada não anulou as relações da cidade com o rio: “Os padrões de acessibilidade rodoviária e fluvial se sobrepuseram” (CARDOSO; LIMA, 2009, p. 166), havendo, sim, a justaposição entre os dois padrões, com potencialidades em aberto.

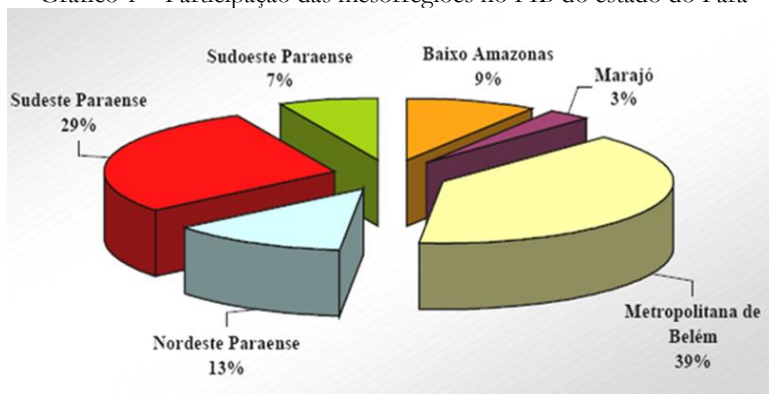
A cidade do rio também se anima pela estrada, o que nos faz vê-las não como resultados de um passado estático ou de um futuro avassalador, mas como um espaço-tempo presente, denso e vivo, cujos atributos maiores são a simultaneidade e a dinamicidade. (MALHEIRO; TRINDADE JR., 2009, p. 4)

A atividade da mineração exigiu a instalação de um padrão espacial de organização pautado na estrada para Marabá, como setor de extração, de transformação da matéria-prima e de escoamento para exportação, requerendo, do espaço, a capacidade de suporte à atividade, cuja justificativa decorre das receitas geradas para o município.

A arrecadação de receita proveniente dos impostos coletados com a atividade minerometalúrgica é uma importante fonte de obtenção de recursos por parte dos governos municipais para o investimento em políticas públicas. Um dos pontos positivos para os Municípios que estão sob a influência direta dos projetos de mineração na Amazônia, especialmente o estado do Pará, é a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recurso Mineral (CFEM), um importante medidor financeiro da importância dos repasses de investimentos para os Municípios e estados com expectativa em termos de ganhos econômicos a partir dos projetos das companhias mineradoras. (PALHETA *et al.*, 2014, p. 368)

Um dos instrumentos de compreensão do nível de arrecadação de receitas municipais é a observância da participação no PIB por região no estado. Nesse caso, Marabá, inserida no sudeste paraense, região geradora de 29% do total de receitas, é definida como segunda maior cidade em contribuição para o estado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação das mesorregiões no PIB do estado do Pará



Fonte: elaborado por Ribeiro (2010), a partir de Pará (2002)

É importante ressaltar que o município de Marabá vivenciou a perda de oito siderúrgicas nos dez últimos anos, permanecendo em operação apenas duas, a saber: Siderúrgica do Pará S/A (SIDEPAR) e Siderúrgica Norte Brasil S/A (SINOBRAS). Tal perda no número de siderúrgicas representa alterações econômicas que inexoravelmente aprofundaram mazelas sociais, por meio do aumento do desemprego, uma de suas marcas.

Estudos demonstraram que as estratégias de reordenamento do território na Amazônia não conseguiram reduzir a pobreza social em sentido *lato*, mesmo nas cidades médias, que têm possibilidade de oferecer melhores índices de qualidade de vida, em relação a outros níveis hierárquicos de cidades, sendo este um traço característico de cidades médias de outras regiões do país, como identificado por Ribeiro (2010):

[...] em contraposição as demais cidades médias do país, em que as cidades deste porte apresentam uma melhor qualificação do trabalho e um nível mais elevado de qualidade de vida de sua população, no caso das cidades médias amazônicas, elas tendem a apresentar o empobrecimento de sua população e condições de vida urbanas precárias. (RIBEIRO, 2010, p. 9)

Na perspectiva de crise econômica vivenciada no país, atualmente, o fechamento das siderúrgicas em Marabá suscita redução no ritmo de crescimento econômico e desaceleração no ritmo de urbanização, com aumento das contradições sociais.

O CIRCUITO INFERIOR NOS TRÊS CENTROS DA CIDADE

A economia urbana de Marabá, para além do circuito em que as siderúrgicas se inserem, identificado como circuito superior, possui ampla gama de atividades, que se colocam como subsidiárias e complementares, porém fundamentais ao desenvolvimento daquele circuito. Todas estas atividades são inseridas no que Milton Santos (2008) denominou circuito inferior, em significativa relação com as atividades agrárias.

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. (SANTOS, 2004, p. 197)

Com vistas a analisar a realidade campo-cidade em Marabá, buscando aferir os desempenhos econômico e social do seu

circuito inferior, em que são praticadas formas alternativas de obtenção de renda e de trabalho, foram aplicadas entrevistas com roteiro semiestruturado a cinco sujeitos trabalhadores em três dos cinco centros formadores de Marabá, perfazendo um total de quinze intervenções.

CIDADE NOVA

A reprodução dos centros é atribuída, em parte, às atividades informais, principalmente em áreas que cresceram de modo conjuntivo entre o espontâneo e o planejado, tal como o núcleo Cidade Nova. Dessa maneira, tornou-se vital fazer a interlocução com o sujeito com atividade relativa ao circuito inferior, representado pelos trabalhadores que realizam atividades fixas nas calçadas, que, nesse centro, apreendeu uma aproximação da realidade socioeconômica, por meio de seu ponto de vista.

Quadro 1 – Condições socioeconômicas dos trabalhadores do circuito inferior no núcleo Cidade Nova

Circuito inferior	Tempo de trabalho no centro	Microempreendedor Individual (MEI)	Nível de satisfação com ganhos	Desejo de emprego formal
Trabalhador 1	2 anos	Não	Regular	Não
Trabalhador 2	3 anos	Não	Bom	Não
Trabalhador 3	1 ano	Não	Não sabe	Não
Trabalhador 4	Acima de 3 anos	Não	Regular	Não
Trabalhador 5	2 anos	Não	Bom	Não

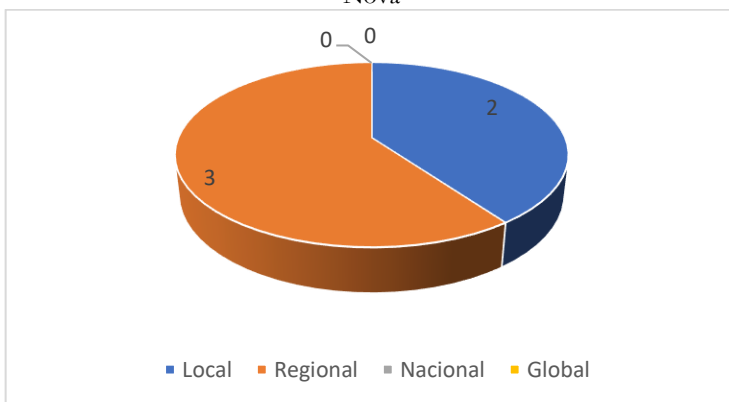
Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

Mediante o tratamento dos dados coletados em campo com cinco trabalhadores atuantes diretamente no circuito inferior, constatou-se que apenas o Trabalhador 3 (T3) tem um ano no local, enquanto os demais cumprem com funções há dois anos ou mais, o que significa que estes trabalhadores possuem considerável arcabouço de informações sobre a dinâmica do centro, em relação a sua própria atividade.

Quanto ao nível de satisfação com ganhos, houve certa contradição, pois apenas T2 e T5 assinalaram “Bom” para seus rendimentos e os demais indicaram “Regular” ou “Não sabe”, mas isto não os motivou a sair da atividade, uma vez que todos afirmaram não pretender trabalhar com carteira assinada no mercado empregatício formal.

Outra operação metodológica utilizada foi a busca pela origem das mercadorias agropecuárias comercializadas no centro, porque, com base nesta informação, é possível dimensionar a relação campo-cidade por tal circulação.

Gráfico 2 – Origem das mercadorias do circuito inferior no núcleo Cidade Nova



Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

O tratamento dos dados obtidos em campo levou à constatação de que, nas atividades do circuito inferior da cidade,

os produtos agropecuários são oriundos dos campos local e regional e, mesmo, dos fornecedores da cidade e da região, isto é, há domínio da escala regional, seguido da local.

MARABÁ PIONEIRA

O estudo do circuito inferior no núcleo Marabá Pioneira é altamente sugestivo, pelo fato de que sua área central abriga a feira, recém-transferida para um novo espaço, o que torna tal centro o mais “popular” da cidade, logo há grande disponibilidade de trabalhadores para a realização da entrevista neste circuito.

Quadro 2 – Condições socioeconômicas dos trabalhadores do circuito inferior no núcleo Marabá Pioneira

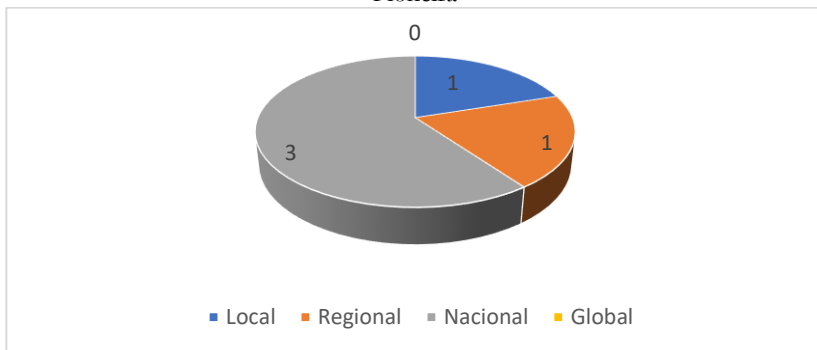
Circuito inferior	Tempo de trabalho no centro	Microempreendedor Individual (MEI)	Nível de satisfação com ganhos	Desejo de emprego formal
Trabalhador1	Não sabe	Não	Regular	Sim
Trabalhador2	Acima de 3 anos	Não	Regular	Sim
Trabalhador3	Acima de 3 anos	Sim	Bom	Não
Trabalhador4	3 anos	Não	Bom	Não
Trabalhador5	Acima de 3 anos	Não	Não sabe	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

Segundo dados fornecidos pelos entrevistados e expressos no Quadro 2, com exceção do T1, todos os demais estão no local há mais de três anos, o que garante considerável margem de fidelidade nas respostas. Assim, o não cadastro no MEI é recorrente, com o nível de satisfação com ganhos sendo relativamente baixo, o que justifica o anseio de inserção no mercado formal de trabalho, por parte de T1 e de T2.

Quanto à dimensão interacional captada no referido núcleo, por meio da origem da escolha e de compra de mercadorias agropecuárias, por parte dos trabalhadores do circuito inferior deste centro, as respostas foram as que seguem:

Gráfico 3 – Origem das mercadorias do circuito inferior no núcleo Marabá Pioneira



Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

No que tange à origem das mercadorias, houve uma inflexão, em relação ao núcleo Cidade Nova, isto é, para o centro Marabá Pioneira, houve um domínio da escala nacional sobre as outras, o que revela reduzida relação com o campo, podendo ser explicado pelo processo histórico de relações comerciais entre Marabá e outras partes do país, já que este centro é o mais tradicional e é ponto de referência relacional da cidade ou, como mencionados nas entrevistas: “[...] *aqui é o coração da cidade*” (relatos pessoais dos entrevistados T2 e T5), expressando empiricamente a nodosidade deste núcleo.

NOVA MARABÁ

As centralidades do núcleo Nova Marabá são espriadas, com algumas concentrações, configurando uma espécie de difusão concentrada (CAMAGNI, 2005), isto é, um nó areal que emite

fluxos, havendo uma condição mais centralizada em outros dois núcleos (Marabá Pioneira e Cidade Nova), em que atividades tradicionais se junta a outras, pontualmente modernas.

Quadro 3 – Condições socioeconômicas dos trabalhadores do circuito inferior no núcleo Nova Marabá

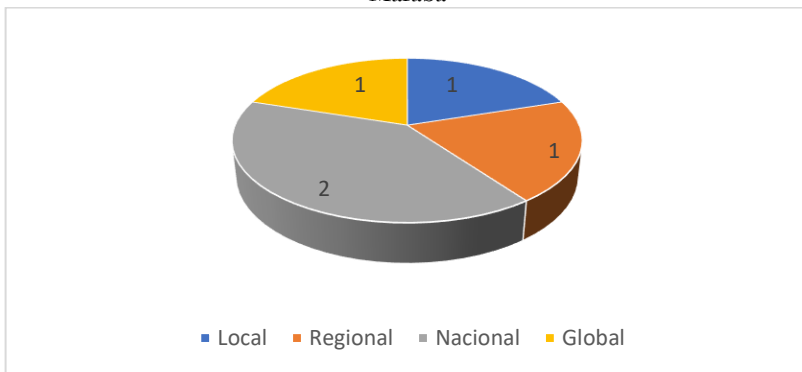
Circuito inferior	Tempo de trabalho no centro	Microempreendedor Individual (MEI)	Nível de satisfação com ganhos	Desejo de emprego formal
Trabalhador1	1 ano	Não	Bom	Não
Trabalhador2	Acima de 3 anos	Não	Bom	Não
Trabalhador3	Acima de 3 anos	Não	Insuficiente	Não
Trabalhador4	Acima de 3 anos	Sim	Bom	Sim
Trabalhador5	Acima de 3 anos	Não	Não sabe	Sim

Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

A consulta aos trabalhadores do circuito inferior no referido centro se mostrou ambivalente, quanto ao quesito “Nível de satisfação com ganhos”, que T1, T2 e T4 acusaram ser “Bom”, T3 declarou “Insuficiente” e T5 não soube responder. Tal situação indica que não há uma unanimidade de concordância, quanto à vitalidade comercial deste núcleo. Tal assertiva também pode ser compreendida nos posicionamentos positivos de T4 e de T5, quanto ao desejo de obter um emprego formal, havendo uma tensão entre os sujeitos trabalhadores e as condições gerais do espaço.

Intencionando entender o potencial de escalaridade, por meio da localização das fontes de compras das mercadorias no circuito inferior deste centro, buscou-se, por meio da entrevista, responder tal questão (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Origem das mercadorias do circuito inferior no núcleo Nova Marabá



Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de dados de trabalho de campo (jul. 2020)

Nesse caso, assim como ocorre no centro Marabá Pioneira, prevaleceu a escala nacional, porém houve uma melhor distribuição entre as demais escalas, o que leva a apreensão de que há um movimento em curso de diversificação de fornecedores entre as escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Marabá é um exemplo clássico da complexa urbanização na Amazônia, nos últimos quarenta anos, isto é, na cidade e, mesmo, no campo, reúnem-se elementos do “novo” e do “tradicional”, que coexistem dialeticamente. Entre eles, tem-se a permanência de laços simbólicos com o rio, ao mesmo tempo em que se abrigam técnicas modernas, seja para a viabilidade da indústria mineradora, seja para a centralidade urbana de serviços e de comércio, os quais se manifestam espacialmente como expressões da globalização.

Assim, as relações tramadas entre a cidade e o campo foram determinadas pelos processos econômicos, que delimitaram o espaço em funções produtivas de naturezas própria ou

implantada nas relações entre os dois entes espaciais, promovendo alterações, de acordo com as temporalidades em vigor nas atividades, seja intensificando, seja reduzindo as interações, em termos quantitativos e qualitativos.

É também importante ressaltar que as formações econômica e espacial exercem grande influência nas relações intraespaciais do município, sobretudo entre aquelas, cujas gêneses territoriais se pautaram em atividades econômicas agrárias, ainda que, na atualidade, a cidade e o urbano prevaleçam, quanto às externalizações, sobre o campo e o rural, que se apresentam como partes menos preponderantes do conteúdo do município.

Nesse sentido, o gradiente da natureza, que, no caso marabaense, apresenta-se nas dinâmicas das águas dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que influenciaram as disposições de ambas as malhas urbana e rural, engendrando suas fundações e suas expansões. Logo, a terra (geo) de Marabá tem o ser humano (grafia) se (re)produzindo continuamente, dentro da perspectiva do *devoir* geográfico.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre as cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, jun. 2009.
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. *In*: SPÓSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ (FAPESPA). **Boletim Agropecuário do Estado do Pará**. Belém: [FAPESPA], 2015.

LEMOS, A. I. G. Metropolização e modernidade. As metrópoles da América Latina. *In*: SCARLATO, F. C. **Novo mapa do mundo: Globalização e espaço Latino-Americano**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997. p. 181-186.

MALHEIRO, B. C. P.; TRINDADE JR., S. C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins (Pará). *In*: TRINDADE JR., S. C.; CARVALHO, G. **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: UFPA, 2009. p. 59-92.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

PALHETA, S. M. *et al.* Geografia do espaço paraense: análises do espaço geográfico. *In*: PALHETA, S. M. **Geografia econômica e mineração no Pará: (des)ordenamento territorial em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. p. 367-389.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no Sudeste paraense**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, J. C. Políticas territoriais e urbanização na Amazônia oriental: estudo de Marabá. *In*: SILVA, C. N. da. **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: Açai, 2013. p. 119-136.

ROMERO, J. L. **América Latina: as cidades e as ideias**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.
SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPÓSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO. **Anais [...]**. Mendoza: Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

SPÓSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, 2004.

SUZUKI, J. C. Modernização, Território e Relação Campo-Cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007.

TOURINHO, H. L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica**: o caso de Marabá. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TRINDADE JR., S. C. da. Cidades e Centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, p. 305- 334, 2015.

TRINDADE JR., S. C. da.; NUNES. D. A. (Sobre) vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 209-238, jun. 2012.

A CONCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE, SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

Alan Tiago Corrêa¹

Gisalda Carvalho Filgueiras²

Oriana Trindade de Almeida³

Dimitri Sergei Filgueiras Bessa⁴

Sérgio Luiz de Medeiros Rivero⁵

INTRODUÇÃO

A relação entre educação e meio ambiente vem assumindo um papel cada vez mais relevante na sociedade. Para Almeida *et al.* (2016), abordar a temática de sustentabilidade é considerar que os recursos são escassos e que a variação do padrão de consumo da população se eleva, à medida que os limites de produção destes recursos vão se esgotando. As políticas ambientais e os programas educativos, relacionados à conscientização da população sobre estes temas, demandam cada vez mais métodos que integrem estas realidades em prol dos desenvolvimentos do saber e das práticas voltadas à transformação social.

Bizerril, Rosa e Carvalho (2018) destacam que, nas últimas décadas, o reconhecimento do papel que as universidades podem desempenhar no apoio à formação das sociedades sustentáveis vem crescendo de forma acentuada. As instituições superiores devem, além de exercer seus aspectos de pesquisa, de ensino e de

¹ UFPA. Contato: tiagoalan17@gmail.com.

² UFPA. Contato: gisalda.filgueiras@gmail.com.

³ NAEA-UFPA. Contato: orianaalmeida@gmail.com.

⁴ MP. Contato: dsfbessa@gmail.com.

⁵ UFPA e UFCG. Contato: sergiolmrivero@gmail.com.

extensão, relacionar estes elementos à prática da sustentabilidade, de forma que haja interação entre as comunidades interna e externa, para que tais práticas promovam o bem-estar de todos.

Segundo estes autores, o processo de sustentabilidade na universidade é facilitado ou dificultado, de acordo com a estrutura e as ações culturais por ela dispostas. Assim, entende-se que a combinação de conhecimentos básicos de sustentabilidade, aliados aos saberes específicos de tópicos do mesmo assunto, é capaz de induzir a comunidade acadêmica a adotar mudanças em seus comportamentos ambientais.

A universidade é um fórum de diálogo entre a escola e a sociedade, possibilitando a criação de novos valores e conhecimentos e de novas realidades socioambientais (VERDI; PEREIRA, 2006, p. 377). Um importante elemento para o desenvolvimento de políticas de sustentabilidade é a pesquisa de comportamento ambiental, tendo, como proposição, a dificuldade de se estabelecer, de forma coletiva, a existência de diferentes percepções sobre os valores do meio ambiente, por parte das pessoas.

As universidades têm papel de destaque neste sentido, tendo em vista que são formadoras de opinião e, assim, capazes de envolver as diversas camadas sociais na adoção de condutas sustentáveis. Dessa forma, o comportamento de seus estudantes precisa se tornar pauta nas discussões acadêmicas, no intuito de conciliar teorias e práticas, que possam promover o desenvolvimento de uma cultura sustentável na sociedade, envolvendo tanto a comunidade interna quanto a externa.

Nesse contexto, o foco deste estudo é a Universidade Federal do Pará (UFPA), considerada a maior universidade do Norte do país, com uma população estimada em 40.275 estudantes, segundo dados divulgados pelo Anuário Estatístico de 2016 e publicados no sítio da instituição. A missão da UFPA é, além de produzir e de socializar conhecimentos, promover uma construção sustentável da sociedade incluída. Todavia, Almeida *et al.* (2016) destacam que, apesar de possuir iniciativas voltadas à sustentabilidade, a entidade ainda não possui pesquisas que

incentivem e/ou que monitorem os padrões de consumo dos seus estudantes, como instrumentos de sustentabilidade na universidade.

O problema levantado neste estudo se originou das seguintes perguntas: como os estudantes de graduação da UFPA percebem os aspectos de sustentabilidade na universidade?; e que atitudes pró-ambientais estes alunos praticam? Com base nestes questionamentos, o presente estudo tem, como objetivo, entender o comportamento dos estudantes na UFPA, em relação aos seus comprometimentos ecológicos e aos seus entendimentos sobre as importâncias da informação e da disseminação dos princípios ambientais nas suas formações como profissionais e como cidadãos. Para Lynn (2014), o estudo do comportamento ambiental é importante, pois, através dele, governos e organizações conseguem implementar políticas públicas efetivas no tratamento de problemas ambientais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MEIO-AMBIENTE

A degradação ambiental, causada pelo consumo crescente dos bens da natureza, tem se acentuado, ao longo dos últimos anos, e suscita uma reflexão acerca das práticas ambientais adotadas em sociedade. Jacobi (2006) defende que a problemática da sustentabilidade surge em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos ecossistemas e envolve a necessária articulação entre a produção de conhecimentos e a educação ambiental. Leitão (2016) destaca que a tarefa de avaliar a sustentabilidade ambiental não é fácil e demanda um longo processo analítico, envolvendo conceitos e variáveis temporais e geográficas de vários campos de conhecimento.

A produção de saberes deve ser capaz de abarcar o conjunto de atores do universo educativo, dessa forma a educação ambiental deve funcionar como estratégia, que visa estabelecer diretrizes que aumentem as ações alternativas, em torno da questão socioambiental, de forma a estimular novos hábitos, atitudes e

valores na comunidade. Lopes *et al.* (2013) destacam que as Instituições de Ensino Superior (IES) estão diretamente ligadas ao aprendizado e ao comportamento ambiental, logo possuem os papéis de qualificar e de conscientizar as pessoas, o que poderá permitir a compreensão das interrelações entre os indivíduos e o ambiente e entre si mesmos.

A universidade não pode permanecer à margem das preocupações que afetam as sociedades, e cabe a ela contribuir para as consciencializações sobre os problemas ambientais e para a construção de novas éticas e culturas ambientais (LEITÃO, 2016).

Para Verdi e Pereira (2006), o processo de educação ambiental deve estar inserido na realidade e resultar de métodos educativos, contribuindo para a transformação da existência e desconstruindo e reconstruindo indivíduos e a coletividade. A universidade tem a função de mediar a construção de referenciais ambientais e deve saber transmiti-los, como instrumentos para o desenvolvimento de práticas sociais centradas nos conceitos da natureza.

Segundo Almeida, Scatena e Luz (2017), as políticas de educação ambiental ordenam que qualquer instituição de ensino atuante no Brasil deva considerar a educação ambiental como um componente permanente dos programas de ensino, o que torna este modelo de educação um direito de todos. O papel da universidade vai muito além de acumular funções de pesquisa, de ensino e de extensão; sua principal função é de formar profissionais, que vão atuar em vários setores da sociedade, tendo também de desempenhar papéis como cidadãos.

Kitamura e Hoshii (2010) fazem uma análise dos problemas e das restrições que as universidades enfrentam na implementação de uma educação voltada ao tema da sustentabilidade e destacam a importância da incorporação de conteúdos da matéria no ensino formal de graduação.

A universidade é um fórum de diálogo entre a escola e toda a sociedade, possibilitando a criação de novos valores, de conhecimentos e de novas realidades socioambientais. Nesse

sentido, a ciência pode e deve ser propulsora das qualidades ambiental e de vida (VERDI; PEREIRA, 2006).

As IES precisam optar pela sustentabilidade; não, para atender a um modismo, mas como forma de serem agentes da transformação que se deseja para o planeta (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018). Assim, a ideia de sustentabilidade implica a necessidade de se desenvolver um conjunto de iniciativas, que levem em conta a existência de participantes sociais e que respeitem as dimensões culturais e as relações de poder já existentes.

Relativo ao comportamento ambiental, Leitão (2016) afirma que os fatores da crise ambiental estão intimamente ligados à desarticulação dos padrões e dos valores culturais que regem o comportamento do ser humano, quanto ao meio ambiente. A relação entre as condutas ambientais responsáveis e a percepção da educação ambiental é íntima, e o interesse por estudos sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente tem sido cada vez maior (PATO; TAMAYO, 2006).

O estudo da percepção ambiental vem estabelecendo crescente produção de conhecimento, baseando-se em diferentes correntes teóricas, focadas em elucidar a origem das percepções do ser humano, quanto ao espaço em que se vive (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017). Nesse contexto, o estudo do comportamento ambiental é importante, pois, segundo Lynn (2014), essa metodologia permite que se identifiquem as dimensões das atitudes, as quais as pessoas tendem a tomar, consistentemente.

Segundo Da Silva *et al.* (2015), estudar o proceder ambiental humano é necessário para entender os fatores situacionais que influenciam os comportamentos dos indivíduos, a fim de torná-los favoráveis ao meio ambiente.

A partir dos resultados apresentados nas pesquisas de comportamento, pode-se traçar estratégias, nos níveis do ensino, da pesquisa, da extensão, para a capacitação e para a conscientização dos alunos. Desse modo, Da Silva *et al.* (2015) destacam que a análise comportamental contribui com a instituição pesquisada, pois, a partir dela, podem ser traçadas metas e

estratégias de capacitação em educação e de gestão ambiental. Logo, os estudos voltados a este tema servem como pontos de partida para a elaboração de instrumentos, que permitam a adoção de medidas eficazes no referente à questão ambiental.

O comportamento ecológico possui múltiplas facetas e dimensões, manifestando-se nas esferas privada e pública (PATO; TAMAYO, 2006). O processo de mobilização dos atores e a conexão das aspirações políticas e coletivas devem considerar quais impactos ambientais são percebidos e interpretados de formas diferentes, pelas pessoas (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

As informações obtidas, através da pesquisa de percepção, permitem que se obtenham o panorama institucional e o perfil comportamental da comunidade universitária, no tocante à atuação socioambiental. A observação deste fenômeno, em toda a sua abrangência, torna-se, segundo Almeida, Scatena e Luz (2017), essencial e prioritária no contexto estudado, uma vez que, sem ela, frustra-se o anseio governamental de efetivar a participação coletiva e o intercâmbio de saberes estimulados pelas normativas.

Uma compreensão mais aprofundada da dimensão ecológica do comportamento pode contribuir para apontar condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental no projeto pedagógico adotado pela instituição, fornecendo subsídios para uma educação ambiental efetiva.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritivo-explicativa, em formato de estudo de caso. Segundo Meirinhos e Osório (2016), os estudos de caso retratam a realidade, utilizando múltiplas fontes de evidencia, e se enquadram numa lógica de construção do conhecimento, que incorpora a subjetividade do investigador.

A população-objeto deste trabalho é compreendida por 142 estudantes de graduação dos cursos de Economia, de Biotecnologia, de Pedagogia, de Arquitetura e Urbanismo, de Engenharia Civil e de Engenharia de Alimentos da UFPA,

originalmente. O levantamento foi realizado nos meses de março, de junho e de julho de 2019, por meio da aplicação de um questionário sociodemográfico composto por dez questões, para promover a caracterização dos sujeitos do estudo. Além disso, foi aplicada uma escala de medição dos comportamentos e das atitudes ambientais dos participantes (LYNN, 2014), dividida, essa, em dois conjuntos de itens de pesquisa. O primeiro conjunto diz respeito a comportamentos que têm impacto direto no meio ambiente; o segundo, diz respeito às atitudes, em relação ao meio ambiente.

As perguntas do módulo de comportamento ambiental consistem em uma bateria de 17 questões, e cada participante foi convidado a escolher uma das opções disponíveis, indicando quantas vezes ele age, em relação ao item questionado. As opções oferecidas variam entre: 1 – Sempre; 2 – Muitas vezes; 3 – Frequentemente; 4 – Não muito; 5 – Nunca; e 6 – Não se aplica/Não posso responder. Os itens deste conjunto podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Perguntas sobre o comportamento ambiental

		1 – Sempre 2 – Muitas vezes 3 – Frequentemente 4 – Não muito 5 – Nunca 6 – Não se aplica/ Não posso responder					
Quantas vezes você pessoalmente...							
01	Antes de jogar algo no lixo, você reflete em como poderia reutilizá-lo?	1	2	3	4	5	6
02	Você separa o lixo que pode ser reciclado (papel, plástico, vidro, metais) e os dispõe para coleta?	1	2	3	4	5	6
03	Apaga as luzes, desliga aparelhos elétricos, ventilador, central de ar, quando sai do ambiente?	1	2	3	4	5	6
04	Fecha a torneira enquanto escova os dentes?	1	2	3	4	5	6
05	Fecha o chuveiro enquanto se ensaboia durante o banho?	1	2	3	4	5	6
06	Ao utilizar papel-toalha em banheiros você faz uso conforme o recomendado (Ex: máximo 2)?	1	2	3	4	5	6
07	Você evita imprimir coisas desnecessárias (por exemplo: conteúdo de e-mail e anexos)?	1	2	3	4	5	6

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

08	Ao imprimir, você utiliza os dois lados, ou reutiliza-o como rascunho caso seja impresso em apenas um lado?	1	2	3	4	5	6
09	Compra ou dá preferência ao consumo de produtos reciclados?	1	2	3	4	5	6
10	Compra ou dá preferência ao consumo de produtos orgânicos?	1	2	3	4	5	6
11	Utiliza ar-condicionado mesmo em dias frios?	1	2	3	4	5	6
12	Decide não comprar algo porque você sente que tem muita embalagem?	1	2	3	4	5	6
13	Leva os resíduos produzidos na bolsa até encontrar local de descarte apropriado?	1	2	3	4	5	6
14	Utiliza transporte público, em vez de utilizar carro?	1	2	3	4	5	6
15	Vai a Pé ou utiliza bicicleta para viagens curtas?	1	2	3	4	5	6
16	Divide transporte em carros particulares, taxis, veículos de aplicativos, com outras pessoas que precisam fazer um percurso semelhante.	1	2	3	4	5	6
17	Utiliza energia elétrica da universidade para carregar seus equipamentos eletrônicos pessoais?	1	2	3	4	5	6

Fonte: adaptado de Lynn (2014)

O conjunto de atitudes ambientais é composto por 22 itens. Os entrevistados foram questionados sobre se acreditam que cada um dos vinte e dois itens impactam em mudanças climáticas e no meio ambiente; se eles concordam que ser verde é um estilo de vida; e até que ponto eles agem de forma ecologicamente correta. A Tabela 2 lista os itens deste conjunto.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Tabela 2 – Perguntas acerca de atitudes ambientais

1 – SIM 2- NÃO

Você, pessoalmente, acredita ou não em cada um dos seguintes questionamentos?

01	Eu não acredito que o meu comportamento e estilo de vida contribuam para as alterações climáticas	1	2
02	Eu estaria disposto a pagar mais por produtos ecologicamente corretos	1	2
03	Se as coisas continuarem em seu curso atual, em breve todos sofrerão as consequências de um grande desastre natural	1	2
04	A chamada “crise ambiental” que a humanidade enfrenta tem sido tratada de forma Exagerada	1	2
05	A mudança climática está muito além do controle, ou seja, é tarde de mais para que se possa fazer qualquer coisa sobre ela.	1	2
06	Os efeitos causados pela mudança climática estão muito longe para que eu possa me preocupar	1	2
07	Quaisquer alterações que eu faço para ajudar o meio ambiente precisa se encaixar com o meu estilo de vida	1	2
08	Não vale a Universidade tentar combater as mudanças climáticas, pois os resultados alcançados serão anulados pela atitude das pessoas que estão fora dela.	1	2
09	As pessoas serão afetadas pelas mudanças climáticas nos próximos 30 anos	1	2
10	As pessoas serão afetadas pelas mudanças climáticas nos próximos 100 anos	1	2

Como você se sente sobre o seu estilo de vida atual em relação e para o meio ambiente?

11	Estou feliz com o que faço no momento	1	2
12	Eu gostaria de fazer um pouco mais para ajudar o meio ambiente	1	2
13	Eu gostaria de fazer muito mais para ajudar o meio ambiente	1	2

Qual destes melhor descreve o seu estilo de vida atual?

14	Eu realmente não faço nada que seja ecologicamente correto	1	2
15	Eu faço uma ou duas coisas que são ecologicamente correto	1	2

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

16	Eu faço algumas coisas que são ecologicamente correto	1	2
17	Eu sou ecologicamente correto na maioria das coisas que eu faço	1	2
18	Eu sou ecologicamente correto em tudo que faço	1	2

Você concorda ou discorda que ser verde é um estilo de vida alternativo, não é para a maioria?

19	Concordo plenamente	1	2
20	Concordo	1	2
21	Discordo	1	2
22	Discordo Plenamente	1	2

Fonte: adaptado de Lynn (2014)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises apresentadas a seguir buscam responder, percentualmente, ao que foi proposto nos objetivos da pesquisa. Primeiramente, foram observados os perfis sociodemográficos dos participantes e, em seguida, foram avaliadas as respostas ao questionário de escala de medição dos comportamentos e das atitudes ambientais. Dado o considerável número de alunos que se propôs a participar voluntariamente da pesquisa, ou seja, pelo tamanho da amostra, pode-se considerar que esta foi validada.

Na Tabela 3, está descrito o total de participantes, em relação a cada variável sociodemográfica, bem como suas percentagens representativas.

Na composição do perfil dos participantes, verificou-se o predomínio do sexo masculino (52,82%), em relação ao feminino (47,18%), e que os indivíduos são relativamente jovens, com predominância da faixa etária de 16 a 19 anos (48,59%), seguida da faixa de 19 e 23 anos (36,62%). Estes números se calcam no fato de que a aplicação de questionários se concentrou nos alunos entrantes nos cursos (calouros).

Com relação ao estado civil, predominam os solteiros, com 97,89% dos entrevistados, enquanto 2,33% se declararam casados, o que está em acordo com a pouca idade dos entrevistados, que ainda se encontram em começo de vida acadêmica e/ou à procura de qualificação profissional.

Em relação aos cursos de graduação, pode-se observar que a grande maioria dos entrevistados pertence ao curso de Economia, que concentra, nesta pesquisa, 34,51% dos entrevistados, seguido dos cursos de Engenharia Civil, com 18,31%, e de Engenharia de Alimentos, com 15,49%. Outro detalhe: 88,73% dos entrevistados pertencem a cursos matutinos, seguido de 11,27% de alunos de cursos noturnos. Em termos de tempo de curso, pode-se verificar que há uma concentração de entrevistados em turmas de semestres iniciais, sendo que o primeiro e o terceiro semestres concentram 61,97% do total de alunos entrevistados. Quanto à ocupação, a grande maioria afirma não possuir nenhum tipo de profissão (80,28%) e os outros 19,72% que possuem algum tipo de profissão, relataram estar em estágios (50%), seguido dos que possuem bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (25%), e dos que se declararam servidores públicos (10,71%).

Em termos de renda, a Tabela 3 mostra a distribuição dos entrevistados, em função do total de suas remunerações familiares (em salários mínimos). Percebe-se forte concentração de entrevistados nas faixas baixas de salário, ou seja, pessoas com renda familiar que não superam R\$ 3.992, ou quatro salários mínimos (SM), representando 64,79% dos entrevistados. Os que relataram possuir renda familiar acima deste patamar somam 35,21% dos entrevistados.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Tabela 3 – Resultado da análise descritiva das variáveis sociodemográficas dos entrevistados

Variável	N	%
Gênero		
Feminino	67	47,18
Masculino	75	52,82
Estado Civil		
Solteiro (a)	139	97,89
Casado(a)	3	2,11
Faixa etária		
16 a 19 anos	69	48,59
20 a 23 anos	52	36,62
24 a 27 anos	10	7,04
28 a 31 anos	9	6,34
32 a 39 anos	2	1,41
Curso		
Arquitetura e Urbanismo	12	8,45
Biotecnologia	16	11,27
Economia	49	34,51
Engenharia Civil	26	18,31
Engenharia de Alimentos	22	15,49
Pedagogia	17	11,97
Horário do Curso		
Manhã	126	88,73
Tarde	16	11,27
Semestre		
Primeiro	75	52,82
Terceiro	13	9,15
Quinto	18	12,68
Sétimo	15	10,56
Nono	21	14,79
Renda Familiar		
de 1 a 4 SM	92	64,79
de 4 a 10 SM	43	30,28
acima de 10 SM	7	4,93
Tem filhos?		
Sim	10	7,04
Não	132	92,96
Quantidade de crianças		
1	8	80
2	1	10
3	1	10
Tem profissão		

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Sim	28	58,33
Não	114	80,28
Escolaridade		
Estágio	14	50,00
PIBIC	7	25,00
Servidor Público	3	10,71
Projeto de Pesquisa	2	7,14
Projetista-Trainee	1	3,57
Marketing-Trainee	1	3,57

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Uma vez analisadas as variáveis sociodemográficas dos estudantes, passou-se à avaliação do questionário de medição dos comportamentos e das atitudes ambientais.

Foi solicitado, aos participantes, que respondessem a todas as perguntas e, no caso de não ter vivenciado a situação descrita, que marcassem a opção 6, “Não se aplica/Não posso responder”. Vê-se, de modo geral, um sentimento de preocupação com o comportamento ambiental nas 17 questões apresentadas. No contexto investigado, o ensino formal de sustentabilidade na UFPA se mostrou determinante nas atitudes dos alunos, em relação à incorporação de práticas ambientais em suas rotinas. Para Lopes *et al.* (2013), a educação ambiental, em específico nas instituições de educação, deve funcionar com estratégias, que visem estabelecer paradigmas em torno da questão socioambiental, de forma a estimular mudança de condutas, de hábitos e de valores.

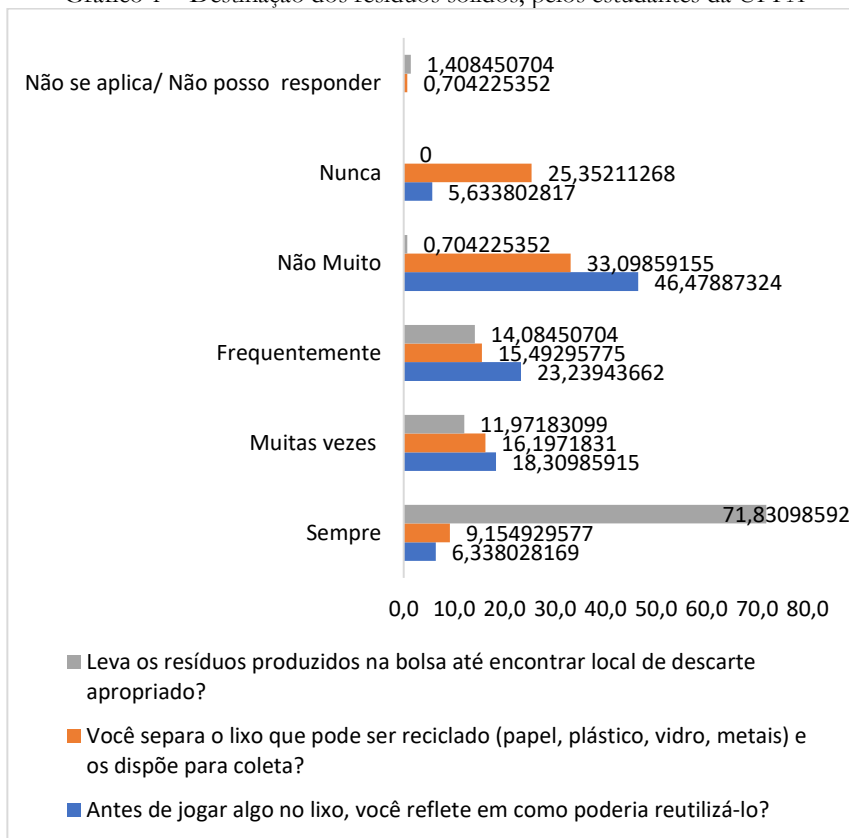
A pesquisa revelou que a comunidade interna reflete muito pouco sobre a possibilidade de reutilizar resíduos produzidos no cotidiano, antes de jogá-los no lixo (46,48%). A diferença destacada neste item indica menor conscientização entre os alunos, de modo que apenas 6,43% refletem sobre a possibilidade de utilizar resíduos de forma alternativa (Gráfico 1).

Os resultados também apontaram que os acadêmicos, em sua maioria, não separam e dispõem os resíduos recicláveis para coleta; o percentual acumulado dos que nunca fazem a separação é de 58,45% dos entrevistados, de modo que outros 40,85% afirmam fazer a separação, mesmo que infreqüentemente. De

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

modo contrário, pode-se observar que, em se tratando de portar os resíduos produzidos, até encontrar o correto local de descarte, a maior parte dos entrevistados o fazem (71,83%), indicando que esta atitude é frequente na população acadêmica da universidade.

Gráfico 1 – Destinação dos resíduos sólidos, pelos estudantes da UFPA



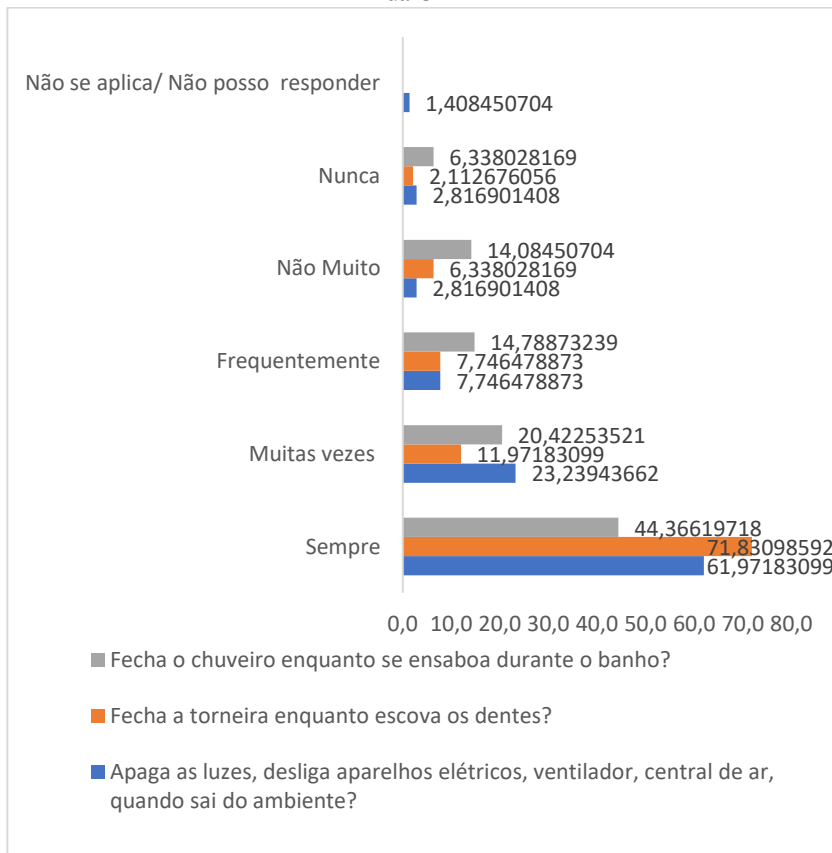
Fonte: dados da pesquisa (2019)

No que diz respeito aos hábitos nos consumos de água e de energia elétrica (Gráfico 2), predominou o comportamento habitual de desligar aparelhos eletrônicos e luzes, ao deixar os ambientes, em que faziam uso destes equipamentos (61,97%), bem como o bom hábito de fechar a torneira, ao escovar os dentes

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

(71,83%). Entretanto, no que tange a fechar o chuveiro, enquanto se ensaboa no banho, os resultados, apesar de positivos (44,37%), ficaram dispersos entre os que o fazem muitas vezes (20,42%), frequentemente (14,79%) e não muito (14,08%).

Gráfico 2 – Hábitos de consumo de água e de energia elétrica dos estudantes da UFPA



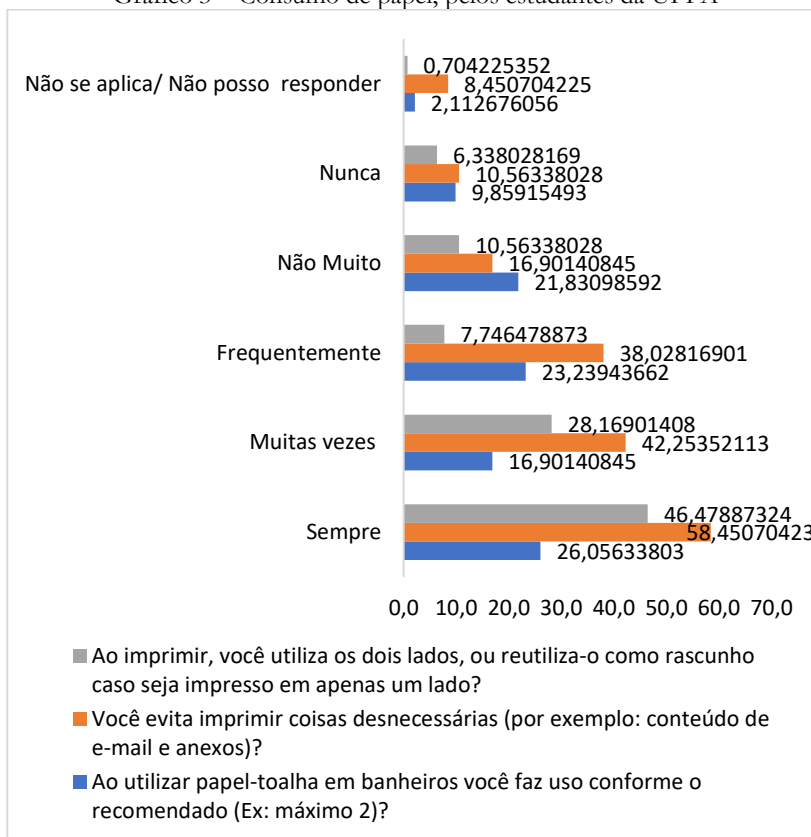
Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em se tratando de consumo de papel, foram abordadas três situações cotidianas: uma, referindo-se ao uso de papel-toalha nos sanitários; outra, sobre imprimir coisas desnecessárias; e mais uma, referente ao uso e ao reuso de folhas de papel em impressões. Os

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

resultados não apontaram discrepâncias de comportamento entre os respondentes e evidenciaram que a comunidade acadêmica, ao fazer uso de papel-toalha, frequentemente segue as recomendações de utilização, totalizando 65,39% dos entrevistados. Da mesma forma, a comunidade evita gastos desnecessários de papel, ao não imprimir conteúdos e/ou anexos de mensagens eletrônicas (58,45%). Os respondentes ainda afirmaram que, de maneira habitual, além de imprimir em modo frente e verso, reutilizam partes residuais de folhas como rascunho (82,4% dos entrevistados).

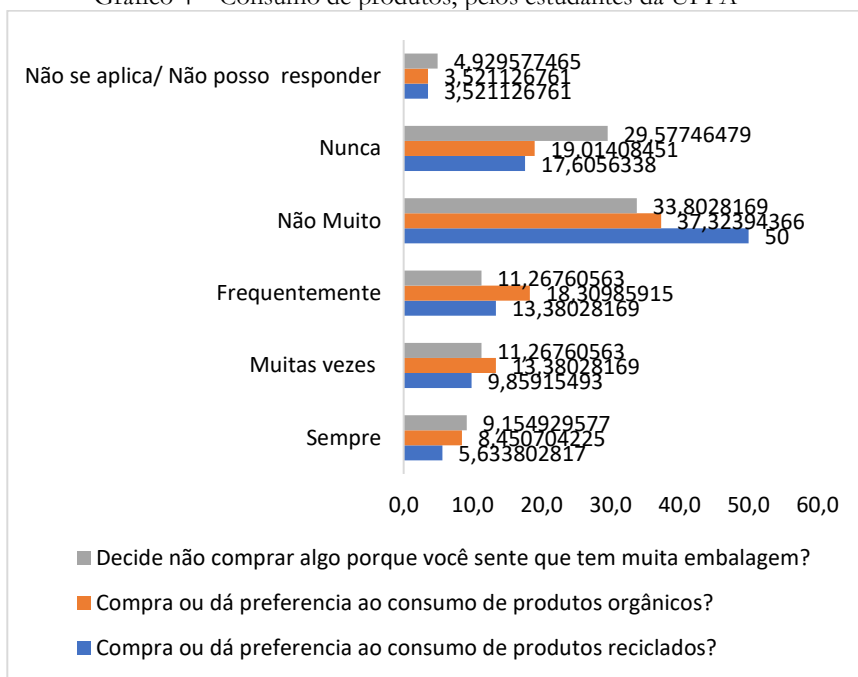
Gráfico 3 – Consumo de papel, pelos estudantes da UFPA



Fonte: dados da pesquisa (2019)

Foi questionado, aos estudantes, se estes compram ou dão preferência ao consumo de produtos orgânicos e, também, de produtos reciclados. Pode-se notar que, em ambos os casos, não há uma procura frequente por estes tipos de produtos, e isto possivelmente se deve, em parte, aos altos valores destes bens, em relação aos de uso corriqueiro. Apenas 8,5% dos estudantes compram preferencialmente produtos orgânicos, enquanto o percentual de estudantes que sempre adquire produtos reciclados é de apenas 6,3%. Em relação à decisão de comprar algo por sentir que tem muita embalagem, verificou-se que 29,6% nunca desistiu de comprar produtos com muita embalagem, mesmo que a maioria não reflita sobre esta atitude (33,8%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Consumo de produtos, pelos estudantes da UFPA

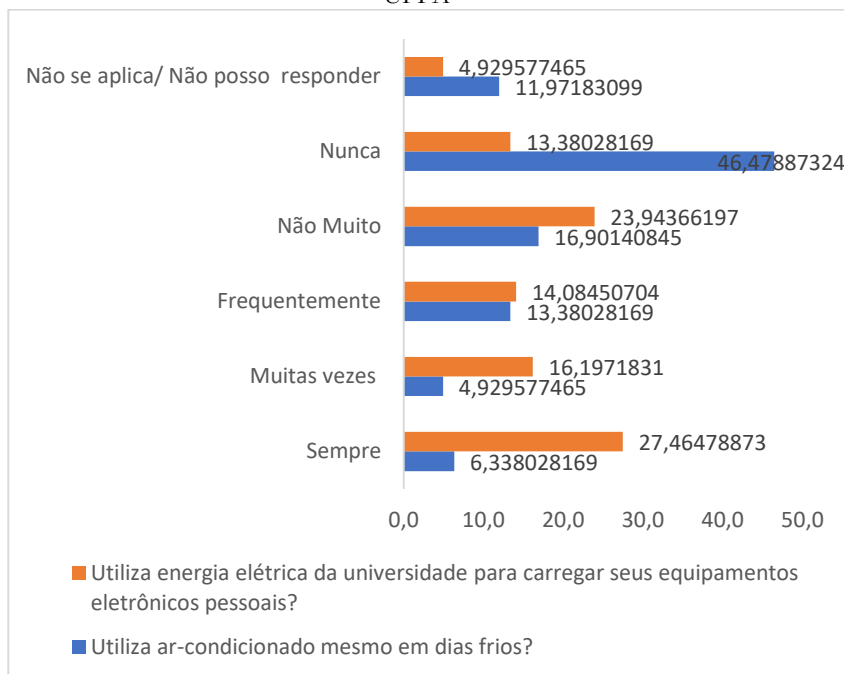


Fonte: dados da pesquisa (2019)

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Em relação ao uso de energia elétrica no campus, verificou-se que 27,5% dos estudantes faz uso da rede elétrica do campus, durante sua permanência na universidade. Em relação ao uso do ar condicionado, tendo em vista que a maior parte dos estudantes provém das classes baixa ou média (92% dos entrevistados), entende-se que a maioria não faz uso do aparelho em suas residências ou o utiliza em ambientes da universidade. A pesquisa também mostrou que apenas 6,3% dos estudantes sempre utiliza ar condicionado em dias frios, dado, talvez, o simples ato de utilizar o equipamento, independentemente do clima corrente (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Uso de energia elétrica e de ar condicionado, pelos estudantes da UFPA



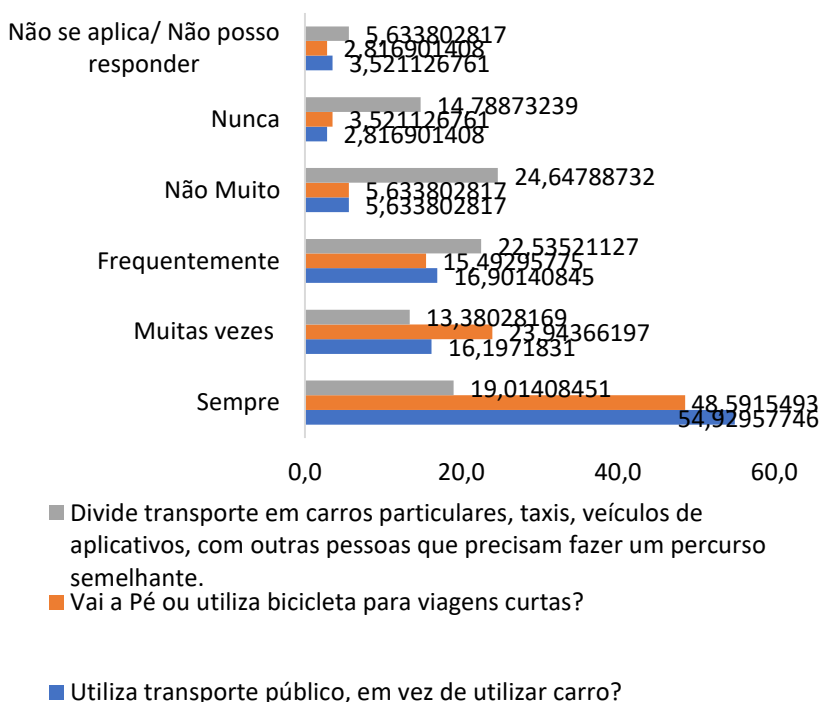
Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em termos de práticas sustentáveis no emprego de meios de transporte, foram abordadas três situações cotidianas: uma,

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

sobre a utilização de transporte público; a segunda, sobre meios de transportes de menor impacto ecológico; e a terceira, sobre o compartilhamento de viagens com amigos e com outras pessoas. Os resultados demonstraram que o transporte público é a alternativa mais utilizada pelos estudantes (54,93%), enquanto os que se locomovem a pé ou utilizam bicicleta para viagens curtas totalizam 48,59%.

Gráfico 6 – Meio de transporte utilizados pelos estudantes da UFPA



Fonte: dados da pesquisa (2019)

A Tabela 4 trata das atitudes ambientais dos 142 estudantes entrevistados. Nessa ilustração, pode-se notar que as questões ambientais já são tema de consciência e de preocupação da maior

parte dos universitários, fato reforçado pelas repostas afirmativas ao item “Se as coisas continuarem em seu curso atual, em breve todos sofrerão as consequências de um grande desastre natural”, pois 92,96% dos estudantes acreditam que, se o modo de produção e o consumo atuais continuarem como estão, em breve, os desastres ambientais se tornarão cada vez mais frequentes. Lopes *et al.* (2016) justificam este fato, explicando que a preocupação com a preservação ambiental se tornou acentuada nas últimas décadas, principalmente quanto ao consumo desenfreado dos bens da natureza, que ocasionam o esgotamento dos recursos naturais e que intensificam a degradação do ambiente natural.

Os dez primeiros itens da tabela tratam de temas, relacionados às mudanças climáticas, e se pode observar que, em todos os itens, a percepção dos estudantes, em relação a este processo, é concentrada em proporções, que variam de, no mínimo, 52,82% de repostas positivas para o item “Quaisquer alterações que eu faço para ajudar o meio ambiente precisa se encaixar com o meu estilo de vida”, ao máximo de 91,55% de posições positivas para os itens “A mudança climática está muito além do controle, ou seja, é tarde de mais para que se possa fazer qualquer coisa sobre ela” e “Os efeitos causados pela mudança climática estão muito longe para que eu possa me preocupar”. Outro dado importante diz respeito ao comportamento e ao estilo de vida dos estudantes, pois 68,31% dos entrevistados acreditam que seus comportamentos e seus estilos de vida contribuem, sim, para as mudanças climáticas.

Entrou em questão, ainda, o papel da Universidade como difusora de conhecimento e como formadora de opinião. Quanto à questão “Não vale a Universidade tentar combater as mudanças climáticas, pois os resultados alcançados serão anulados pela atitude das pessoas que estão fora dela”, 80,28% dos entrevistados de mostraram discordantes, proporção de repostas muito próxima da dos que concordam que as pessoas serão afetadas pelas mudanças climáticas nos próximos 30 e 100 anos (82,39% e 83,80%, respectivamente).

Isso revela que os repondentes possuem certo grau de consciência, quanto ao fato de que este fenômeno acabará por afetar toda a sociedade, em maior ou menor grau. Almeida, Scatena e Luz (2017) destacam que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade de mobilização dos diferentes atores envolvidos nos processos, bem como que um ambiente de inovação pode contribuir e estimular a busca de alternativas, capazes de gerar a adaptação da comunidade, em relação ao seu ambiente de inserção. Essa posição acerca da sustentabilidade encontrou amparo em alguns estudos, que constataram que temas, relacionados ao desenvolvimento sustentável, muitas vezes, são inseridos de forma isolada e por iniciativas individuais (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

Tabela 4 – Análise descritiva das perguntas, relacionadas às atitudes ambientais

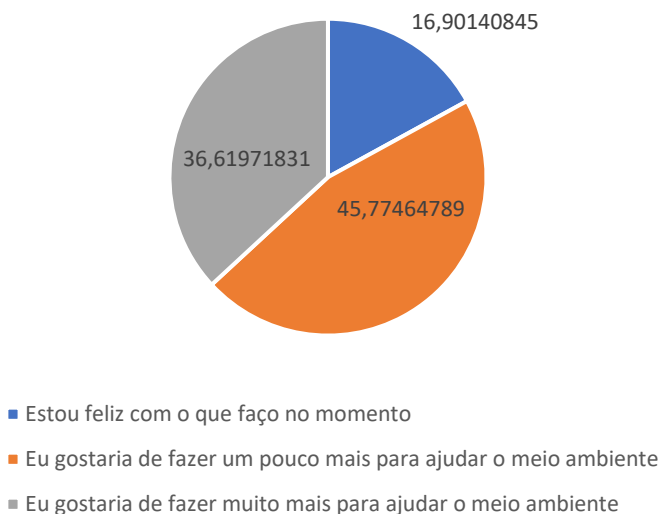
Você, pessoalmente, acredita ou não em cada um dos seguintes questionamentos?	% Sim	% Não
Eu não acredito que o meu comportamento e estilo de vida contribuam para as alterações climáticas	31,69	68,31
Eu estaria disposto a pagar mais por produtos ecologicamente corretos	62,68	37,32
Se as coisas continuarem em seu curso atual, em breve todos sofrerão as consequências de um grande desastre natural	92,96	7,04
A chamada “crise ambiental” que a humanidade enfrenta tem sido tratada de forma exagerada	9,86	90,14
A mudança climática está muito além do controle, ou seja, é tarde demais para que se possa fazer qualquer coisa sobre ela.	8,45	91,55
Os efeitos causados pela mudança climática estão muito longe para que eu possa me preocupar	8,45	91,55
Quaisquer alterações que eu faço para ajudar o meio ambiente precisa se encaixar com o meu estilo de vida	52,82	47,18
Não vale a Universidade tentar combater as mudanças climáticas, pois os resultados alcançados serão anulados pela atitude das pessoas que estão fora dela.	19,72	80,28
As pessoas serão afetadas pelas mudanças climáticas nos próximos 30 anos	82,39	17,61
As pessoas serão afetadas pelas mudanças climáticas nos próximos 100 anos	83,80	16,20

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Isso ficou mais evidente, quando os entrevistados foram questionados sobre como se sentem sobre seus estilos de vida atuais, em relação ao meio ambiente (Gráfico 7), pois 45,77% deles afirmam que gostariam de fazer um pouco mais para ajudar o meio ambiente, seguidos de 36,62% de participantes que gostariam de fazer muito mais pelo meio ambiente.

Gráfico 7 – Como você se sente sobre o seu estilo de vida atual, em relação e para o meio ambiente?

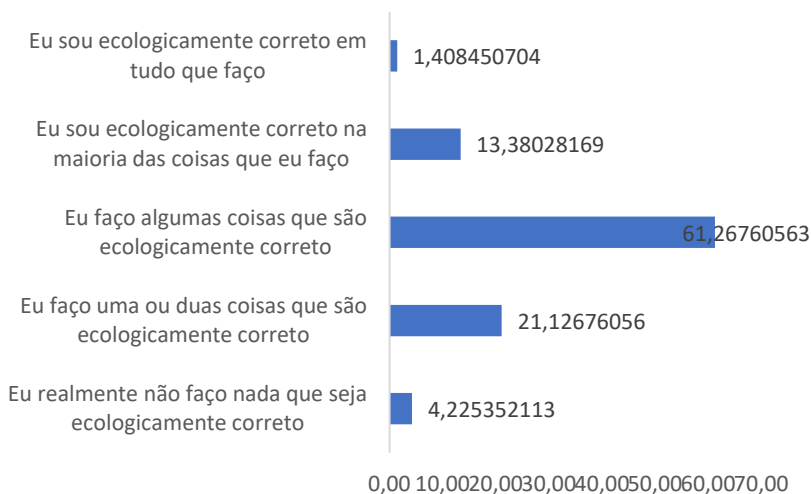


Fonte: dados da pesquisa (2019)

Essa homogeneidade é comprovada nos demais itens, relacionados ao estilo de vida dos estudantes: quando chamados a responder a pergunta “Qual destes melhor descreve o seu estilo de vida atual?”, a maioria (61,27%) respondeu que faz algumas coisas ecologicamente corretas, seguidos de 21,13%, que admitiram fazer apenas uma ou duas coisas ecologicamente corretas, enquanto o menor percentual ficou com os que são ecologicamente corretos em tudo o que fazem, com 1,41%.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

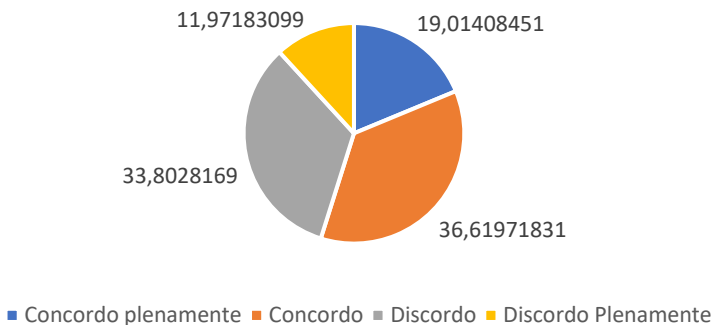
Gráfico 8 – Qual destas opções melhor descreve o seu estilo de vida atual?



Fonte: dados da pesquisa (2019)

Quando questionados se “ser verde” é um estilo de vida alternativo e não serve para a maioria, 36,62% dos alunos concordou e 33,88% discordou da afirmativa, enquanto apenas 11,97% dos entrevistados discordou plenamente da afirmativa.

Gráfico 9 - Você concorda ou discorda que ser verde é um estilo de vida alternativo, não é para a maioria?



Fonte: dados da pesquisa (2019)

CONCLUSÕES

Esse estudo teve o objetivo de identificar a percepção e o comportamento ambiental e/ou a educação ambiental dos estudantes da Universidade Federal do Pará. A partir dos resultados dos questionários, foi possível conhecer melhor o panorama institucional e o perfil comportamental da comunidade universitária, no tocante a sua atuação socioambiental. As informações obtidas, através da escala de medição do comportamento e da atitude ambientais, permitiram concluir que a grande maioria dos estudantes indica já possuir uma consciência, relativa à não degradação do meio ambiente, por meio do uso de práticas simples de sustentabilidade.

O conjunto de valores pessoais examinado apontou que, entre os comportamentos ecológicos observados, destacam-se as práticas da economia de água, da prevenção do desperdício e da promoção da reciclagem. Os resultados apontaram, ainda, que muitas condutas não fazem parte da rotina dos indivíduos e que, embora estes declarem possuir alto grau de comportamentos ecológicos, ainda não exercitam diversas ações efetivas.

Os valores pessoais (estilos de vida) e os modos ecológicos apresentaram resultados que podem ser justificados pelos fatos de os tipos motivacionais analisados se desdobrarem em inúmeros conceitos presentes no meio social e de se submeterem a diversas inter-relações em contextos sociais díspares.

O fenômeno sustentabilidade, por ainda ser um aspecto da esfera cultural, pressupõe a importância da transmissão de valores sustentáveis da universidade para a comunidade acadêmica, a fim de que esta, em conjunto, venha a adotar ações e atitudes sistemáticas de ordens ecológica e sustentável, dentro e fora da Universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Pró-Amazônia, da Capes, e ao CNPq, pelos apoios, bem como aos alunos, que responderam as questões, e aos professores, que apoiaram as entrevistas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Oriana; RIVERO, Sérgio; COSTA, Gena; ALVEZ-VALLES, Carlos Mariano; GUIMARÕES, Jayne; SOUZA, Armando Lirio de; CIRILO, Brenda. Padrão de Consumo e Pegada Ecológica dos Alunos de uma Universidade Federal Brasileira. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 9, set. 2016.

ALMEIDA, Ricardo; SCATENA, Lúcia Maria; LUZ, M. S. Percepção ambiental e políticas públicas- dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-64, 2017.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar; ROSA, Maria João; CARVALHO, Teresa. Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 23, n. 2, 2018.

DA SILVA, A. M.; DA SILVA MEIRELES, F. R.; REBOUÇAS, P.; DE ABREU, M. C. S. Comportamento ambientalmente responsáveis e sua relação com a educação ambiental. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAs**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2015.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205.

KITAMURA, Y.; HOSHII, N. Education for sustainable development at Universities in Japan. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 11, n. 3, p. 202-216. 2010.

LEITÃO, Alexandra. A Universidade e o desenvolvimento de

competências-chave para o desenvolvimento sustentável. **Revista Electrónica de investigação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 6, p. 37-55, 2016.

LOPES, L.; LIMA JUNIOR, P. S.; OLIVEIRA, L. C.; MELO, J.; PEREIRA FILHO, A. Percepção ambiental dos estudantes universitários da UNEB Campus Juazeiro – BA. *In*: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, SALVADOR, BA, 2013. **Anais [...]**. Salvador, 2013

LYNN, Peter. Distinguishing dimensions of pro-environmental behavior. **ISER Working Paper Series**, 2014.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer – Revista de educação**, v. 2, 2016.

PATO, Cláudia Marcia Lyra; TAMAYO, Álvaro. A Escala de Comportamento Ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de psicologia**, v. 11, n. 3, p. 289-296, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Histórico e estrutura**. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/universidade>. Acesso em: 12 jan. 2018.

VERDI, Marcio; PEREIRA, Graciane Regina. A educação ambiental na formação de educadores – o caso da Universidade Regional de Blumenau – FURB. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 17, 2006.

PECUÁRIA, CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE E USO DO TERRITÓRIO EM NOVO REPARTIMENTO (PA) ENTRE 1995 E 2020

Mílvio da Silva Ribeiro¹
João Santos Nahum²

INTRODUÇÃO

Analisamos o uso do território, a partir dos registros da pecuária bovina no município de Novo Repartimento (PA). Para tanto, realizamos levantamentos dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e revisões de literaturas concernentes ao tema. As análises indicam a compreensão de uso do território, a partir da atividade econômica da pecuária, e os resultados demonstram que, em três décadas, a bovinocultura avança, não, apenas, em números de bovinos, mas, também, em espacialização, consoante a apropriação da terra no município.

Os dados do IBGE sobre a pecuária bovina revelam uma atividade econômica promissora para os mercados brasileiro e internacional, mas a dinâmica da pecuária, que não se explica pela quantidade de rebanhos, impulsiona efeitos contraditórios nos usos dos territórios, na Amazônia paraense, pois esta produção

¹ Geógrafo, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutorando em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPA) e professor da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (FATEFIG). Contato: milvio.geo@gmail.com..

² Doutor em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Rio Claro) e professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Contato: prof.joanahum@gmail.com..

atende aos mercados e às demandas de proteína animal, em detrimento das atividades econômicas do lugar.

Os censos agropecuários do IBGE informam mais do que um código numérico institucional para a produção de gado, mas isto tende a ser pouco considerado nas pesquisas sobre o assunto. Diante disso, elabora-se a interpretação de que estes dados indicam o uso primordial do território do município de Novo Repartimento, localizado no sudeste do estado do Pará, pela pecuária bovina. Assim, salientamos, entre outras questões, que os números nos documentos institucionais não explicam os processos territoriais, as formas da sucessão na ocupação da terra nem a “consciência” da dinâmica da pecuária em forma de números, que promove os discursos de que a pecuária é boa e de que todos a querem como modo de vida.

As expressões ‘uso do território’, ‘dinâmica territorial’ e ‘pecuária’ não têm uma semântica desprovida de intenção e tampouco revelam o que querem dizer, mas se camuflam nos discursos institucionais. Elas são vistas na paisagem de pastos e reafirmam o uso e o abuso do território, em formas de desmatamento e de criação de gado. Esses termos constroem, inclusive, os sonhos do peão, do sitiante, do caboclo amazônico, entre outros, de serem fazendeiros. Assim, os dados dos períodos 1995-1996 e 2006-2017 do censo agropecuário do IBGE para a bovinocultura indicam o crescimento da atividade, que não se mostra apenas nos números, pois ela é um estímulo, que reproduz e que reescreve os mitos de ser fazendeiro e, sobretudo, de fazer uso do território.

A reflexão sobre o emprego do território tem, como pressupostos, o uso da terra para a pecuária e, também, o ato desta metamorfosear as demais atividades, favorecendo a ampliação da atividade em terras amazônicas. Com isso, os modos de vida dos povos locais são impactados e as florestas naturais são retiradas, conferindo uma segunda natureza às áreas de desmatamentos: os pastos.

Milton Santos (2009) nos dá a interpretação de que os cenários de uso dos territórios que caracterizam o espaço da

Amazônia, caso da pecuária, conformam processos espaciais, cujos comandos são exógenos ao lugar e obedecem a sistemas técnicos do mundo, procurando impor ainda mais racionalidade instrumental ao uso em tela.

Nesse sentido, tais processos não se apresenta como novas experiências no lugar, mas como o adensamento do que já existia: “[...] o território é compreendido como unidade e diversidade, é sempre uma questão central da história humana, em que cada país constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 17).

O território, assim, é a dimensão do espaço marcada por relações de poder, em que ocorre a alienação do espaço agrário pelos sistemas de relações que se explicitam, através do uso do território, isto é, através das ações humanas. Nesse caminho, “[...] o território usado [é] sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 17, inserção nossa).

A especificidade deste texto compreende o fragmento espaço-temporal, a partir da seleção dos dados do censo agropecuário do IBGE dos períodos 1995-1996 e 2006-2017, os quais identificam o quantitativo da produção de gado em Novo Repartimento (PA), para entender o uso do seu território.

Na escala temporal de trinta anos, a sucessão da posse da terra dá significado ao uso do território, tendo, por base, relações sociais marcadas pela pecuária, ao passo que os dados do IBGE indicam a atividade econômica no sentido de crescimento, apenas, mas escondem as várias faces de uso do território.

As informações levantadas nos censos agropecuários serão usadas de maneira correlacionada à ideia de uso do território. A partir destes entendimentos iniciais, discute-se a dinâmica territorial da bovinocultura nos censos agropecuários do IBGE, nos intervalos de 1995 a 1996 e de 2006 a 2017.

A singularidade do texto é apresentar o contraste entre os dados oficiais, que persuadem a informar o crescimento e o dinamismo de uma atividade, mas não registram as mazelas impostas por ela ao lugar. Isso se dá recorrentemente na ideia de desenvolvimento, entretanto se acredita que este tipo de

desenvolvimento é uma forma de expropriação dos povos que se encontram na terra.

Diante destas ideias iniciais, a problemática estruturadora do texto é a que segue: é possível que o censo agropecuário do IBGE revele o uso do território em Novo Repartimento (PA)?

No sentido de buscar a solução desta questão, o objetivo da pesquisa é de compreender o uso do território, a partir dos dados censitários do IBGE para o município de Novo Repartimento (PA), relacionando tais dados ao uso do território e explicando a relação destes censos com o espaço agrário e com a bovinocultura no município.

Para tanto, o texto está estruturado com esta introdução, seguindo-se o tópico sobre o censo agropecuário de Novo Repartimento, a discussão sobre os dados da pecuária no censo agropecuário e as colocações sobre o uso do território, abordando, por conseguinte, os censos, o espaço agrário e a bovinocultura na cidade. Finalmente, apresentamos as considerações finais.

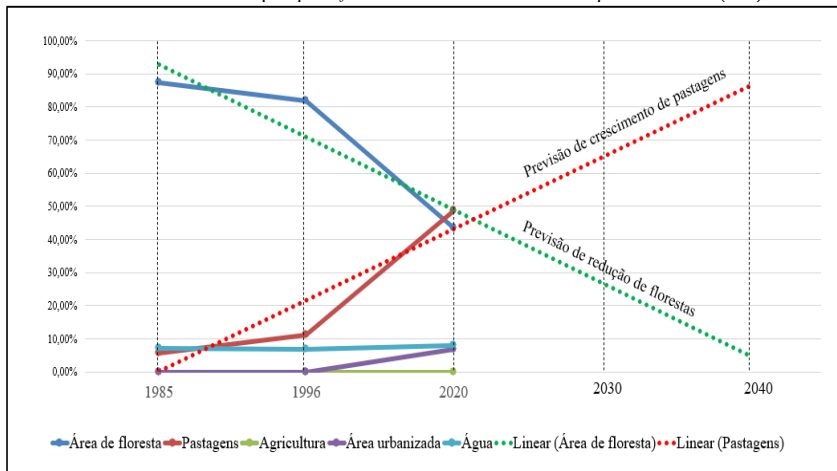
O CENSO AGROPECUÁRIO DE NOVO REPARTIMENTO

O presente tópico tem, como ponto de partida, a noção de que os censos agropecuários do Brasil dão pistas sobre a forma de ocupação do território nacional. E, à medida que se vão identificando as informações dos números estatísticos, observa-se que a movimentação da sociedade ocorre, em virtude do uso do território, a partir de atividades econômicas. Considera-se que os dados dos censos agropecuários estão relacionados ao crescimento da dinâmica territorial da pecuária em Novo Repartimento (PA).

Analisamos que a dinâmica territorial da pecuária bovina registrada no município reflete a força da atividade econômica, como estrutura que direciona o uso e a ocupação da terra na Amazônia paraense. A seguir, mostramos dados sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, em que as dinâmicas territoriais da pecuária e de outras atividades promovem o uso de

grandes extensões de terra. A isto se alia o grande fenômeno da mobilidade, que se caracteriza na fronteira agropecuária amazônica, nas últimas três décadas.

Gráfico 2 – Uso e apropriação da terra em Novo Repartimento (PA)



Fonte: Mapbiomas (2021)

Como observamos nos períodos dos censos agropecuários aqui enfocados, as áreas de florestas naturais tiveram uma relação inversamente proporcional com os espaços de substituição de florestas por pastos, em 1985, entretanto, na década de 2020, nota-se uma proporção entre as áreas de florestas naturais e as de pastagens. As outras variáveis — agricultura, áreas urbanas e água — permanecem estáveis.

Entre os aspectos destacados no gráfico, observa-se que a agricultura não tem expressão no uso da terra em Novo Repartimento. Isso é um indicativo de que, no município, os usos da terra são de exclusividade da pecuária. Explicamos que estas formas de uso da floresta e da área com pecuária estão diretamente relacionadas aos planejamentos destinados à Amazônia, que, depois de empreendidos e desenvolvidos, resultam no aparecimento de atividades econômicas, no campo brasileiro. No caso da Amazônia, observamos que o fenômeno dinâmico do

êxodo rural promovido no campo é possível de ser explicado pela expansão da fronteira agromineral.

Notamos que há previsões lineares de crescimento da pecuária e de diminuição de florestas em vinte anos, se seguidas as perspectivas atuais para estas variáveis, ou seja, não haverá mais áreas de florestas naturais no município neste prazo; somente pastagens.

Os efeitos do desmatamento na Amazônia são minimizados nos dados dos censos, porque se enfatiza o sentido de crescimento da região em termos econômicos, sem considerar a forma de sucessão das condições das pessoas na terra e dos novos estados naturais condicionados no município; isso é ignorar o avanço do desmatamento.

No mesmo gráfico, identificamos que, nas áreas de pastagens do município, ocorre maior uso das terras de florestas para a formação de espaços de pastos. Isso é indicativo da dinâmica da pecuária, inserida em um conjunto de fenômenos, que se desdobram em questões políticas, econômicas e sociais. Associada a este fato está a dimensão política do planejamento territorial destinado à Amazônia, caso do Projeto Grande Carajás (PGC). Esse representa interesses econômicos nacionais e internacionais, por conta da produção de *commodities*, a partir dos minérios extraídos da região. Os efeitos disto se efetivam em questões sociais, como é mostrado por Hebette e Moreira (1996):

Não [...] num sentido vulgar do que seja problemático na sociedade, à margem do dinamismo e do progresso, residual; o que pesa para a sociedade. [...] nas áreas rurais o que constitui seu dinamismo e que se traduz na construção do que chamamos a construção de uma nova "ruralidade". [...] nas áreas rurais de fronteira, [...]. (HEBETTE; MOREIRA, 1996, p. 383)

Essa nova ruralidade discutida por Hebette e Moreira (1996) é um dos elementos explicativos do uso do território. As evidências estão mais atinentes aos problemas sociais, como

pobreza e miséria, do que a um desenvolvimento que assegure bons estados da natureza e disponibilidade de recursos naturais aos camponeses amazônicos. Tais problemas, explica Herrera (2019, p. 480), emergem “[...] à medida que a penetração do capital avança no espaço agrário, por meio da modernização, são determinadas transformações nas estruturas socioeconômicas, sobremaneira nas conexões com o setor urbano-industrial”.

Os dados do censo agropecuário do IBGE sintetizam o resultado das políticas de uso da terra, pelo capital, e recebem, com isto, os aplausos da espetacularização dos governos, por meio de suas políticas, que reafirmam que a região tem, como “legado”, produzir as matérias-primas para sustentar o consumo nas escalas regional, nacional e internacional.

Os resultados dos censos agropecuários do IBGE de 1995-1996 enumeram estabelecimentos e informações de utilização da terra em hectares, estratificando pastagens, matas, equipamentos e situando a pecuária, em termos de uso da terra.

Posicionando a área geográfica em escala temporal, os dados encontrados no IBGE são da Microrregião de Tucuruí, logo se utilizam os números de estabelecimentos agropecuários dos municípios da microrregião. Atualmente, a Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) é composta por sete municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e Tucuruí. Os dados para ao município de Novo Repartimento já expressavam historicamente o potencial de produção da pecuária: do total de 6.816 propriedades recenseadas no ano de 1995, havia 2.783 propriedades com pastagens destinadas à bovinocultura.

Dessa região, os dados de estabelecimentos, de utilização das terras e de condição do produtor, em relação às terras, são representados na Tabela 1.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Tabela 1 – Variável ‘Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)’

Município e Microrregião Geográfica	Condição do produtor em relação às terras	Ano x Utilização das terras				
		1995				
		Lavouras permanentes	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas e florestas naturais	Matas e florestas artificiais
Breu Branco (PA)	1 Proprietário	503	33	425	651	16
	2 Total	509	34	436	664	16
Goianésia do Pará (PA)	1 Proprietário	426	29	946	970	16
	2 Total	427	29	949	976	17
Itupiranga (PA)	1 Proprietário	1070	281	1723	2003	40
	2 Total	1078	284	1735	2022	40
Jacundá (PA)	1 Proprietário	198	17	691	633	8
	2 Total	205	18	707	653	8
Novo Repartimento (PA)	1 Proprietário	1175	248	2535	2821	37
	2 Total	1190	251	2548	2838	37
Nova Ipixuna (PA)	1 Proprietário	185	25	113	157	2
	2 Total	438	27	125	391	2
Tucuruí (PA)	1 Proprietário	3131	604	5487	6265	103
	2 Total	3420	614	5551	6568	103

Fonte: IBGE (1995)

No caso do município de Tucuruí, temos um maior número de propriedades, visto que, nesse período, estava em curso a edificação da maior usina hidrelétrica da Amazônia. Essa obra, pertencente a um projeto maior, o Grande Projeto Carajás, resulta dos esforços do Estado brasileiro em produzir o desenvolvimento exógeno.

Por esta razão, a apropriação da terra na região ocorria nas proximidades da UHE-Tucuruí. Nesse sentido, a frente de expansão da pecuária seguia a lógica dos ditos projetos de desenvolvimento para a região. Entre os municípios enfocados na tabela anterior, Itupiranga, limítrofe de Marabá, também expressa um expressivo número de propriedade voltadas à atividade pecuária. Isso se dá pelo fato de que a região de Marabá já tinha consolidado esta cultura em sua dimensão areal há algumas décadas. Os demais municípios, a este tempo recém-criados, não apresentavam elevada quantidade de propriedade com áreas de pastagens. Entretanto, o destaque é Novo Repartimento.

Assim, consideramos que os dados do IBGE são uma síntese da atividade da pecuária bovina regional, em que a apropriação da terra, e seus desdobramentos, reflete-se na

ampliação da ocupação. Dito de outro modo, enquanto o que era floresta se transforma em pasto, os números permitem a interpretação dos usos do território em forma de pecuária.

O CENSO AGROPECUÁRIO E O USO DO TERRITÓRIO

Através da pecuária, o território se dinamiza. Ela é influenciada por imposições exógenas ao lugar, pois as motivações deste uso do território estão nas forças motrizes do capital e do consumo. A pecuária é balizada pelos planejamentos territoriais colocados em prática na Amazônia paraense, cujos usos dos territórios produzem a dinâmica de ocupação da região, sobretudo por pessoas de outros estados, que passam a ser detentoras de terras voltadas à produção pecuária bovina. Ressalte-se que esta atividade não é a principal forma de uso do espaço em questão, mas um instrumento de pressão, perfazendo uma síntese das demais instâncias de uso do território, pois estes se estruturam nos planejamentos territoriais destinados à Amazônia paraense.

Milton Santos (2009), em sua obra *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, explicitou que o uso do território se dá, por meio dos sistemas técnicos do mundo presente, que tendem a competir vantajosamente com os sistemas técnicos precedentemente instalados, para impor ainda mais racionalidade instrumental ao uso do território: “[...] num território como o do Brasil, há espaços trabalhados segundo racionalidades duras, precisas, densas e espaços trabalhados segundo racionalidades moles, tolerantes, tênues” (SANTOS, 2009, p. 221). Assim, o espaço agrário é sinônimo de uso do território, quando se pensa a dinâmica econômica em forma de números nos censos do IBGE. Os números são abstrações, e os significados extraídos deles permitem inferir que o uso representa a apropriação da terra, bem como crescimento econômico externo e geração de problemas internos ao lugar.

Felema, Raiher e Ferreira (2013, p. 562) identificam, nos dados estatísticos do IBGE sobre a distribuição espacial da

produtividade da terra no Brasil de 2006, a baixa ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste, acompanhada das piores taxas de produtividade.

A produtividade média dos municípios do Brasil, extraída do censo agropecuário do IBGE de 2006, é de R\$ 266/ha, e a Região Norte apresentou o maior percentual de município com baixa produtividade, correspondendo a 82%, seguida das regiões Centro-Oeste (79%), Nordeste (61%), Sudeste (36%) e Sul, em que apenas 13% dos municípios apresentam produtividade da terra inferior à do país (idem).

Dos dois fatores de observação indispensáveis à análise de dados censitários: produtividade da terra e pessoal ocupado no trabalho no espaço agrário brasileiro, Novo Repartimento apresenta um uso do território fortemente relacionado à apropriação da terra, que não é a mesma coisa do que produtividade da terra e tampouco indica a forma principal de ocupação de pessoal no trabalho.

A ideia de produtividade da terra tem relação com o maior uso de tecnologias, através do emprego de máquinas e equipamentos e da redução da área disponibilizada para a criação de animais, com aumento da produtividade pecuária, aspectos nos quais se verifica a capacidade de suporte das pastagens.

Em Novo Repartimento, há maior uso da terra para a criação de gado, em termos de extensão. Isso também expõe uma produtividade de cifras elevadas, porém com muito uso de recursos florestais naturais, que são transformados em pastos para o aumento da produtividade pecuária. De certa forma, a atividade se apresenta como uma produção claramente extensiva em Novo Repartimento.

Entre os fatores de expansão da pecuária estão a disponibilidade de áreas para este cultivo. Essa premissa é válida, mas não é única, pois a política estatal, e as infraestruturas dela advindas, representa um suporte logístico indispensável ao crescimento da pecuária na região.

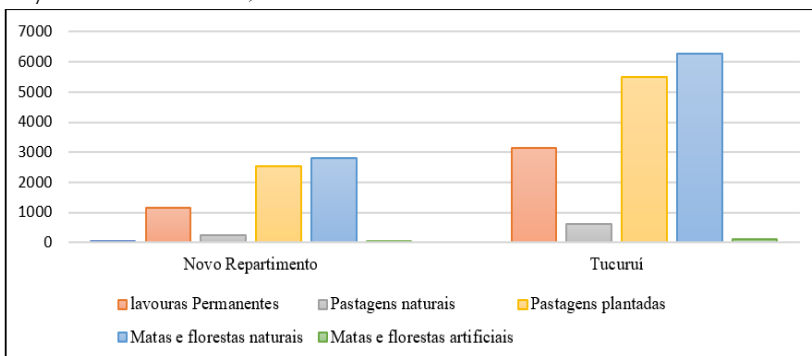
No caso da produtividade da terra com emprego de melhores tecnologias em vastas áreas, a contradição está no pouco

uso de tecnologia, com maior utilização de recursos naturais. Acerca disso, destacam-se, como panos de fundo para o crescimento das produtividades, as políticas de investimentos fiscais na Amazônia.

A questão da produtividade da pecuária no espaço agrário revela o uso do território nas suas possibilidades: no caso desta porção da Amazônia paraense, ter boa tecnologia ou não para o desenvolvimento da atividade da pecuária comercial revela riqueza de um lado e pobreza, de outro.

Esse é um problema de difícil resolução, que só pode ser enfrentado com o desenvolvimento de políticas públicas que busquem minimizar as desigualdades presentes no uso do território. Nesse sentido, o Estado é um dos principais protagonista, haja visto que o território de Novo Repartimento está alicerçado em políticas estatais, pois, ainda que exista uma formulação de responsabilidades sociais para os entes federativos e suas autarquias, no que tange aos cuidados com o espaço, o que sobressai é o avanço da pecuária, na perspectiva da ampliação da produção de proteína animal, em face das necessidades de suprir o mercado e de dar conta do consumo. A seguir, compara-se dois municípios, relacionando produtores e usos da terra.

Gráfico 3 – Número de produtores, em relação aos usos das terras, nos municípios de Novo Repartimento e de Tucuruí, em 1995



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de IBGE (1995)

A comparação entre estas cidades se dá, em vista de que Novo Repartimento era pertencente a Tucuruí, até 1993. Em 1992, quando ainda formavam uma única área territorial, o censo agropecuário registrava 54.237 cabeças de gado e, no ano seguinte, por ocasião da emancipação daquele município, o censo já registrou um total de 150.000 unidades de bovinos em Novo Repartimento.

No censo agropecuário de 1995, os dados do IBGE trazem o efetivo de bovinos dos municípios da microrregião do entorno do lago da UHE de Tucuruí (Tabela 2).

Tabela 2 - Efetivo dos rebanhos bovinos registrados no censo agropecuário de 1995 do IBGE

Municípios		Variável - Efetivo dos rebanhos (Cabeças)			
		Quantidade			
		1995	2005	2015	2019
Microrregião de Tucuruí-PA	Breu Branco	45.00	126.092	153.350	132.844
	Itupiranga	75.000	328.838	562.275	616.100
	Jacundá	34.300	229.775	171.868	176.281
	Nova Ipixuna	...	125.138	90.000	112.766
	Novo Repartimento	150.000	451.503	930.123	884.331
	Tucuruí	35.000	60.752	69.798	68.149
Total de bovinos da Microrregião		298.800	1.322,098	1.977,414	1.990,471

Fonte: IBGE (1995)

Essa tabela mostra dados que destacam o crescimento da pecuária bovina em Novo Repartimento (PA). Isso revela a proatividade de uso do território em virtude da pecuária, em que ocupar a área era o cenário pretendido.

A pecuária é a tradução daquilo que o formulador da política conceitua como vetor de desenvolvimento da região; é a extensão das formulações das políticas para o espaço agrário, como corolário de tudo o que pode caber no uso do território e do que pode se dar como desdobramento das normas de ocupação dos lugares.

Os dados dos censos agropecuários do IBGE caracterizam o uso da terra, a partir da atividade da pecuária bovina, cuja

dinâmica avançou no período que compreende os censos (de 1995 a 2017), já incluindo os dados de 2020. Frise-se que tal uso não tem seus comandos no lugar, pois estes são oriundos das forças motrizes do mercado e do consumo, como já mencionado. Por sua vez, tais imperativos geram ou se apresentam em forma de pressão para os desmatamentos, ocasionando a substituição de florestas por pastagens e a ampliação do número de bovinos no espaço em tela.

Assim, a pecuária bovina é uma realização das políticas do Estado, e os dados dos censos representam um signo e escondem uma semântica intrínseca às forças motrizes, uma vez que o que se revela nos números é abstracional e que a realidade empírica se coloca nas vozes, nas cores e nas formas distorcidas de um estado de *laissez faire*, no qual todos ostentam a pseudo-satisfação de fazer parte da mesma dinâmica da pecuária.

OS CENSOS AGROPECUÁRIOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVO REPARTIMENTO

A presente seção discute o espaço agrário, a partir do censo agropecuário, como a ponta de um *iceberg*, no qual estão inseridas as potências que influenciam o uso do território em Novo Repartimento. Assim, as informações censitárias do município expressam superficialmente o crescimento da atividade econômica, enquanto ignoram os meios de uso do território e os jugos que os presidem.

Os usos do território podem ser vistos inclusive nas condições econômicas dos sujeitos do campo, dado que a inserção da pecuária extensiva na região promoveu a expropriação das pessoas do campo para áreas afastadas daquelas de suas origens, compondo uma nova ruralidade na lógica de uso do território.

[...] as condições econômicas da construção da nova "ruralidade" [é] uma referência básica para apreciar a situação social no campo é o nível de consumo da

população, incluindo nesta categoria tanto o consumo cultural quanto o consumo material, ou seja, o que representa, no seu sentido amplo, o bem-estar. (HEBETTE; MOREIRA, 1995, p. 394)

A análise dos dados sobre os estabelecimentos agropecuários, que incluem números de cabeças de gado por tipologia e por espécie e condições do produtor pecuarista, em relação às terras, pode nos ajudar a compreender os processos espaciais de uso da terra na cidade em foco.

Tabela 3 – Estabelecimentos destinados à pecuária e à criação de bovinos em 2017

Cód.	Unidade da Federação e Município	Espécie da pecuária x Variável	
		Bovinos	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de cabeças (Cabeças)
15	Pará	97012	15298613
1501782	Breu Branco (PA)	1462	116.499
1503093	Goianésia do Pará (PA)	1058	166.942
1503705	Itupiranga (PA)	2937	117.200
1503804	Jacundá (PA)	593	96.124
1504976	Nova Ipixuna (PA)	1112	96.574
1505064	Novo Repartimento (PA)	4904	640.507
1508100	Tucuruí (PA)	545	54.745

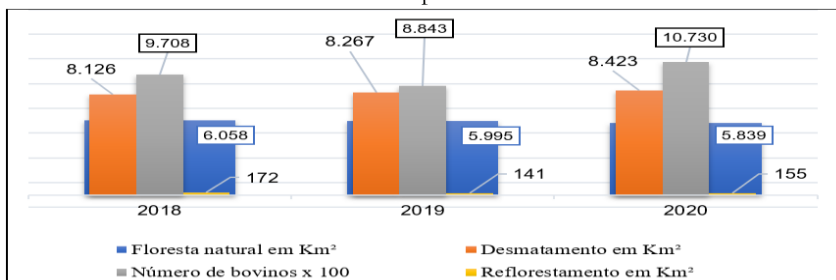
Fonte: IBGE (2017)

Comparando-se os números dos municípios pertencentes à Região de Integração do Lago de Tucuruí e limítrofes a Novo Repartimento da tabela anterior, conclui-se que este município tem, na sua área, a maior dinâmica registrada para a atividade pecuária, o que é indicativo de que o uso do território está diretamente relacionado à ampliação da atividade.

Assim, os dados dos censos agropecuários de Novo Repartimento nos levam a crer que há problemas na relação entre a atividade pecuária e a produção do espaço agrário, os quais não são aparentes, mas se traduzem nas formas distorcidas de apropriação, nos conflitos e nos resultados do desenvolvimento do território, relativamente à efetivação dos planos destinados à

região. A partir de 2017, houve aumentos nos quantitativos de bovinos e de desmatamentos no município, logo se compreende que as florestas nativas diminuem a cada ano, à medida que majoram o desmatamento e o número de cabeças de gado (Gráfico 3)

Gráfico 4 – Relação entre áreas de florestas e números de desmatamentos e de rebanhos bovinos em Novo Repartimento entre 2018 e 2020

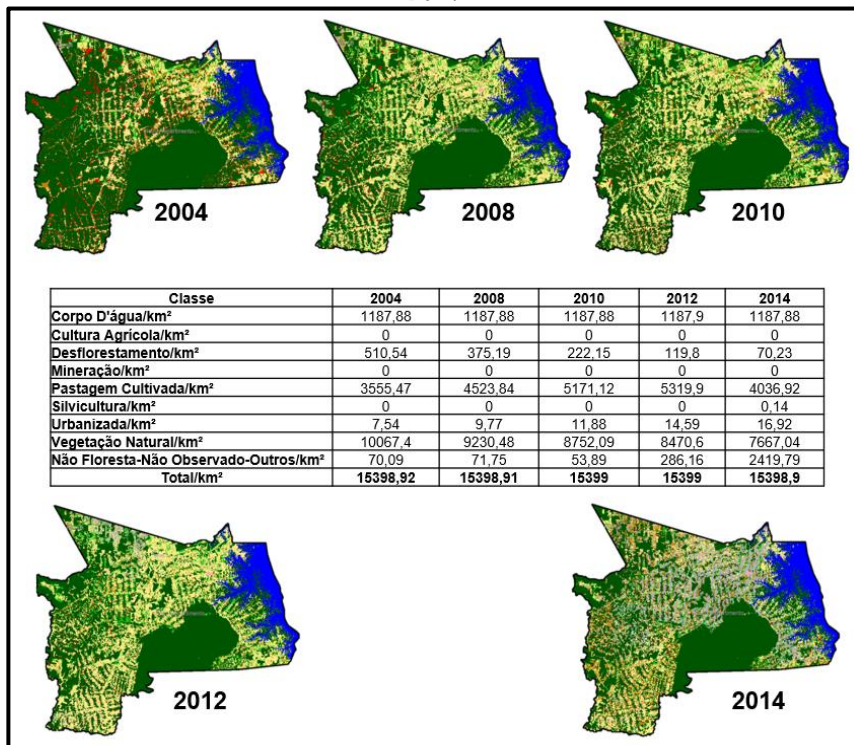


Fonte: INPE (2020) e IBGE (2020)

Entre 2018 e 2020, percebeu-se que os processos de desmatamento, de formação de pastos e de criação de gado foram realizados numa mesma tendência de crescimento, o que relaciona a pecuária de Novo Repartimento às políticas de Estado.

Nesse sentido, o mapa de uso e ocupação do solo do projeto TerraClass, do INPE, evidencia as retiradas de florestas nativas em Novo Repartimento, no período entre 1996 e 2020. Na imagem, vê-se como a pecuária avançou em áreas de floresta do município e, nesse aspecto, os dados numéricos do censo condizem com a expansão da atividade econômica, pois, à medida que a pecuária é ampliada, ocorre o desflorestamento das áreas municipais. Em destaque, na Figura 1, tem-se o polígono das terras da etnia Parakanã, uma das poucas porções que ainda continua preservada.

Figura 1 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento (PA) entre 2004 e 2014



Fonte: IBGE e INPE/Projeto TerraClass (2021)

A figura, composta de cinco cartogramas, traz a mudança da paisagem no período entre 2004 e 2014. Observam-se, de um cartograma para outro, a redução dos espaços de floresta e o aparecimento de novas áreas de pastagens. Assim, vê-se que o uso e a cobertura da terra mostram como a dinâmica da pecuária comanda a ocupação da terra e provoca a transformação de florestas em pastos (INPE, 2021).

Essa figura é uma síntese de todos os dados usados nesta seção. Novo Repartimento tem uma área de 15.432 Km² e, nessa área, até o ano de 2000, o acumulado de desflorestamento era de

3.105 km². No mesmo ano, também havia 11.157 km² de florestas nativas e 1.305 unidades de bovinos.

De 2000 a 2020, as florestas naturais sofreram sucessivas ações de desmatamento. Em 2000, havia 11.157 km² destas, as quais foram reduzidas para 9.035 km², em 2004, para 7.257 km², em 2010, para 6.830 km², em 2012, e para apenas 4.685 km², em 2015, sendo este o período de menor registro de áreas de florestas. No ano de 2020, a área restante de florestas era de 5.839 km², apresentando uma pequena recuperação, pela adição do acumulado de reflorestamentos realizados nestes períodos.

No Gráfico 4, a linha que representa os desmatamentos se inicia em 2000, com o acumulado de 3.105 km². Esse desmatamento foi realizado às margens das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BE-422 (Transcamaeté), a primeira área concedida, pelo Estado, a posseiros e a assentados, dando início à relação umbilical entre espaço agrário e políticas de planejamento estatal para o espaço.

Entre 2000 e 2002, o desmatamento abrangeu aproximadamente 4.005 km² das áreas de floresta restantes no município. Até 2004, o desflorestamento cresceu aproximadamente na mesma proporção dos dois períodos anteriores e atingiu 4.986 km², continuou crescendo e chegou a 6.488 km², no ano de 2008, atingindo seu ápice em 2020, quando a área desmatada alcançou 8.423 km². Porém, a medida das áreas de desmatamento de 2020 está subtraída dos espaços de reflorestamento e de hidrografia do município.

O quantitativo de bovinos no município de Novo Repartimento se relaciona ao desmatamento das áreas de florestas, pois tais áreas se transformaram em pastos, enquanto o quantitativo de bois no período de 2000 a 2020 foi o que segue: em 2000, foram registradas 1.035 unidades de animais; em 2002, o rebanho bovino cresceu para 1.489 unidades; em 2004, o rebanho alcançou o número de 4.540 animais; em 2008, houve pequena redução no rebanho de bovinos; mas, em 2011, o contingente bovino voltou a crescer, atingindo 6.630 unidades; entre 2011 e 2012, as linhas de desmatamento, de florestas naturais e de bovinos

se cruzam e o rebanho chega a 7.917 animais; e, em 2020, atinge a marca de 1.073.000 animais.

Relembre-se que o crescimento de bovinos e a redução de florestas decorrem de planejamentos estatais, que alteram as infraestruturas de transporte, as políticas de financiamentos e, inclusive, as diretrizes do código florestal. Esse último auxilia para que Novo Repartimento tenha a maior área de terras com cadastros ambientais rurais (CAR), o que possibilita a que a pecuária avance. Tal processo é chamado balizamento legal, e é dado pelo Estado, que faz com que a atividade pecuária se adiante sobre áreas de florestas.

Portanto, a pecuária se caracteriza como atividade econômica predominante em Novo Repartimento (PA), e sua expansão é realizada, tanto por pequenos quanto por grandes pecuaristas, que vão progredindo sobre assentamentos rurais (nos quais há a presença da agricultura) e sobre áreas de preservação permanente (APA), encontrando-se nos limites das áreas da etnia Parakanã, atualmente. Como já colocado, a pecuária está intrinsecamente relacionada às políticas de planejamento regionais realizadas nos territórios do Brasil, e sua influência provém de circunstâncias exógenas ao lugar, em contraste com o que ocorre no restante de espaço agrário municipal.

As políticas do Estado brasileiro, como o Fundo Constitucional do Norte (FNO), atendem à atividade pecuária e contribuem para o seu avanço. Nesse sentido, tal uso do território é recorrente, por várias instâncias da sociedade, e o espaço agrário é assim constituído. Acerca da expansão da pecuária, Hebette e Moreira (1996, p. 397) observam:

[...] o fenômeno marcante dos últimos anos é a expansão da pecuária em toda a área de fronteira, que vem se acrescentar às áreas tradicionais da Amazônia como a Ilha de Marajó e a calha do rio Amazonas[...]. Inicialmente desenvolvida em grande escala nos anos 70 e 80 por empreendimento empresariais graças a incentivos fiscais particularmente atraentes, e sinônimo de latifúndio, de degradação

ambiental e de foco de violência, a pecuária vai se alastrando nos lotes familiares com o apoio, notadamente, do crédito do Fundo Constitucional Norte- FNO. Torna-se, desta forma, ativadora de um processo de reconcentração da terra, quando um pequeno produtor endividado com o banco ou é incapaz de conseguir os investimentos necessários, é levado a vender o lote. (HEBETTE; MOREIRA, 1996, p. 397)

Nas áreas tradicionais da Amazônia, a pecuária se expandiu, porque ela é beneficiária das vantagens ofertadas pelo Estado. Pseudoajudas foram dadas aos pequenos produtores, que, em alguns casos, não conseguem pagar financiamentos e vendem seus lotes. De outra maneira, a expropriação se dá, em virtude de usos alheios ao da construção da paz social no espaço agrário.

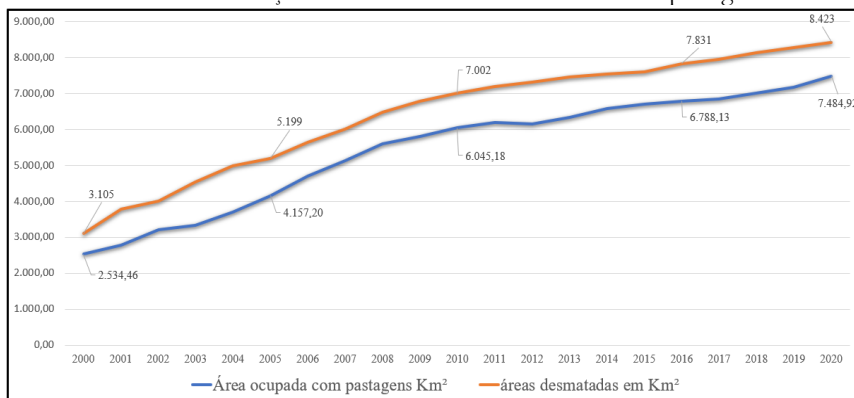
Assim, a bovinocultura é sinônimo de uso de território em Novo Repartimento, e tal se expressa como riqueza e como forma de domínio, pois o homem do campo sonha em se apropriar da terra, a fins de produzir a vida e de ser fazendeiro, de modo que as outras culturas têm menor importância.

Sobressaem, ainda, outros elementos de interpretação do uso do território, pela atividade pecuária, como a expropriação dos sujeitos do campo e a sua substituição por grandes fazendeiros, como dizem Hebette e Moreira (1996, p. 398): “[...] dois obstáculos maiores se opõem à estruturação de um mercado nas áreas de fronteira: a forte sazonalidade dos produtos e a extrema precariedade ou até a falta de uma rede de transporte (estradas e veículos).

Diante disso, a interpretação da relação entre censo agropecuário e espaço agrário revela o crescimento da principal atividade econômica: a pecuária. Ela esconde os efeitos danosos à natureza, dados pelos planejamentos territoriais que se efetivam na região, que têm, como resultado, a exemplo do que ocorre no Brasil, elevados níveis de desmatamento. Além disso, há uma sucessão de usos da terra, que adquire várias formas, incluindo os financiamentos destinados à pecuária, pelos quais a terra deixa ser

propriedade do colono, pois os fazendeiros as compram. Até 2020, havia 8.423 hectares de florestas transformados em 7.484 hectares de pastos (Gráfico 4).

Gráfico 5 – Relação entre áreas de desmatamento e de pastagem



Fonte: IBGE (2020), INPE (2021) e Mapbiomas (2022)

Conforme INPE (2021), até o final de junho de 2021, as maiores concentrações de alertas de desmatamento coincidem com as terras de assentamentos do INCRA. Nas áreas dos corredores da BR-230 (transamazônica) e da BR-422 (Transcametã), a pecuária já consolidou suas ocupações, além de outras formas de uso, e a única área preservada é a terra da etnia Parakanã.

O avanço do desmatamento se associa às políticas de Estado, pois cada momento de ampliação da pecuária pode ser ligado aos planos dos governos no poder. À medida que há pressão da pecuária no espaço agrário, novos estados naturais são criados e o resultado disto se evidencia na forma de impactos sobre a população da área.

O cenário de desmatamento em Novo Repartimento acompanha a perspectiva do encontrado no município de São Felix do Xingu (PA), limítrofe àquele na porção sul de sua área. São Felix do Xingu tem índice de desmatamento ainda maior do que o de Novo Repartimento e, por isto, também é um dos maiores produtores de bovinos no Brasil, atividade que nasce no bojo do

Grande Projeto Carajás. É a partir daí que Novo Repartimento se dinamiza e se faz um dos grandes produtores de gado do país, junto com outros municípios da região em quadro.

Portanto, o censo agropecuário dá os sentidos de uso do território e das diversas ações desempenhadas no espaço agrário local e, ainda que as formas de uso e suas representações em fazendas de gado revelem a tendência principal de apropriação da terra, elas escondem os dilemas decorrentes da principal atividade econômica do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhamos, nesse texto, o uso do território pela pecuária, interpretando-o, a partir dos censos agropecuários do IBGE, e nossas provocações surgiram da ideia central da problemática: a possibilidade de os números dos censos agropecuários revelarem os usos do território. Assim, o texto foi desenvolvido sob três dimensões: o censo agropecuário de Novo Repartimento; o censo agropecuário e o uso do território; e os censos agropecuários no espaço agrário da cidade em relevo.

Em primeiro lugar, concluímos que a pecuária bovina de Novo Repartimento reflete a força da atividade econômica como estrutura, que direciona o uso e ocupação da terra na Amazônia paraense, nas últimas três décadas. Nesse período, extensas áreas de florestas naturais foram substituídas por pastos. Em 1985, florestas e pastos ainda eram inversamente proporcionais, mas, em 2020, houve uma proporção direta entre as áreas de florestas naturais e as de pastagens.

O uso da terra no município é quase de exclusividade da pecuária, o que tem sua matriz nos planejamentos estatais destinados à Amazônia, que aparecem, no campo brasileiro, como atividades econômicas. No caso da Amazônia, favorece à ampliação da pecuária em Novo Repartimento e promove o êxodo rural dos que residiam nas áreas rurais da cidade. Isso é minimizado nos censos, que divulgam dados com o sentido de demonstrar o

crescimento da região, em termos econômicos e não consideram a sucessão das pessoas na terra e os estados naturais condicionados no município, o que significa ignorar o avanço do desmatamento. Dito de outro modo, os dados do IBGE sobre Novo Repartimento são as sínteses da pecuária bovina, da apropriação da terra e, finalmente, dos usos do território, nos quais prepondera a criação de gado.

Além disso, tem-se que é através da pecuária que o território é dinamizado, porém isto provém de influências e de forças externas, ligadas ao capital e ao consumo. A partir disto, produz-se a dinâmica de ocupação da região, sobretudo por pessoas de outros estados, que passam a ser detentoras das terras de Novo Repartimento. Ressalta-se que a pecuária, além de ser a principal forma de uso presente nos territórios da cidade, forja uma relação umbilical entre o espaço agrário e o planejamento estatal, o que serve como instrumento de pressão deste uso e como uma síntese das demais instancias de poder sobre o território.

Quanto aos números dos censos agropecuários do IBGE, esses são abstrações, cujos significados permitem inferir que o uso em foco neste trabalho é intimamente ligado à questão da apropriação da terra no município, bem como que o crescimento econômico é dirigido para fora da região, enquanto os problemas da produção são circunscritos ao lugar, revelando a proatividade no uso do território, por parte da pecuária, e a pretensão desta em ocupar totalmente a área.

Afirma-se, ainda, que a realidade encerra vozes, cores e formas concretas para os problemas sociais do espaço agrário da localidade em foco, os quais se mantêm sem resolução. Igualmente, afirmamos que os dados dos censos agropecuários são a ponta de um *iceberg*, que não revela as muitas situações problemáticas no espaço agrário. Esses censos só expressam as superficialidades estruturais do espaço agrário e do crescimento da atividade econômica pecuária, além de ignorarem as forças presentes nos meios de uso do território e o fato de que a inserção da pecuária extensiva na região promoveu a expulsão das pessoas do campo, imprimindo nova ruralidade ao município.

Os censos agropecuários de Novo Repartimento remontam ao fato de que há uma relação entre espaço e política que produz um ambiente agrário permeado de problemas, os quais não aparecem nos dados, como as formas de apropriação e os conflitos, ocultando os dilemas que decorrem do principal modo de uso do território.

As análises aqui colocadas não se esgotam neste texto, sendo possível fazer uma elaboração que considere as visões dos pequenos, dos médios e dos grandes pecuaristas sobre o uso do território. Uma nova pesquisa pode buscar compreender o avanço da pecuária como uma espécie de militarização dos usos do território, bem como tentar observar a relação entre esta atividade e as aberturas políticas neoliberais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (SIPAM). **Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos – SIAD**. [S. l.]: [s. n.], 2013.
- FELEMA, João; RAIHER, Augusta Pelinski; FERREIRA, Carlos Roberto. Agropecuária brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 555-573, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000300008>.
- HÉBETTE, J.; MOREIRA, E. S. Situação social das áreas rurais amazônicas. **Cad. Est. Soe.**, Recife. v. 12, n. 2, p. 383-406, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1192>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- HERRERA, José Antonio. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 473-499, abr. 2019. (Dossiê Agronegócios no Brasil). Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982->

5153.2019v34n71p473. Acesso em 26 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 1995**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9828&t=downloads>. Acesso em: 23 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9828&t=sobre>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/novo-repartimento/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 15 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **PROJETO PRODES DIGITAL**: Mapeamento do desmatamento da Amazônia com Imagens de Satélite. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019. Disponível em:

<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 19 maio 2022.

MAPBIOMAS. **Uso e cobertura do solo Coleção 6.0 (1985,2020)**. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2009 [1996].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011 [2001].

TRANSFORMAÇÕES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O AVANÇO DA FRONTEIRA E A DICOTOMIA DESENVOLVIMENTO X CONSERVAÇÃO

Monique Helen Cravo Soares Farias¹

André Cutrim Carvalho²

Norma Ely Santos Beltrão³

Cleber Assis dos Santos⁴

Christian Nunes da Silva⁵

INTRODUÇÃO

As metáforas usadas para descrever a Amazônia, tais como El Dourado, Segundo Éden, Inverno Verde, Pulmão do Mundo e Última Fronteira, têm, em comum, a evocação da imagem de que a Amazônia é essencialmente uma região rural (CARVALHO; CARVALHO, 2012), também considerada um obstáculo ao projeto de modernização do governo federal, que se materializa, sobremodo, no domínio da natureza e na expansão de populações

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Pós-doutor em Economia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA), da UFPA.

³ Pós-doutora em Sensoriamento Remoto e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

⁴ Doutor em Ciência do Sistema Terrestre (PGCST), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

⁵ Pós-doutor em Desenvolvimento Regional e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA), da UFPA.

camponesas e indígenas (SOUZA, 2018). Por cinco séculos, ondas de exploradores, de conquistadores e de colonos penetraram em várias seções da vasta Região Amazônica, explorando seus recursos naturais e seus povos nativos em uma série de sucessões chamadas de “fronteiras”, sendo, a última destas, aberta em meados da década de 1960, trazendo mudanças sociais e ambientais dramáticas para a região (BROWDER *et al.*, 2008).

Como possível explicação para o interesse nesta nova fronteira de recursos, Soler *et al.* (2014) afirmam que a estagnação da fronteira agrícola no sul do Brasil pode estar ligada à migração do excedente populacional para as áreas do norte, o que resultou em mudanças na localização das áreas produtivas nas porções da Amazônia, com solos mais férteis e mais bem drenados. Dessa forma, essa passou a ser considerada uma das mais importantes fronteiras do capital natural e sua ocupação ocorre, de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza (ARAÚJO; VIEIRA, 2019). Em nenhum lugar a floresta é mais desmatada do que nas fronteiras da Amazônia, em razão da natureza dinâmica do uso da terra, cujos padrões de desmatamento e de regeneração da floresta variam dramaticamente entre as regiões e se refletem, ao longo do tempo (NAUGHTON-TREVES, 2004).

Por serem espaços não plenamente estruturados, as áreas de fronteiras apresentam traços e processos de ocupação, que as caracterizam e que as diferenciam de outros espaços do território nacional (CARVALHO, 2017). Sua expansão foi entendida como resultado de uma ocupação progressiva por diferentes atores, com reivindicações competitivas sobre a terra, sendo um processo que leva à apropriação de áreas florestais (PACHECO, 2012). Esse processo correspondeu à fase de ocorrência das mais altas taxas de industrialização e de urbanização no Brasil, momento em que o país dispunha de grande excedente de mão de obra, que, com poucas oportunidades nos grandes centros urbanos, promoveu a ocupação de novas terras (CARVALHO *et al.*, 2014), fazendo surgir e ressurgir núcleos urbanos de caráteres estáveis e instáveis e atuando no suporte ao mercado de trabalho, à socialização de mão de obra e à organização territorial em curso (SANTOS, 2020).

A história está repleta de migrações para fronteiras, visando o avanço econômico, mostrando que famílias têm se mudado progressivamente mais para dentro da floresta tropical há muitos anos, em busca das oportunidades econômicas que os assentamentos de terras parecem oferecer (MERRY *et al.*, 2008). Ao longo da fronteira amazônica, a chegada de colonos migrantes inaugura a primeira etapa de desmatamento e de colonização, momento em que as famílias fronteiriças alocam suas terras para diferentes usos, incluindo culturas de dinheiro e de subsistência e pastagens (THAPA *et al.*, 1996). Centenas de milhares de famílias chegam à região e começam a converter florestas em terras agrícolas, desenhando um padrão de assentamento humano de densidade populacional média a alta e um desmatamento médio a alto, exceto onde ocorre a especulação de terras, dando lugar à instalação de latifúndios (TRITSCH; LE-TORNEAU, 2016).

Nesse processo de ocupação, os solos foram fortemente degradados, devido a práticas inadequadas de manejo da terra (SILLS; CAVIGLIA-HARRIS, 2009). Os processos de desmatamento da fronteira e de avanço das margens da floresta apresentam características preocupantes, uma vez que as florestas de fronteira são consideradas importantes para a conservação dos habitats intocados e da biodiversidade, e que as florestas fragmentadas desaparecem mais rapidamente em processos incrementais, que são mais difíceis de controlar (WUNDER; VERBIST, 2003). Tratam-se de zonas de conversão ativa de terra, com diferentes graus de remoção de cobertura de floresta primária e com distintos tipos de usos, que dependem da acessibilidade local, da densidade populacional, do histórico cultural e dos fatores de governança (SCHIELEIN; BORNER, 2018).

Para a compreensão das abordagens conceituais sobre a fronteira, tem-se a visão defendida por Browder *et al.* (2008), que associa a fronteira à dimensão temporal, uma fase histórica, em que determinada atividade econômica prevalece em uma região, e uma entidade espacial (área, região ou limite territorial), que possui propriedades dinâmicas e que, com o passar do tempo, acaba substituindo uma matriz de relações sociais por outra. Essa região

é caracterizada pela infinidade de agentes com interesses diversos e conflitantes operando, como grandes fazendeiros, proprietários de serrarias, diretores de grandes mineradoras, camponeses, trabalhadores assalariados, garimpeiros independentes, seringueiros, pescadores, coletores de castanha-do-pará, índios, bem como diversos níveis de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), militares e policiais (HOTTE, 2001).

Para Verbrugge e Geenen (2019), a fronteira tem sido usada como uma metáfora espacial, para descrever lugares selvagens e indisciplinados, e como uma construção analítica, para a compreensão dos ciclos de expansão e de queda do crescimento econômico, baseados em recursos e na expansão global do capitalismo. Complementarmente, Monteiro e Silva (2021) a concebem como uma manifestação de ajustes espaço-temporais, que ensejam expansão e reorganização espaciais e que se regionaliza, em decorrência de especificidades geológicas, hidrológicas, climáticas, etc., e da estruturação espacial da produção e da divisão do trabalho.

Assim, esse trabalho objetiva compreender as transformações oriundas da expansão da fronteira amazônica, a partir de forças institucionais, econômicas e políticas, bem como os seus papéis na dinâmica regional, a partir da análise das formas conflituosas de ocupação.

UM PANORAMA SOBRE A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA

O termo fronteira engloba duas acepções principais: a de limite, frente ou zona de concorrência e de complementaridade entre territórios ou sistemas de naturezas diversas; e a de frente ou zona de expansão, que desloca ou redefine o modo de produção capitalista no tempo e no espaço (MONTEIRO *et al.*, 2011). Considerado, por Thaler *et al.* (2019), como um imaginário espacial persistente nas compreensões acadêmica e popular de desenvolvimento, a fronteira foi historicamente proeminente nos

estudos sobre sociedades coloniais do Novo Mundo, a partir de estudos desenvolvidos por Frederick Jackson Turner acerca da marcha da ocupação do oeste dos Estados Unidos.

Para Turner (2005), a partir da publicação *The Significance of the Frontier in American History* (“O significado da fronteira na História americana”), em 1883, foi estabelecido o alicerce de sua Teoria da Fronteira, que apresentava o conceito de fronteira como o grande motor do desenvolvimento social estadunidense e o principal motivo de sua excepcionalidade, diante de outras nações da Terra. Segundo aprofundamento de Tonete (2016), essa tese se sustenta no pressuposto de que os Estados Unidos são, em essência, diferentes da Europa, evidenciado a partir de uma rede de comparações, baseada em características políticas e em valores, que, por fim, desenhavam-se como Velho Mundo/Novo Mundo. Na visão de Turner (1914), é na fronteira que ocorre o renascimento dos indivíduos que haviam cruzado o oceano, e é nela que os europeus se tornavam americanos, pois este espaço era responsável por “reiniciá-los” no mundo civilizatório.

Utilizando a tese de Turner como principal ferramenta para explicar as fronteiras da América Latina, Henessy (1978) identificou alguns grupos de fronteira, como os mineiros, os foragidos, os seringueiros e os gaúchos, bem como algumas obras notáveis da literatura de fronteira. O fenômeno latino-americano da fronteira contribuía para o fortalecimento de oligarquias, que dominavam o território e que, ao avançar para novas áreas, promoviam o esgotamento dos recursos naturais e o surgimento de espaços vazios e abandonados, como se fossem buracos, no processo designado por ele como *hollow frontier* (SILVA, 2018). Em sua obra, ele considerou por que, no século XX, a migração rural maciça foi para as cidades e, não, para terras subdesenvolvidas, e listou as fronteiras do futuro, como a Amazônia brasileira (LOY; SCOTT, 1981).

No Brasil, a ideia de fronteiras econômica e demográfica apareceu no segundo quartel do século XX, período em que a Amazônia e, também, o Centro-Oeste brasileiro passaram a ser compreendidos como espaços vazios, a serem ocupados por meios

demográficos e por atividades econômicas (WANDERLEY, 2018). Por esta razão, a Amazônia se tornou área de apreensão geopolítica, uma vez que seus vazios deveriam ser ocupados e dinamizados, economicamente, passando a ser vista como o grande cenário de vantagens comparativas do Brasil, em relação ao mundo: a fronteira de recursos (BOMFIM, 2010), marcada pela incorporação de terras e de recursos naturais, a ser realizada, via de regra, dentro de uma lógica puramente econômica e, mais do que isto, insustentável (MACHADO, 2009).

Entre as muitas perspectivas acerca da temática da fronteira, é extremamente importante ressaltar o trabalho de Octávio Guilherme Velho, antropólogo e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coordenou pesquisas sobre o campesinato em áreas de fronteira. Em suas obras, o autor não visava fazer uma sociologia ou antropologia da fronteira, mas propor uma tentativa de pensar o Brasil, a partir da fronteira e da questão do campesinato e, não, compor um estudo especializado em campesinato, simplesmente (VELHO, 2010). Ele analisa a emergência do campesinato em regiões de fronteira agrícola, enfatizando o estudo de uma modalidade específica de coação, o chamado autoritarismo, que se alastraria do nível privado ao nacional-estatal, dando origem ao chamado capitalismo autoritário (MENDONÇA, 2003),

A partir de seu interesse pela fronteira estadunidense, e das obras de Frederick J. Turner, foi possível associar a questão da fronteira aos modos diversos de articulação entre o político e o econômico, buscando caracterizar particularmente o que seria uma variante autoritária do desenvolvimento capitalista (VELHO, 2016), acompanhando todos os ingredientes incorporados à elaboração de ideologias, ligadas à fronteira e ao papel do campesinato nos rumos do capitalismo autoritário, que se encontram bem além das áreas, em que o contato entre campesinato de fronteira e Estado se colocam de maneira explícita (PALMEIRA, 1977). Velho (2009) resalta a emergência de vários problemas, tal como a questão do papel variado da fronteira em

cada caso, apesar de o estudo da fronteira na obra de Frederick Jackson Turner ter constituído um passo importante nesta direção.

A região amazônica como um todo viveu uma expansão das fronteiras agrícolas e florestais, que representam um caldeirão de diferentes partes interessadas, com diferentes histórias e interesses, com definições alternativas sobre quais recursos devem ser apropriados, como e por quem (MEDINA *et al.*, 2022). A fronteira representa uma relação socioeconômica de produção, pois, na construção de uma fronteira, a estrutura da sociedade é dominada (in)diretamente pelo capital (CARVALHO; DO CANTO, 2017). Seu desenvolvimento sempre foi descrito, em termos de “a fronteira”, e seu avanço se deu em extensas áreas de floresta (BROWDER *et al.*, 2008). Por sua dinâmica econômica, foi chamada, por Carvalho (2012), de “fronteira de recursos”, enquanto Klinger e Mack (2020) associam sua definição ao impacto das políticas desenvolvimentistas, ressaltando termos como “Frente de Expansão”, “Frente Pioneira”, “*Pionierfront*” e “Fronteira Pioneira”.

Faz-se importante destacar a perspectiva defendida pela pesquisadora Bertha Koiffmann Becker, importante geógrafa brasileira que se destacou por sua valiosa produção científica sobre a Amazônia, construindo uma das interpretações mais sólidas que se conhece sobre as relações entre Estado, território e desenvolvimento da região (VIEIRA *et al.*, 2014). Nas análises sobre a ocupação do espaço amazônico e sobre as dinâmicas que alteraram, e que ainda alteram, o cenário da região, a autora buscou elaborar uma teorização da fronteira (RABELLO, 2013) e influenciou, de maneira quase absoluta, a ideia de uma nova fronteira de recursos (KAROL, 2011).

Suas pesquisas de campo possibilitaram o contato com migrantes, a detecção da intensa mobilidade do trabalho rural-urbano e a verificação dos conflitos de terra, da formação de inúmeros núcleos urbanos, da rapidez e da escala da ocupação regional. Isso levou à compreensão que a fronteira não era a retaguarda dos processos histórico-geográficos atuantes no território, mas, sim, a frente avançada destes processos (BECKER,

2004). Ela é abordada, em relação a um espaço estruturado, cuja potencialidade alternativa é circunscrita aos limites impostos pela sua formação social (BECKER, 1985), em que a coexistência conflitiva entre projetos que envolvem ônus sociais e ambientais e projetos alternativos, de diferentes espaços-tempo, estratégias de desenvolvimento e processos de integração e de afirmação de soberania são alguns dos desafios a enfrentar, que atribuem à Amazônia o caráter de fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento (BECKER, 2000).

O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

Em discurso intitulado *No limiar do ano de 1938*, Getúlio Vargas lançou as bases do programa de governo “Marcha para o Oeste”, uma política de expansões demográfica e econômica, na qual o Estado brasileiro buscava os recursos necessários à industrialização nacional (MAGALHÃES; MAIO, 2007). Com a proposta de colonizar as terras da Região Centro-Oeste até a Amazônia, esse projeto governamental incluía a construção de escolas, de hospitais, de estradas, de ferrovias e de aeroportos no interior do Brasil, com os objetivos de integrar e de consolidar a nação, de acordo com as diretrizes do Estado Novo (1937-1945) (CALONGA, 2015).

Esse movimento funcionou como o instrumento ideológico da ocupação regional, na medida em que trazia uma justificativa maior para este fenômeno, uma vez que não se limitava à ocupação geográfica da fronteira, mas incluía fazer destas áreas, então ocupadas, partes efetiva e produtiva do território e da nação brasileira (PIETRAFESA; PIETRAFESA, 2015), e continha importantes aspectos simbólicos, pois nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, lançando o programa, durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia (ANDRADE, 2010).

A partir das criações do Departamento Nacional de Imigração e da Divisão de Terras e Colonização, a orientação das migrações internas fomentou o deslocamento de população do Nordeste, assolado pela seca, para as zonas produtivas de São Paulo e para a Amazônia, a partir do loteamento dos “imensos vazios do Oeste” para imigrantes, com o intuito de explorar economicamente a região (OLIVEIRA, 2015). Em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, foram realizadas campanhas para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia (SECRETO, 2007).

Essa política de migração de nordestinos para a Amazônia funcionava como uma estratégia política para aliviar as tensões sociais no campo, simplesmente deslocando o problema para outro lugar, em que os conflitos poderiam ser abafados mais facilmente; ao mesmo tempo, resolvia-se em parte, e de forma bastante tradicional, o problema da seca, que novamente grassava pelo sertão do Nordeste, e se supria de mão de obra barata um setor da economia que estava em crise (GUILLEN, 1997). Em suma, o programa teve um forte caráter simbólico e, embora não resultasse em grandes ocupações no sentido prático, colaborou para que a retórica governista se fizesse presente nestas regiões (ANDRADE, 2010).

A década de 1940 constituiu momento de grande relevância para a Região Amazônica, pois registrou o início da elaboração da primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Com o intuito de fomentar a extração da borracha, foram criados o Banco de Crédito da Borracha (BCB), através do Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1945, o Departamento Nacional de Imigração (DNI), visando recrutar e encaminhar trabalhadores para a Amazônia, e o Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP), encarregado de transportar os “soldados da borracha” dos portos de Belém para Manaus, para Porto Velho e para o Acre (SILVA *et al.*, 2015).

Nos campos da pesquisa e do desenvolvimento, através do Decreto nº 31.673, de 29 de outubro de 1952, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), presidido por Felisberto Camargo, um dos principais especialistas em assuntos amazônicos e um dos colaboradores na formulação de propostas de desenvolvimento para a região (D'ARAÚJO, 1992). Além disso, um plano de desenvolvimento foi traçado, resultando na criação do Programa de Valorização Econômica da Amazônia, que deu alta prioridade ao desenvolvimento agrícola, para tornar a região autossuficiente em alimentos e para ampliar a extração de matérias-primas para exportação e para uso interno (PEDLOWSKI *et al.*, 1997).

Instituído em 1953, mediante a Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia constituiu um sistema de medidas, de serviços, de empreendimentos e de obras, destinados a incrementar o desenvolvimento das produções extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial, além das relações de troca (BRASIL, 1953). Para sua operacionalização, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que congregou nove unidades da federação: os territórios federais, à época, do Acre, do Amapá, de Rio Branco (atual Roraima) e de Guaporé (atual Rondônia) e os estados do Pará, do Amazonas, do Maranhão, do Mato Grosso e de Goiás (LEÓN *et al.*, 2015), delimitando a região conhecida como Amazônia Legal, uma unidade de planejamento do território nacional (PRATES; BACHA, 2011).

Em 1954, a SPVEA apresentou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cujas ações seriam orientadas a incrementar o desenvolvimento das produções extrativa, agrícola, pecuária, mineral, industrial, bem como as relações de troca (PETIT, 2018). Esse Plano visou mostrar a necessidade de se constituir, na Amazônia, uma economia estável, convertendo a população rural extrativista dispersa em uma sociedade de base agrícola, concentrada em áreas selecionadas, denominadas zonas economicamente recuperáveis (SILVA; BATISTA, 2015). Nesse

plano, a valorização não era vista somente como um discurso, capaz de mobilizar a sociedade para vencer a pobreza e o atraso da região, mas como um conjunto de empreendimentos que iria desenvolver a região e igualá-la aos espaços desenvolvidos do país e do mundo (OLIVEIRA JÚNIOR, 2013).

Posteriormente, foi lançado o Plano Quinquenal (1955-1959), que guardava as características de uma extensão formal do primeiro, prosseguindo no objetivo de alterar o percurso, então existente, mantendo os ideais sobre a necessidade de uma intervenção consistente para instalar a reformulação da estrutura produtiva, dissecando-a em diversos eixos, desde a agricultura até a indústria, passando pelos problemas do financiamento e da necessidade de firmar o ser humano na sociedade rural por um projeto educacional com este objetivo (NEVES, 2020). Contudo, o plano representou a imaturidade do planejamento público brasileiro dirigido à Amazônia, detectado através do reduzido conhecimento sobre a região, da falta de um quadro técnico e do descaso das esferas governamentais, em relação aos problemas regionais (CHELALA; CHELALA, 2011).

O processo de industrialização, a introdução da indústria automobilística, associada ao Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, e o projeto de transferência da capital política do país para o Planalto Central pintam o cenário, no qual desponta a construção da "rodovia de integração nacional" (NOGUEIRA, 2013). Com o avanço do processo de crescimento econômico nacional, modificou-se a percepção acerca da Amazônia, cuja imagem passou a ser a de uma fronteira de recursos, o que se traduziu em ações políticas, como a construção das grandes rodovias que circundam e que atravessam a região: a primeira delas, ligando a nova Capital Federal (Brasília) à Capital da Amazônia (Belém), representou o primeiro passo para a integração da região (BECKER, 1977).

Em 1960, iniciou-se o principal projeto do governo de Juscelino Kubitschek para a Região Amazônica: a Transbrasiliana ou Rodovia Belém-Brasília, contando com a abertura de mais de dois mil quilômetros de estrada, em meio à floresta (ANDRADE,

2018). Ela integra a BR-153, que corta o Brasil de norte a sul, começando no estado do Pará e terminando no Rio Grande do Sul (NUNES *et al.*, 2020), cuja construção se constituiu no novo eixo de desenvolvimentos econômico e populacional da região, promovendo mais um processo de urbanização e fazendo com que surgissem várias cidades as suas margens, representando políticas explícitas de desenvolvimento e de ocupações demográfica e econômica da Região Norte (SANTOS, 2018).

De 1964 a 1982, o Brasil foi governado por um regime militar, em que a soberania nacional e a ocupação da Amazônia eram vistas como grandes prioridades, reconhecido a partir do *slogan* oficial “Integrar para não entregar” (SOUSA *et al.*, 2011). A incorporação de áreas antes inacessíveis ou relativamente despovoadas por atividades agropecuárias contou com o apoio das instituições e das organizações regionais criadas pelo governo, com destaque para o aparato legislativo contido na chamada Operação Amazônia (CARVALHO *et al.*, 2014). A conquista da Amazônia foi considerada uma oportunidade geopolítica de ouro e, logo, o governo federal estava concedendo terras e incentivando e impulsionando a construção de infraestruturas regionais (IORIS, 2016).

A Operação Amazônia prometia ser uma recomposição da política nacional para a região ou uma alternativa de integração (e de preservação) da cultura amazônica ao complexo cultural brasileiro (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005). Mas, ao expressar a preocupação do governo com o desenvolvimento econômico da região, sua ocupação racional, o fortalecimento de suas áreas de fronteira e o desejo de sua integração ao espaço nacional, o projeto consubstanciava os anseios de determinados segmentos e classes sociais (NAHUM, 2019).

Para a implementação de um controle mais rigoroso, havia a necessidade de modernizar o aparato institucional do Estado voltado à Região Amazônica, que deveria contar com instituições capazes de responder prontamente às orientações políticas (PRATES; BACHA, 2011). Nesse sentido, em 1966, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado no Banco da Amazônia

(BASA), e a SPVEA foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Esse órgão tinha, como objetivos principais, planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia (BRASIL, 1966), e suas principais atribuições eram elaborar e executar um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que passaria a orientar as ações estatais, no tocante à gestão e à exploração dos recursos naturais da região.

Essa nova instituição teve o objetivo de promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem-estar social da Região Amazônica de formas harmônica e integrada, em relação à economia nacional. As diretrizes da valorização econômica da Amazônia foram detalhadas no 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (PQDAM), a ser executado no período 1967-1971, com base nos dispositivos legais da Operação Amazônia (BATISTA, 2021), que foi extinta em 02 de maio de 2001, pela Medida Provisória nº 2.145, sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que, por sua vez, acabou formalmente em 2007, com a criação da (nova) SUDAM, pela Lei Complementar nº 124 (LIMA *et al.*, 2020).

A FRONTEIRA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AMAZÔNICO

Na década de 1970, a Amazônia se tornou uma importante região exportadora de *commodities* alimentícias, graças às iniciativas adotadas pelo governo federal, como a implementação de um plano estruturado de longo prazo, que incluía subsídios para crédito rural e investimentos em pesquisa agropecuária, principalmente com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (STABILE *et al.*, 2020). Também foi um período caracterizado pelo desenvolvimento de projetos de infraestrutura, para permitir o transporte de produtos agrícolas, que tinham, em seu bojo, os discursos de ocupar e de integrar conformados pela metáfora de região de fronteira, pelos quais se

buscava desbravar e explorar economicamente a Amazônia, visando sua integração ao restante do país (REYDON *et al.*, 2020).

Nesse sentido, através do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de implementar obras de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste, visando promover suas rápidas integrações à economia nacional (SOUZA, 2020). Ele estabelecia que a execução das duas metas mais importantes do Programa: a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e a execução do plano de colonização das faixas de terra de até dez quilômetros à direita e à esquerda de tais rodovias (MACIEL *et al.*, 2020) ficariam a cargo do Ministério dos Transportes e do Ministério da Agricultura, respectivamente, subsidiando o posterior lançamento de políticas de reforma agrária.

A fim de operacionalizar o direito de acesso à terra, foram lançados o Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970, que dispôs sobre a criação de áreas prioritárias, ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de reforma agrária, visando a operação de assentamentos em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e de arrendatários do Nordeste. Entretanto, a colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas, impulsionando a migração em massa para o Norte, iniciada espontaneamente na segunda metade dos anos 1970, momento em que a fronteira agrícola avançou rapidamente, a partir de uma série de frentes pioneiras (KOHLHEPP, 2002).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tal como conceituado por Coutinho e Tuma Filho (2017), é uma autarquia federal criada com as missões de realizar a reforma agrária, de manter o cadastro nacional de imóveis rurais, de administrar as terras públicas da União e de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Das suas diretrizes constam a criação e a implantação de assentamentos rurais sustentáveis, além

da busca por suas qualificações. Mullan *et al.* (2018) evidenciam que o Brasil tem um dos programas mais significativos de colonização de fronteiras, tendo situado mais de um milhão de indivíduos na Amazônia, desde 1970.

No período de 1974 a 1980, foi estabelecido o Programa Polamazônia (Programa de Polos Agrícolas e Minerais da Amazônia), uma política de desenvolvimento regional, que enfatizava investimentos seletivos em 15 polos de desenvolvimento, baseados em atividades econômicas intensivas de grande escala, como mineração, extração de madeira, pecuária e produção de energia hidrelétrica (CARVALHO *et al.*, 2002). Esse programa marcou uma importante mudança na política governamental brasileira, que passou a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados a investimentos em infraestrutura e em extração e beneficiamento de minerais (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Entre 1988 e 1990, Araújo e Vieira (2019) relatam que o desmatamento estava associado à história de ocupação da Amazônia, com a abertura de estradas federais e com a implantação de projetos hidroelétricos, de colonização e de mineração, os quais ocorriam de forma concentrada no chamado “arco do desmatamento”, abrangendo principalmente os estados do Pará, do Maranhão, de Mato Grosso e de Rondônia. De 1990 a meados de 2000, a paisagem amazônica passou por práticas de gestão conflitantes: de um lado, havia projetos voltados à conservação, buscando criar mais áreas protegidas; em contrapartida, muitas políticas eram voltadas a integrar a Amazônia à dinâmica do capitalismo, caracterizadas por promoverem graves impactos sobre a floresta. Por esta razão, ocorreu a divisão da região em áreas de diferentes tipos: áreas dedicadas à conservação,

áreas dedicadas à produção (estratégia de “preservação de terras”) e áreas de uso sustentável (voltadas ao “compartilhamento de terras”). Nessa divisão, os agricultores familiares, em especial, foram considerados atores-chave para o estabelecimento de projetos nas áreas destinadas ao desenvolvimento sustentável (DE SARTRE *et al.* 2016).

Ao longo da década de 2000, o governo federal brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) buscaram inibir o desmatamento e promover a conservação florestal, concentrando-se em três esforços políticos principais: monitoramento e aplicação da lei; expansão do território protegido; e adoção de políticas condicionais de crédito rural (ASSUNÇÃO *et al.*, 2015). A partir de 2001, Gibbs *et al.* (2015) verificaram que os campos de soja se expandiram no Bioma Amazônia e que a conversão direta de florestas para a produção de soja resultou em taxas recordes de desmatamento. Dada a preocupação com potenciais impactos, em junho de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou dados, relativos ao desmatamento na Amazônia Legal, no período de 31 de julho de 2001 a 1º de agosto de 2002, indicando um crescimento acelerado do desmatamento, em relação ao ano anterior (em torno de 40%). Perante a ameaça de continuidade da tendência de aumentos expressivos nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal, a questão das mudanças de uso do solo na região foi reconhecida como um problema, para o qual o governo deveria apresentar soluções (MELLO; ARTAXO, 2017).

Por esta razão, Arvor *et al.* (2018) consideraram o lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), em 2004, como um importante marco, que refletiu a nova ambição do governo federal de impedir o avanço da fronteira agrícola amazônica, após o pico de desmatamento de 2004. Esse programa possibilitou uma maior participação de municípios, de instituições e da sociedade civil no estabelecimento de um novo modelo de governança, focado em três aspectos principais: gestões territorial e de uso da terra, com cumprimento da legislação; estabelecimento de ferramentas de comando e de controle, como sistemas de

monitoramento ou licenciamento; e promoção de práticas sustentáveis (MMA, 2004).

Em 2006, com a publicação do relatório *Eating up the Amazon*, pelo Greenpeace, foi apontado que a sojicultura estava avançando como grande vetor de desmatamento no Bioma Amazônia. O relatório alertou sobre o aumento gritante do desmatamento nos anos de 2004 e de 2005 e apontou *traders* transacionais de *commodities* e indústrias de alimentos da Europa como corresponsáveis pela expansão da soja na Amazônia (IMAFLOA, 2017). Com isto, no mesmo ano, foi lançada a Moratória da Soja (MSoja), primeiro acordo voluntário de desmatamento zero implementado nos trópicos. Em resposta à pressão de varejistas e de Organizações Não Governamentais (ONG), os principais *traders* de soja assinaram a MSoja, comprometendo-se a não comprar soja cultivada em terras desmatadas da Amazônia Brasileira (GIBBS *et al.*, 2015). Como garantia do cumprimento deste acordo, foi necessário criar também um planejamento, visando o monitoramento das áreas a serem preservadas, a fim de assegurar a conscientização sobre o cultivo responsável, com foco no todo da cadeia produtiva do grão (VIBIAN, 2021).

Em 2008, em resposta a um ligeiro aumento nas taxas de desmatamento, o Ministério do Meio Ambiente lançou a lista de maiores municípios desmatadores da Amazônia, então denominada “lista negra”, com o objetivo de direcionar medidas específicas de comando e de controle (POCCARD-CHAPUIS *et al.*, 2020). A extensão total do desmatamento acumulado em 2008 foi escolhida como principal critério para constituir a lista, definindo os municípios prioritários, responsáveis por 45% do desmatamento amazônico no ano anterior. Esses municípios foram alvos de um sistema mais rigoroso de monitoramento do desmatamento e de fiscalização ambiental (ASSUNÇÃO; ROCHA, 2019).

Posteriormente, em 2009, o governo brasileiro iniciou uma segunda fase do PPCDAm, que dispunha de novas ferramentas para monitoramento e para fiscalização ambiental. Isso incluiu o

uso do sistema PRODES, considerado uma excelente ferramenta para fazer cumprir as leis ambientais na Amazônia (MMA, 2009). De acordo com o PPCDAm-II, os municípios com altos níveis de perdas florestais estavam sujeitos a restrições de crédito; a partir daí, os proprietários de terras observadas como desmatadas no PRODES poderiam enfrentar multas, embargos de propriedade e até prisões (RICHARDS *et al.*, 2017). O plano passou por quatro fases distintas: PPCDAm-I (2004–2008), PPCDAm-II (2009–2011), PPCDAm-III (2012–2015) e PPCDAm-IV (2016–2020).

Carrero *et al.* (2020) detectaram que as taxas anuais de desmatamento na Amazônia brasileira diminuíram 80% de 2009 a 2012, associadas à menor participação de grandes e médios proprietários de terras, devido a reduções nos preços das *commodities* e a taxas de câmbio desfavoráveis, a intervenções políticas e a acordos de mercado voluntários. Alguns autores argumentam que os instrumentos de comando e de controle podem ter desempenhado um papel significativo na redução do desmatamento nos últimos anos, no entanto ainda não está claro em que medida tal redução é resultado concreto da implementação destas políticas ou se estas resultaram de fatores externos, como flutuações de mercado e preços mais baixos de *commodities* agrícolas (GALLO; ALBRECHT, 2018).

No encontro realizado em Paris entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2015, a COP21 (21ª sessão anual da Conferência das Partes das Nações Unidas de 1992 - Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima) se configurou como um marco de mudança paradigmática, que reconheceu, na luta contra as alterações climáticas, a necessidade de integrar o contributo de todos (países mais e menos desenvolvidos), numa ótica de justiça na distribuição de esforços e de responsabilidades. Igualmente, o Acordo de Paris forneceu uma estrutura robusta para intensificar os esforços de combate ao aquecimento global (CHRISTOFF, 2016). Nele, o Brasil assumiu os compromissos internacionais de reduzir a zero o desmatamento ilegal na Amazônia e de restaurar 12 milhões de hectares de floresta, até 2030 (CELENTANO *et al.*, 2017).

Apesar da redução de 16% na taxa de perda florestal entre 2016 e 2017, a tendência geral foi de aumento nas taxas de desmatamento, a partir de 2012. De fato, entre 2015 e 2016, houve um aumento alarmante de 29% na taxa de desmatamento anual, na floresta amazônica do Brasil (CARVALHO *et al.*, 2019). Em 2019, o INPE publicou estatísticas alarmantes sobre atividades de incêndio, com base em espectrorradiômetros de imagem de resolução moderada (MODIS). Embora o presidente recém-eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, negasse a confiabilidade dos dados de desmatamento em tempo real, a divulgação posterior da estimativa anual, pelo Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), confirmou o aumento acentuado na perda florestal entre 2018 e 2019 (KLINGER; MACK, 2020). Já em maio de 2020, foi lançado o *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*, elaborado pelo Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MAPBIOMAS, 2020). Para o ano de 2019, foram identificados, validados e refinados 56.867 alertas em todo o território nacional, resultando em 12.187,08 km² de desmatamento, sendo, a maior parte das ocorrências, na Amazônia, com uma área total de 7.700 km². O Pará foi o estado que apresentou o maior número de eventos de desmatamento, com total de área desmatada de 2.990 km². As maiores parcelas de desmatamento ocorreram em terras controladas por assentamentos da reforma agrária, em propriedades privadas e em áreas sem informação, cada uma delas responsável por mais de 20% do total de desmatamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que, nos últimos anos, houve uma mudança no perfil do desmatamento na Amazônia, que atualmente apresenta índices crescentes de pequenos desmatamentos, decorrentes da diversificação das atividades produtivas, relacionadas à agricultura familiar. As taxas de desmatamento e os fatores locais, associados às mudanças no uso e cobertura da terra,

diferem consideravelmente em toda a região, e a adaptação de políticas públicas a contextos dinâmicos locais e à variedade de atores continua a ser o grande desafio para os tomadores de decisão.

Conciliar conservação ambiental e desenvolvimento rural em áreas de fronteira requer uma combinação de políticas, que abordem adequadamente os estágios heterogêneos de desenvolvimento de fronteira e que coordenem ações políticas entre domínios de governança historicamente separados. No entanto, tais medidas só produzirão o efeito desejado, se forem acompanhadas de uma efetiva aplicação da lei ambiental, para desencorajar usos extensivos da terra que dependem do desmatamento ilegal. Assim, torna-se urgente e imediato compreender como as trajetórias de desmatamento estão ligadas a eventos econômicos e políticos, evidenciando que tais efeitos foram preponderantes na definição de novas trajetórias de desmatamento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. P. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista *Cultura Política* redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 453-468, 2010.
- ANDRADE, R. P. A poeira do progresso pede passagem: imagens de natureza e desenvolvimento na floresta amazônica. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, 2018.
- ARAÚJO, R.; VIEIRA, I. C. G. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, n. 3, p. 366-378, 2019.
- ARVOR, D.; TRITSCH, I.; BARCELLOS, C.; JÉGOU, N.; DUBREUIL, V. Land use sustainability on the South-Eastern Amazon agricultural frontier: Recent progress and the challenges ahead. **Applied Geography**, v. 80, p. 86-97, 2017.

ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; ROCHA, R. Deforestation slowdown in the Brazilian Amazon: prices or policies? **Environment and Development Economics**, v. 20, n. 6, p. 697-722, 2015.

ASSUNÇÃO, J.; ROCHA, R. Getting greener by going black: the effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. **Environment and Development Economics**, v. 24, n. 2, p. 115-137, 2019.

BATISTA, I. M. S. O 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM (1967-1971) e o Desflorestamento na Amazônia. **Jamaxi**, v. 4, n. 2, 2021.

BECKER, B. K. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 1, p. 32-46, 1977.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 47, p. 357-371, 1985.

BECKER, B. K. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. *In*: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS. Anais [...]. Campinas, Nepo/Unicamp, 2000.

BOMFIM, P. R. A. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**, v. 30, n. 1, p. 13-33, 2010.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, [Brasília], 07 jan. 1953.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, [Brasília], 31 out. 1966, retificado em 09 dez. 1966.

BRASIL. Decreto- Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto

Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, [Brasília], 10 jul. 1970.

BRASIL. Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970. Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, [Brasília], 13 nov. 1970.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; WALKER, R.; WYNNE, R. H.; SUMMERS, P. M.; ABAD, A.; MIL-HOMENS, J. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992–2002. **World Development**, v. 36, n. 8, p. 1469-1492, 2008.

CALONGA, M. D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 126-132, 2015.

CARRERO, G. C.; FEARNSIDE, P. M.; VALLE, D. R.; ALVES, C. S. Deforestation Trajectories on a Development Frontier in the Brazilian Amazon: 35 Years of Settlement Colonization, Policy and Economic Shifts, and Land Accumulation. **Environmental Management**, v. 66, n. 6, p. 966-984, 2020.

CARVALHO, G. O.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; DIAZ, M. C. V.; SANTILLI, M.; BARROS, A. C. Frontier expansion in the Amazon: balancing development and sustainability. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 44, n. 3, p. 34-44, 2002.

CARVALHO, A. C. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Crescimento econômico na fronteira e a dinâmica urbana na Amazônia paraense: uma abordagem histórica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F.; SERRA, M. A.; SILVEIRA, J. M. F. J. Expansão da Fronteira Agropecuária e a

Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense sob a Ótica da Nova Economia Institucional. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 04, n. 02, p. 43-75, 2014.

CARVALHO, A. C. Frontiers and economic institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 19, p. 125-147, 2017.

CARVALHO, A. C.; DO CANTO, O. Fronteira, instituições e desmatamento na Amazônia Paraense: uma perspectiva de debate através do novo institucionalismo econômico. *In*: CANTO, Otávio do; CONDURÚ, Marise Teles; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário (org.). **Gestão ambiental na Amazônia: território, desenvolvimento e contradições**. Belém: NUMA/UFPA, 2017. 192 p. (Série Estudos do NUMA, 18)

CARVALHO, A. C.; SILVA, R. N. S.; FILGUEIRAS, G. C. Dynamics of forest deforestation in the Amazon of Pará: an approach centered in space econometry. **International Journal of Development Research**, v. 8, n. 5, 2019.

CELENTANO, D.; ROUSSEAU, G. X.; MUNIZ, F. H.; VAN DEURSEN VARGA, I.; MARTINEZ, C.; CARNEIRO, M. S.; MARTINS, M. B. Towards zero deforestation and forest restoration in the Amazon region of Maranhão state, Brazil. **Land use policy**, v. 68, p. 692-698, 2017.

CHELALA, C.; CHELALA, C. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E O MEIO AMBIENTE. **Revista de Estudos Universitários - REU**, v. 37, n. 1, 2011.

CHRISTOFF, P. The promissory note: COP 21 and the Paris Climate Agreement. **Environmental Politics**, v. 25, n. 5, p. 765-787, 2016.

COUTINHO, D. J. F.; TUMA FILHO, E. J. Relation of environmental problems with human health in agro-extractive settlement projects in the Eastern Amazon. **ÍTEGAM-JETIA**, v. 3, n. 9, 2017.

- D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19, p. 196-206, 1992.
- DE SARTRE, X. A.; OSZWALD, J.; VEIGA, I.; CASTRO, M.; ASSIS, W. S.; MICHELLOTTI, F.; LAVELLE, P. Sustainable development policies and the spread of land-sharing practices—A statistical assessment in a frontier region of the Brazilian Amazon. **Journal of rural studies**, v. 48, p. 65-76, 2016.
- GALLO, P.; ALBRECHT, E. Brazil and the Paris Agreement: REDD+ as an instrument of Brazil's Nationally Determined Contribution compliance. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 19, n. 1, p. 123-144, 2018.
- GIBBS, H. K.; RAUSCH, L.; MUNGER, J.; SCHELLY, I.; MORTON, D. C.; NOOJIPADY, P.; WALKER, N. F. Brazil's soy moratorium. **Science**, v. 347, n. 6220, p. 377-378, 2015.
- GUERRA, J.; SCHMIDT, L. Concretizar o wishfull thinking - dos ODS à COP21. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 197-214, 2016.
- GUILLEN, I. C. M. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 95-102, 1997.
- HENNESSY, Alistair. The frontier in Latin American History. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.
- HOTTE, L. Conflicts over property rights and natural-resource exploitation at the frontier. **Journal of Development Economics**, v. 66, n. 1, p. 1-21, 2001.
- IORIS, Antonio A. R. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. **Land Use Policy**, v. 59, p. 456-466, 2016.
- INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAFLORA). **10 anos da Moratória da Soja na Amazônia: História, impactos e a expansão para o Cerrado**. Piracicaba: Imaflora, 2017. 68 p.
- KAROL, E. Geopolítica na Geografia do Brasil: Notas sobre o Pensamento de Bertha Becker em Geopolítica da

Amazônia. **Revista Geografica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

KLINGLER, M.; MACK, P. Post-frontier governance up in smoke? Free-for-all frontier imaginations encourage illegal deforestation and appropriation of public lands in the Brazilian Amazon. **Journal of Land Use Science**, p. 1-15, 2020.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, p. 37-61, 2002.

LEÓN, A. C.; ARAÚJO, I.; REZENDE, G.; SOBRINHO, F. L. A. Planejamento regional no Brasil: a experiência da SUDAM. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 18, 2015.

LIMA, G. S.; TEIXEIRA, E. M. S. F.; LAMARÃO NETO, H. O Papel da SUDAM e do Consorcio Interestadual da Amazônia Legal para o Desenvolvimento Regional. *In*: DIAS, Jean Carlos; BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Amazônia**. 1. ed. Santa Catarina: Qualis, 2020, v. 2, p. 399-415. (v. 2 - Estudos Interdisciplinares)

LOY, J. M.; SCOTT, N. M. The Frontier Revived. **Latin American Research Review**, v. 16, n. 01, 252-257, 1981.

MACHADO, L. O. R. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, v. 24, p. 115-147, 2009.

MACIEL, D. P.; CARVALHO, L. M.; LEMES, F. L. Integração nacional no Brasil: as grandes rodovias da Amazônia (1970-1979). **Dimensões**, n. 44, p. 89-120, 2020.

MAGALHÃES, R. C. S.; MAIO, M. C. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 169-189, 2007.

MEDINA, G. S.; POKORNY, B.; CAMPBELL, B. Forest governance in the Amazon: Favoring the emergence of local management systems. **World Development**, v. 149, p. 105696, 2022.

MELLO, N. G. R.; ARTAXO, P. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 108-129, 2017.

MENDONÇA, S. R. Agricultura, questão agrária e reforma agrária no Brasil do Século XX. **Trabajos y Comunicaciones**, 2003.

MERRY, F.; AMACHER, G.; LIMA, E. Land values in frontier settlements of the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 36, n. 11, p. 2390-2401, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 1ª Fase (2004)**. Brasília: Casa Civil, 2004. 156 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 2ª Fase (2009 a 2011) - Rumo ao desmatamento ilegal zero**. Brasília: Casa Civil, 2009. 170 p.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. S. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **GEographia**, v. 13, n. 26, p. 37-65, 2011.

MONTEIRO, M. A.; SILVA, R. P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 49, 2021.

MULLAN, K.; SILLS, E.; PATTANAYAK, S. K.; CAVIGLIA-HARRIS, J. Converting forests to farms: the economic benefits of clearing forests in agricultural settlements in the Amazon. **Environmental and Resource Economics**, v. 71, n. 2, p. 427-455, 2018.

NAHUM, J. S. ESPAÇO E POLÍTICA: **Espaço e Política: a Representação de Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. In.: COUTO, Aiala Colares; DOS SANTOS, Tiago Veloso; RIBEIRO, Wilame de Oliveira. (Org.). **Amazônia, Fronteira, Grandes Projetos e Movimentos Sociais**. Belém: Ed. UEPA, 2019. 313 p.

- NAUGHTON-TREVES, L. Deforestation and carbon emissions at tropical frontiers: a case study from the Peruvian Amazon. **World Development**, v. 32, n. 1, p. 173-190, 2004.
- NEVES, F. A. F. O discurso dos planejadores na Amazônia e a cultura política de realização. **Secuencia**, n. 108, 2020.
- NOGUEIRA, C. R. Imperatriz: de Vila à cidade comercial e ponto de apoio no desenvolvimento amazônico. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 1, p. 129-154, 2013.
- NUNES, D. S.; MELO, W. F.; BRACARENSE, L. D. S. F. P. Implicações Socioeconômicas da Rodovia BR-153 e os Reflexos no Desenvolvimento Urbano no Tocantins. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 14, p. 47-61, 2020.
- OLIVEIRA JUNIOR, A. Das drogas do sertão ao ingresso na modernidade: a política de valorização econômica da Amazônia. **Brazilian Geographical Journal**, v. 4, n. 1, 2013.
- OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, v. 35, n. 1, 2014.
- OLIVEIRA, N. A. “Conquistando o Oeste”: Amazônia legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT. **Fronteiras**, v. 17, n. 30, p. 248-272, 2015.
- PACHECO, P. Actor and frontier types in the Brazilian Amazon: Assessing interactions and outcomes associated with frontier expansion. **Geoforum**, v. 43, n. 4, p. 864-874, 2012.
- PALMEIRA, M. Campesinato, fronteira e política. **Anuário Antropológico**, v. 1, n. 1, p. 308-317, 1977.
- PEDLOWSKI, M. A.; DALE, V. H.; MATRICARDI, E. A.; SILVA FILHO, E. P. Patterns and impacts of deforestation in Rondônia, Brazil. **Landscape and Urban Planning**, v. 38, n. 3-4, p. 149-157, 1997.
- PETIT, P. Políticas públicas do Governo Federal no estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Territórios e Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 95-122, 2018.
- PIETRAFESA, P. A.; PIETRAFESA, J. P. Nova ruralidade e o modelo de desenvolvimento no bioma Cerrado: as várias

- “marchas” para o Oeste do Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, 2015.
- POCCARD-CHAPUIS, R.; THALÊS, M. C.; PEÇANHA, J. D. C.; PIKETTY, M. G. Os Territórios de desmatamento na Amazônia. Uma análise geográfica no Estado do Pará. **Confins - Revue Franco-Brésilienne de Géographie/Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 48, 2020.
- PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, p. 601-636, 2011.
- PROJETO DE MAPEAMENTO ANUAL DA COBERTURA E USO DO SOLO NO BRASIL (MAPBIOMAS). **Relatório Anual de Desmatamento 2019**. São Paulo: MapBiomas, 2020 – 48p. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/MBI-relatorio-desmatamento-FINAL3.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.
- RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, v. 27, p. 213-235, 2013.
- REYDON, S. M.; FERREIRA, S.; LIMA, A. O. Dinâmica do processo de integração da Amazônia ao restante do país. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 1, n. 4, p. 6-32, 2020.
- RICHARDS, P.; ARIMA, E.; VANWEY, L.; COHN, A.; BHATTARAI, N. Are Brazil's deforesters avoiding detection?. **Conservation Letters**, v. 10, n. 4, p. 470-476, 2017.
- SANTOS, R. S. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2018.
- SANTOS, C. A emergência do Brasil profundo: O papel da Amazônia nesse processo. **Ciência Geográfica**, v. 24, p. 24, 2020.
- SCHIELEIN, J.; BÖRNER, J. Recent transformations of land-use and land-cover dynamics across different deforestation frontiers in the Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 76, p. 81-94, 2018.
- SECRETO, M. V. A Ocupação dos "Espaços Vazios" no Governo Vargas: do "discurso do Rio Amazonas" à saga dos Soldados da

borracha. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 40, p. 115-135, 2007.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 99-113, 2005.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 23, 2004.

SILLS, E. O.; CAVIGLIA-HARRIS, J. L. Evolution of the Amazonian frontier: Land values in Rondônia, Brazil. **Land Use Policy**, v. 26, n. 1, p. 55-67, 2009.

SILVA, J. B.; BATISTA, I. M. S. O 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. **Revista Histedbr On-Line**, v. 15, n. 66, p. 56-72, 2015.

SILVA, S. D. Paisagem, sociedade e vida cultural: a fronteira goiana no período colonial. **Diálogos**, v. 22, n. 3, p. 212-217, 2018.

SOLER, L. S.; VERBURG, P. H.; ALVES, D. S. Evolution of land use in the Brazilian Amazon: From frontier expansion to market chain dynamics. **Land**, v. 3, n. 3, p. 981-1014, 2014.

SOUSA, R.; VEIGA, M.; VAN ZYL, D.; TELMER, K.; SPIEGEL, S.; SELDER, J. Policies and regulations for Brazil's artisanal gold mining sector: analysis and recommendations. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 6-7, p. 742-750, 2011.

SOUZA, E. A. Amazônia Meridional: Relações Sociedade e Meio ambiente. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 163-176, 2018.

SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2020.

STABILE, M. C.; GUIMARÃES, A. L.; SILVA, D. S.; RIBEIRO, V.; MACEDO, M. N.; COE, M. T.; ALENCAR, A. Solving Brazil's land use puzzle: Increasing production and slowing Amazon deforestation. **Land Use Policy**, v. 91, p. 104362, 2020.

THALER, G. M.; VIANA, C.; TONI, F. From frontier governance to governance frontier: The political geography of Brazil's Amazon transition. **World Development**, v. 114, p. 59-72, 2019.

THAPA, K. K.; BILSBORROW, R. E.; MURPHY, L. Deforestation, land use, and women's agricultural activities in the Ecuadorian Amazon. **World Development**, v. 24, n. 8, p. 1317-1332, 1996.

TONETE, L. R. A fronteira de Frederick Jackson Turner. Uma nova história, uma nova historiografia. **Revista Latino-Americana de História**, v. 5, n. 16, p. 59-75, 2016.

TRITSCH, I.; LE TOURNEAU, F. M. Population densities and deforestation in the Brazilian Amazon: New insights on the current human settlement patterns. **Applied Geography**, v. 76, p. 163-172, 2016.

TURNER, F. J. Geographical influences in American political history. **Bulletin of the American Geographical Society**, v. 46, n. 8, p. 591-595, 1914.

TURNER, F. J. O significado da História. **História**, v. 24, n. 1, p. 191-223, 2005.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p.

VELHO, O. G. Otávio Velho: trajetória e percurso acadêmico. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 481-506, 2010.

VELHO, O. G. **Revisitando as frentes de expansão**. São Luís: UEMA, 2016. 112 p. (Coleção Aulas Inaugurais)

VERBRUGGE, B.; GEENEN, S. The gold commodity frontier: A fresh perspective on change and diversity in the global gold mining economy. **The Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 2, p. 413-423, 2019.

VIBIAN, J. S., ARAÚJO, L. A.; CAVAZZINI, L. S. Os impactos na implementação da Moratória da Soja no Brasil e os índices de consumo internacional. **South American Development Society Journal**, v. 7, n. 21, p. 254, 2021.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; ROCHA, G. M.; SANTOS JÚNIOR, R. A. Bertha Becker e a Amazônia. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 19, n. 1.103, 2014.

WANDERLEY, L. J. Repensando a noção de fronteira no contexto de reestruturação espacial da Amazônia no século XXI. **Terra Livre**, v. 1, n. 46, p. 13-48, 2018.

WUNDER, S.; VERBIST, B. **The impact of trade and macroeconomic policies on frontier deforestation**. Bogor: ICRAF, 2003. 44 p.

O DIREITO EM PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES: PARTILHAS COM A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Roberto Magno Reis Netto¹
Jorge Fabricio dos Santos²
Clay Anderson Nunes Chagas³

INTRODUÇÃO

Historicamente, diversas críticas têm sido imputadas ao caráter científico do Direito. Contudo, a crítica atribuída por Foucault (2015, p. 68) é certamente uma das que ressoa com maior veemência: “[...] em cada momento da História a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos”, de modo que o Direito se transforma num “[...] universo de regras que não é destinado a adoçar, mas, ao contrário, a satisfazer a violência”. O autor francês prossegue, afirmando que “[...] a humanidade não progride lentamente, de combate em combate até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra [...]”, pois se constata que a humanidade institui novos esquemas de dominação social, por

¹ Doutorando em Geografia e Segurança Pública (PPGEO-UFPA), mestre em Segurança Pública (PPGSP-UFPA), especialista em Direito Digital, em Atividade de Inteligência, em Docência Superior e em Direito Processual Civil, professor e pesquisador e oficial de justiça avaliador, do TJPA. Contato: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP-UFPA), agente público do estado do Pará e professor do IESP, da EAP, da FAAM e da EGPA. Contatos: jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br e fabrcio06@gmail.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA), mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA-UFPA), professor e pesquisador do PPGSP-UFPA, do PPGEO-UFPA e do PPGEO-UEPA e reitor da Universidade do Estado do Pará. Contato: claychagas@ufpa.br.

meio da normalização de pequenas violências recíprocas, ou seja, “[...] ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras e prossegue assim de dominação em dominação” (FOUCAULT, 2015, p. 69).

Nesse mesmo esquema, o Direito não se configuraria como algo além de uma tecnologia de poder, por meio da qual aqueles que detêm maior capacidade de imposição das suas vontades no jogo relacional perpétuo apresariam, também, o poder de ditar as leis, que, muitas vezes, de maneira velada e sob pressupostos universalistas, dir-se-iam aplicáveis a todos (*erga omnes*), porém, que favoreceriam a uns poucos, apenas. Ao passo, o sistema judicial (ao qual cabe a dicção do Direito, a declaração do que seria justo ou, simplesmente, a jurisdição) se configuraria como um entreposto de neutralização da justa vontade popular e do direito dos dominadores.

Nessa perspectiva, divorciado dos ideais de justiça ínsitos à população e consolidado em um conjunto de normas meramente retóricas, o Direito se perderia do próprio (e reputado) propósito universalista, que suas teorizações propõem, e, mais ainda, em nada se afiguraria comprometido com o bem-estar e/ou com o desenvolvimento da raça humana.

Embora esta crítica, ao fim e ao cabo, acabe sendo oponível a quaisquer das ciências, em muito, fugindo para um campo moral ou ético (FEYERABEND, 2011), tem-se que o Direito, ao se volver historicamente ao caráter de ciência normativa, desligou-se do mundo real, ao qual estas normas invariavelmente se revolvem e no qual geram consequências concretas. Não à toa, Foucault (2015) assevera que as genealogias das relações, dos sistemas e das normas conformariam um movimento essencial à superação do jogo de dominações subsequentes, sem o qual, a História (tal qual o Direito), sob o rótulo de ciência objetiva, perder-se-ia em metafísica e na retórica da contação de uma história de vitórias (de uns, em relação aos outros).

Assim o diz, porque classifica que a História é fundamental à compreensão das coisas como elas se apresentam, no sentido de buscar uma visão para além das aparências, desvelando as relações

de poder intrínsecas a tudo, inclusive às normas jurídicas. E, por hora, ousa-se acrescentar (complementando o que muitos apontam como falha ou omissão de Foucault): como o tempo não é (nem nunca foi) alheio ao espaço, sendo, para além de teatro de realização da vida humana, um sistema vivo e complexo, que condiciona totalmente as possibilidades de vida e de ação (ir)racional, cumpre dizer que a Geografia também apresenta uma inestimável contribuição à capacidade compreensiva do mundo.

Explique-se: assim como uma norma jurídica posta (existente) muitas vezes oculta as relações que geraram seu surgimento no tempo, essa mesma obscurece o conjunto de relações espaciais que condicionaram sua formação (como a predominância de grupos de poder local ou protecionismos sobre certas áreas, por exemplo) ou as consequências delas advindas (ou seja, as transformações geradas no espaço). Portanto, a partir de Foucault (2015), e além dele, tem-se que uma forma de (re)pensar a ciência (ou técnica) jurídica certamente perpassa os diálogos transdisciplinares, ou seja, a construção de pontes com outras ciências, as quais também trabalhem nas mesmas perspectivas humanas do Direito.

Diante disto, o presente trabalho, admitindo a insuficiência (talvez, não intencional) do Direito, teve, como objetivo, apresentar um relato de experiências sobre os usos de conceitos e de institutos ínsitos à ciência geográfica, para problematizar sobre o surgimento e sobre a aplicação prática das normas jurídicas existentes no atual espaço-tempo. Propõe-se, portanto, repensar o Direito, a partir de óticas da Geografia, isto é, iluminar obscuridades do mundo jurídico por intermédio das luzes do outro, do *alter*, no caso, da ciência geográfica.

A importância do presente estudo residiu primeiramente na apresentação de possíveis diálogos transdisciplinares entre as ciências em questão (Direito e Geografia) e nas potencialidades que podem nascer de suas interações. Em segundo lugar, o mesmo comprova a necessidade de uma reflexão jurídica zetética (BITTAR, 2016), ou seja, que se valha de conhecimentos extrajurídicos, buscando uma melhor elaboração dos postulados

presentes no Direito. Além disso, o trabalho consigna exemplos concretos de interações entre estas ciências, forma de trabalhar conhecimentos que ganhou relevância ainda maior, diante de problemas complexos, como o da atual pandemia, em que a crise do pensamento jurídico se mostrou assente, frente a uma série de omissões, e o da necessidade de um protagonismo ainda maior, por parte do judiciário, sobretudo no sentido de interpretar consequências territoriais de normas jurídicas, por exemplo, legitimando ações locais de restrição de circulação e de distanciamento social compulsório (*lockdown*).

Essa postura transdisciplinar certamente pode importar no desenvolvimento de novas competências e habilidades, por parte de docentes e de discentes de ambas áreas, e, com isto, na promoção de estudos sobre problemas sociais, que tragam resultados mais amplos e que atravessem seus respectivos campos de conhecimentos, como se verá no desenrolar do trabalho. Assim, além desta introdução, o estudo prosseguiu com um tópico metodológico, com a seção de resultados e, finalmente, com a parte de considerações finais.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Primeiramente, o estudo assumiu nítidas inspirações hermenêutica e dialética (REIS NETTO; CHAGAS, 2019), uma vez que tomou por base a linguagem (no caso, proposições e postulados oriundos de duas ciências diferentes, mas capazes de interagir entre si), admitindo diálogos em prol da produção de conhecimentos e de compreensões mais amplas da realidade, sobretudo no sentido de desvelar distorções nas relações de poder, que regem as normas jurídicas existentes.

Igualmente, esse trabalho adotou uma postura qualitativa (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), calcada em conteúdos de um fenômeno (e, não, em expressões numéricas ou tendências), valendo-se da técnica de relato de experiências, consistente de uma

exposição coordenada de vivências de sujeitos a respeito de um fato e voltada a um determinado teor de caráter científico.

Os sujeitos da pesquisa foram os próprios autores do manuscrito, na qualidade de docentes com considerável tempo de experiência, que já lecionaram diversas disciplinas, que fazem(iam) dialogar conhecimentos jurídicos e geográficos de maneiras direta ou transversal e que, finalmente, detêm experiência em pesquisas de natureza transdisciplinar. Esses se valeram principalmente de conhecimentos de pesquisas, as quais já protagonizaram, preteritamente (de maneira isolada ou conjunta, entre si), para apresentar exemplos, relativos ao objetivo de estudo, pelo que a técnica de pesquisa predominante foi a pesquisa bibliográfica (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Ademais, os exemplos foram devidamente organizados, para fins de exposição na seção subsequente, por meio de dois subtópicos de resultados, nos quais se buscou demonstrar como os conhecimentos geográficos pode(ria)m contribuir para a compreensão de fenômenos jurídicos, de modo a trazer resultados mais próximos das realidades temporal e espacial.

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES ENTRE O DIREITO E A GEOGRAFIA

O DIREITO, A SEGURANÇA PÚBLICA E A GEOGRAFIA

Ao tratar do campo naturalmente interdisciplinar da segurança pública, é natural que se parta de acepções atualmente vigentes no Direito, para a caracterização de diversos elementos pesquisados, que vão desde seu nascedouro constitucional (art. 144, da Constituição Federal) (BRASIL, 1988), até às várias acepções de crime, propostas nas normas existentes em diversas legislações, que buscam (ao menos, em tese), por meio da instituição de sanções, proibir condutas classificadas como nocivas

a bens jurídicos fragmentariamente selecionados pelo legislador (QUEIROZ, 2020).

Contudo, para que algo seja elencado como crime e, portanto, seja classificado como conduta potencialmente indesejada, é comum que a prática seja primeiramente objeto de acepções do campo da política criminal, perante o qual a questão passa a ser visualizada como um problema, para futuramente compor uma proibição no teor de uma norma jurídica (QUEIROZ, 2020). Como problema social, a conduta indesejada se plasma em um evento, compreendido, por Santos (2017), como um instante do tempo-espaço. Portanto, um fato nunca está isolado da totalidade em que surge, de modo que sempre estará ligado a fatores históricos e, sobretudo, espaciais.

Um dano ao meio ambiente, por exemplo, é um evento, no qual um determinado recurso natural (potencialmente explorável) passa a ser expropriado ou apropriado por um conjunto de agentes territoriais. A depender do interesse social que envolva este elemento, ao longo de um momento histórico, tal utilização pode vir a ser classificada como socialmente indesejada (por todos ou por grupos políticos que exerçam momentaneamente o poder), procedente de se tornar um crime. Como se vê, por estar ligada à ideia de totalidade, a questão espacial (o onde) pode ser influente na noção de crime, de modo a serem proibidas ou permitidas condutas ligadas a/ou em função de locais (como ocorre em questões afetas ao Direito Bancário, que detém normas mais permissivas ou vácuos legais no seio das zonas delimitadas como *offshores* ou paraísos fiscais, por exemplo) ou ocorridas em determinado ponto do espaço, em que passam a estender um desejo proibitivo por todo o território-legal nacional.

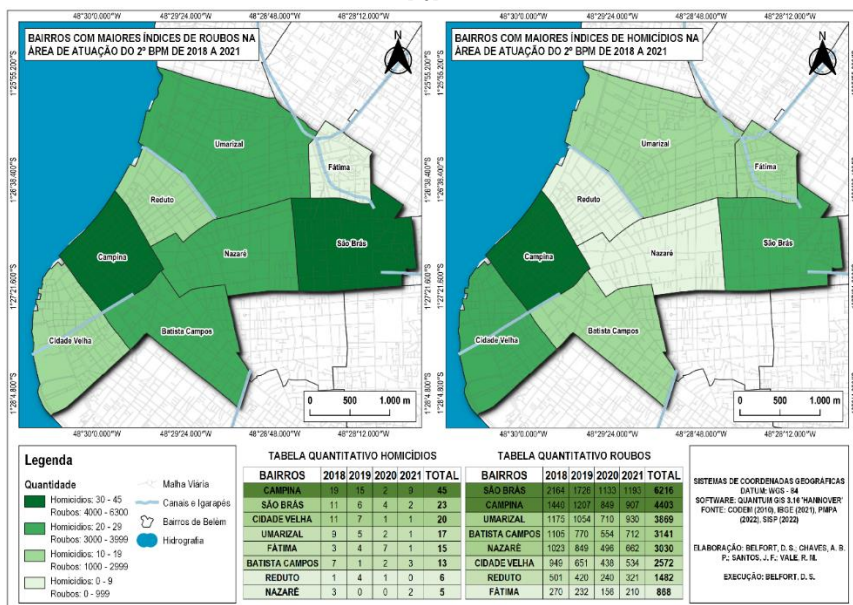
Nesse sentido, compreender o (não unânime) conceito de espaço, por exemplo, é algo que pode contribuir para a prudente aplicação prática do Direito. Santos (2017, p. 332), por exemplo, define o espaço como um “[...] indissociável sistema de objetos e sistema de ações [...]”, no qual práticas e elementos preexistentes ou criados pelo ser humano interagem e se (re)condicionam, sob as incontáveis variáveis de uma totalidade (a complexidade do

mundo como um todo; um conjunto de forças, que se somam e que se confrontam). A partir desta concepção, pode-se compreender, no campo do Direito, que as normas jurídicas e suas aplicações práticas também são o resultado de uma (des)ordem preexistente, que (re)condiciona uma (des)ordem subsequente. A norma, quando surge, não é nem o início e nem o fim do tratamento de uma conduta socialmente indesejada, mas um evento, com pressupostos e com consequências.

Aliás, quanto às consequências da proibição de uma conduta, que passa a ser considerada crime, tem-se que, uma vez gestada a norma jurídica, essa passará a provocar implicações espaciais específicas: a) práticas sociais passam a ser (re)condicionadas pela proibição, mudando sistemas de ações e de interação com objetos (SANTOS, 2017), numa verdadeira (re)ordenação territorial; e b) os agentes territoriais de segurança passam a direcionar esforços à prevenção e ao combate à modalidade criminal então instituída, aplicando seus empenhos no espaço, isto é, nos locais em que o ato proibido seja constatado.

Para a execução prática do comando legal, a análise criminal surge como um campo do conhecimento, que alia a Geoestatística ao Direito Penal na efetivação de políticas de segurança pública, sob postulados de inteligência, no sentido de melhor aproveitar os recursos materiais e humanos dos órgãos de Estado na realização da persecução penal propugnada pela lei. Veja-se, como exemplo, a Figura 1, que materializa uma análise, relativa a crimes de roubo e de furto, na área do 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará, fornecendo dados concretos para a composição do processo decisório de políticas públicas, relativas à segurança na circunscrição.

Figura 1 – Quantitativo de registros de crimes de roubo e de homicídio nos bairros atendidos pelo 2º BPM da Polícia Militar do Pará no período de 2018 a 2021



Fonte: Santos (2022), a partir de Pará (2022) e de IBGE (2020)

Inclusive, quanto à ação territorial de órgãos de segurança pública, o conhecimento geográfico se afigura bastante relevante, no sentido de identificar eventuais violações ao postulado de impessoalidade, exigido pelo art. 37 da Constituição (BRASIL, 1988), uma vez que, seja por subjetividades inerentes à prática dos agentes, seja em decorrência das diferentes relações instituídas no espaço-tempo, perante outros agentes territoriais, a conduta de órgãos/agentes pode assumir feições diferenciadas no espaço, que podem importar, na prática, em preconceitos.

Nesse sentido, Haesbaert (2014) e D'Elia Filho (2014) apontam que, em certos contextos, órgãos de segurança pública, sobretudo os de natureza policial, podem atuar de maneira seletiva, manejando diferentes níveis de poder (ou coerção), de acordo com os espaços de projeção de suas relações de poder (instituindo,

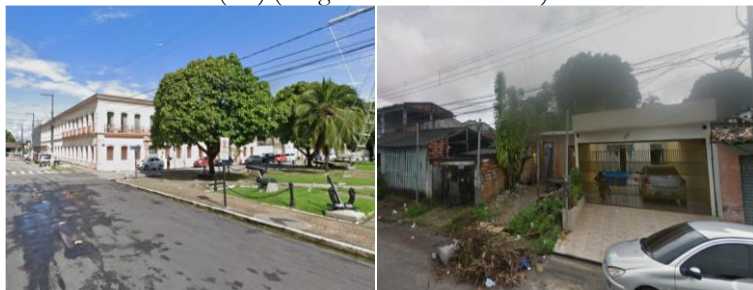
assim, diferentes territorialidades) (RAFFESTIN, 1993). Em outras palavras, esses órgãos se utilizariam de maiores níveis de violência, de acordo com o nível de estigmatização das áreas, colocando-se de maneira inversamente proporcional à presença de instâncias de controle social (como órgãos públicos assistenciais e entidades privadas — igreja, associações, empresas, etc.).

Em todos os casos, a ideia de território, enquanto resultado da projeção de múltiplas relações de poder sobre o espaço, que influencia e que serve de influência ao indivíduo, mostra-se de fundamental valia na compreensão da materialidade, que gera o fenômeno das “[...] diferentes aplicações práticas de uma norma jurídica” (RAFFESTIN, 1993). Afinal, é muito comum observar, no Direito, que uma mesma norma consegue se impor de maneira coerente em certos espaços, porém não gera consequências quaisquer em outros, a exemplo de códigos de postura e de edificações.

A priori, essa é uma questão territorial, que demonstra que há locais, em que os agentes territoriais, por diversos motivos, conhecem e obedecem às normas, enquanto, noutros, a inaplicabilidade (e a ausência de obediência, pela falta de fiscalizações e/ou de sanções) é notória. Nas imagens da Figura 2, por exemplo, observa-se um espaço da cidade de Belém (PA) que aparenta ampla adesão às normas de postura municipais, provavelmente pelas presenças de um ente público (órgão militar) e de um ente privado (hotel de luxo) interessados em seu cumprimento em prol da segurança e da boa aparência do local, enquanto, em outro espaço, constata-se que a calçada é invadida por propriedade, bem como que a via pública é tomada por lixo e por entulho, mostrando o desprestígio pela norma regente da relação público/privado.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Figura 2 – À esquerda, registro da Praça Carneiro da Rocha, na esquina das ruas Dr. Assis e Carneiro da Rocha, no bairro Cidade Velha; à direita, registro de ponto da Travessa do Chaco, no bairro Pedreira; ambos na cidade de Belém (PA) (imagens obtidas em 2020)



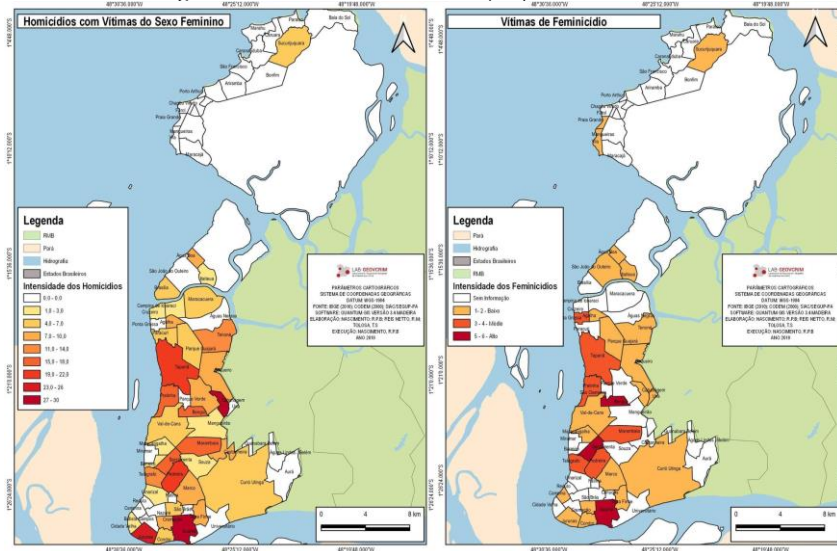
Fonte: *Google Street View* (2020)

Se os interesses dos agentes territoriais se mostram divorciados daqueles do sistema normativo que condiciona o ordenamento territorial e, sobretudo, se este não for efetivado pela presença ativa do Estado, as normas tendem a cair em desuso prático, diante das relações que se instituem entre os agentes e o espaço. E, à medida que o desprestígio pelas normas se intensifica, em igual proporção se liberam outros poderes sociais, que buscarão se sobrepor ao Estado, inclusive por meio do crime.

Nesse sentido, as próprias ocorrências criminais são expressivas do resultado de um conjunto de relações complexas, instituídas por agentes territoriais no manejo de seus planos de poder no espaço. Talvez por isto, o crime tenda a surgir, ao menos de maneira mais aparente, em áreas marcadas por ausências estatais, conforme apontaram Tolosa *et al.* (2019), em relação à violência contra a mulher.

A título de exemplo, a Figura 3 ilustra que os feminicídios e os homicídios contra mulheres tenderiam a surgir em locais com características semelhantes, e, conforme os autores, correlacionados a espaços que correspondiam a unidades de desenvolvimento humano mais baixo, ou seja, a áreas mais periféricas da cidade.

Figura 3 – Distribuição espacial dos homicídios contra a mulher e dos feminicídios registrados na cidade de Belém (PA) entre os anos de 2011 e 2018



Fonte: Tolosa *et al.* (2019)

A ausência do Estado (e, conseqüentemente, de todos os possíveis agentes públicos e privados, que se atrelam às redes de serviços oferecidas por este) ocasiona o surgimento de vácuos de poder, que são imediatamente preenchidos pelos poderes de outros agentes territoriais, inclusive os do crime (CHAGAS, 2014).

Essas mesmas relações de territorialidade, ademais, projetam marcas sobre o espaço, as quais são apreendidas pelos signos (sinais), como grafismos, obstáculos à livre passagem e ordenações paralelas, instituídas por agentes territoriais vinculados ao crime, como apontado por Reis Netto e Chagas (2018), relativamente às facções criminosas (Figura 4). Para além do Direito e das suas normas, a ordenação territorial é ditada pelos agentes e por seus poderes.

Territorialidade em Análise e Pesquisas Socioambientais

Figura 4 – Avisos públicos (grafismos), atribuídos a organizações locais do tráfico, vinculadas a facções criminosas, vedando o cometimento de roubos nas comunidades locais, apostos no muro de uma escola pública, no bairro

Centro, em Santa Bárbara do Pará (PA) (à esquerda), e no muro de uma residência particular, no bairro Mangueirão, em Belém (PA) (imagens obtidas em 2017)



Nota: C. V. R. L. significa Comando Vermelho Rogério Lemgruber; C. V., Comando Vermelho; F. D. N., Família do Norte; e P. G. N., Primeira Guerrilha do Norte.

Fonte: acervo dos pesquisadores (2017)

Como se vê, as normas jurídicas do direito penal se projetam no espaço de maneira pretensamente universal, porém, tanto seu processo de nascimento quanto, sobretudo, suas consequências materiais estão diretamente condicionadas por uma série de fenômenos espaciais, nem sempre bem percebidos pelo jurista em sua prática, mas que certamente podem fornecer contribuições inestimáveis na busca por uma aplicação mais justa e coerente do Direito na sociedade.

ACESSO À JUSTIÇA? PENSANDO SOBRE JUSTIÇA E SOBRE TERRITÓRIO

Um segundo ponto de reflexão, que nasceu da interação transdisciplinar entre o Direito e a Geografia, diz respeito à desmistificação do princípio da territorialidade, inerente ao

instituto legal da jurisdição. Compreendida como o poder de dizer o direito, ou seja, de impor soluções jurídicas a conflitos surgidos no território nacional (REIS NETTO, 2021), a jurisdição representa uma relevante instância pública de pacificação social, concretamente realizada pela atuação do Poder Judiciário, sobretudo.

Diz-se que a jurisdição adere ao território, ou seja, que sempre é exercida em um espaço legalmente delimitado (noção legal de território/zona) (HAESBAERT, 2014), dividindo-se diversas competências de julgamento de conflitos, em função de frações do território nacional ou dos estados, entre os órgãos do poder judiciário (dando origem à noção de competências territoriais ou *ratione loci* — “em razão do local”) (REIS NETTO, 2021). Assim, quem julga, sempre julga em um território delimitado.

Essa compreensão nasce justamente da determinação constitucional de que a lei (que, numa democracia, representa uma suposta vontade do povo) não poderá (muito menos, ninguém abaixo dela) afastar do conhecimento do Poder Judiciário (e de sua função pacificadora) qualquer lesão ou ameaça a um direito de quem quer que seja (Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) (BRASIL, 1988). Porém, como bem apontado por Reis Netto *et al.* (2018), na prática, a realidade espacial desta garantia constitucional é bastante diferente.

As sedes físicas do Poder Judiciário (os fóruns) ainda são instituídas, com base nas noções geográficas de centralidade, ou seja, são situadas em áreas bem aparelhadas das cidades, distantes dos *loci* socialmente problemáticos, nos quais se registram mais e maiores violações de direitos, tornando-se geograficamente distantes (e, muitas vezes, inacessíveis) da população necessitada de justiça, movimento que é repetido, em muitos casos, pelos demais órgãos do sistema judiciário — polícias, Ministério Público, Defensoria Pública, etc. (REIS NETTO *et al.*, 2018). Reforçam-se ausências estatais, que, como visto no tópico anterior, recrudessem poderes de outros agentes territoriais (como os do crime e os dos seus tribunais paralelos).

Além disso, ao longo da pandemia de Coronavírus, evidenciada nos anos de 2020 e de 2021 (até então), tem-se que o judiciário (paraense e nacional) buscou uma solução (questionável) para o andamento dos feitos, por meio do uso de tecnologias da informação computacional (TIC), realizando audiências e atos processuais por aplicativos de comunicação, o que pode ter reforçado o problema. Embora este seja, de fato, o futuro das comunicações e de muitas relações jurídicas, e esta medida tenha realmente facilitado a realização de diversos atos processuais, como os de comunicação processual (citações e intimações, em geral), tem-se, de outro lado, que, ao se exigir uma permanência on-line do jurisdicionado, durante longos atos (como audiências, por exemplo), a medida acabou por lhe transferir o ônus de arcar com os custos da conexão e do fluxo de dados (muito embora sejam contribuintes públicos e não devessem fazê-lo, em tese), impondo-lhe, em vários casos, os prejuízos da incapacidade de comunicação ou presença em ambiente virtual.

Trata-se de uma nítida violação ao acesso à justiça, que só pode ser percebida em uma perspectiva espacial, considerando-se que mais de 20% da população (justamente aquela que vive nas áreas mais precarizadas dos espaços das cidades) ainda se encontra alijada de qualquer acesso à *internet* ou de equipamentos apropriados para tanto (IBGE, 2019). E, mesmo que se fale da possibilidade de comparecimento presencial (se inviável, a presença on-line), ainda assim subjaz o risco de se dirigir aos fóruns (por vezes, distantes), em meio a um contexto de necessário distanciamento social, paralelamente ao fato de que muitos magistrados e servidores se mantêm afastados do cidadão físico nos fóruns virtuais (pela prática do chamado *home office*), simbolicamente apartados do cidadão.

Deve-se asseverar, no entanto, que a realização de atos processuais por meios digitais poderá, se efetivada de formas apropriada e constante, ocasionar o surgimento de territorialidade em rede no judiciário, ligando-o a redes que se estenderiam pelo espaço, através de nós (vínculos entre diferentes locais), propiciados pelas conexões virtuais. Isso certamente traria avanços

ao saneamento da ausência do poder público em diversos pontos específicos do território sob sua competência e influenciaria positivamente a questão do acesso à justiça. Carece dizer que o debate sobre polos de acesso mais próximos ao cidadão e, sobretudo, publicamente custeados, perpassa o pensamento espacial da instituição, haja vista que estes poderiam evitar reversões de ônus desnecessárias ao contribuinte.

Até lá, ainda é muito elogiável a iniciativa de programas de justiça itinerante, que deslocam diversos serviços aos pontos menos centrais dos espaços das cidades, tornando o judiciário efetivamente presente (ao menos, temporariamente). Ao passo, também seria prudente pensar a respeito de um maior empoderamento de comunidades e de grupos sociais, relativamente à prática de meios alternativos de resolução de conflitos, espacialmente falando, os quais ainda se encontram restritos aos centros urbanos em muitos aspectos. Essa poderia ser uma boa solução para localidades muito distantes das sedes judiciais.

Como se observa, a ideia de acesso à justiça, teoricamente tratada, pelo Direito, por normas hipotéticas e executada por presenças genéricas do judiciário nas cidades, guarda um inquestionável viés espacial e, mais ainda, territorial, que influencia diretamente a política de prestação pública de justiça à população e que certamente deve ser levada em conta nas discussões teórico-jurídicas sobre a resolução de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme objetivado, o presente estudo demonstrou, por meio de dois exemplos significativos, como conceitos e institutos da Geografia podem ser utilizados para problematizar e para (re)pensar o surgimento e a aplicação prática de normas jurídicas, trazendo luzes ao debate de temas, que, a princípio, aparentariam ser estritamente jurídicos.

Portanto, demonstrou-se como interações transdisciplinares entre Direito e Geografia podem ser relevantes nos âmbitos do ensino e da pesquisa, estimulando um pensamento crítico e capaz de gerar resultados mais efetivos, quanto à aproximação entre Direito e necessidades reais, superando o uso deste como mera tecnologia de poder. A construção de teias de aprendizado (BESSLER; SOUZA, 2021) entre conhecimentos do Direito e da Geografia pode libertar aquele de sua excessiva abstração e gerar cooperações, aptas ao enfrentamento de diferentes vulnerabilidades e de limitações dos diferentes contextos espaciais.

Além disso, admitir o viés espacial do Direito propicia o advento de um pensamento crítico, que rejeita um problema evidenciado por Foucault (2015, p. 235), enunciado como o “grande fantasma”, representado pelo discurso científico, que apregoa “[...] um corpo social constituído pela universalidade de vontades”. Afinal, a norma jurídica não advém de uma vontade universal, senão de anseios historicamente dominantes no tempo-espaço, e, mais ainda, não se aplica de maneira universal, senão em conformidade com uma série de consequências, que variam com os locais, nos quais a norma tenta se estabelecer, em suas relações com ações de outros agentes e com objetos preexistentes.

Deve-se acrescentar, ainda, uma importante lição de Santos (2017, p. 332) nesse mesmo sentido: para além das normas jurídicas, “[...] as ações [...] constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para exercício das ações”.

Em interação com o ser humano, o espaço (muitas vezes, abstratamente considerado pelos juristas) se torna vivo, condicionando sua ação, podendo ser hostil àquele e a seus planos de ordenação territorial, inclusive. O espaço, portanto, não é passivo ao Direito, e entender isto é fundamental para as plausibilidades do raciocínio jurídico e da constituição do Direito, como uma ciência que, além do controle social, poderia buscar a emancipação do ser humano e a realização de propósitos realmente benéficos à população — benefícios *erga omnes*.

Sugere-se, portanto, uma espacialização do raciocínio jurídico, uma vez que o Direito, como evento, já é naturalmente indissociável dos espaços, em que é gestado, e das relações territoriais que invariavelmente o envolvem. Certamente, ignorar isto é alienar o Direito e torná-lo distante de seus propósitos autodeclarados.

REFERÊNCIAS

- BESSLER, Nira; SOUZA, D. A teia de aprendizado. **O futuro das coisas**. Disponível em: <https://ofuturodascoisas.com/teia-de-aprendizagem/>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- BITTAR, E. C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.
- CAVALCANTE, T. S.; REIS NETTO, R. M. Educação jurídica contemporânea e metodologias ativas: um diálogo necessário (um estudo crítico-reflexivo sobre a necessidade de inovar as práticas de ensino aprendizagem adotadas nos cursos de direito no Brasil). *In*: ROCHA, M. V.; BARROSO, F. R. **Educação jurídica e didática no ensino do direito: estudos em homenagem à professora Cecília Caballero Lois**. Florianópolis: Habitus, 2020.
- CAVALCANTE, T. S.; REIS NETTO, R. M. Grupo de pesquisas novos pesquisadores. *In*: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO JURÍDICO E FORMAÇÃO DOCENTE. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2018.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 186-204, 2014.
- D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

- ESTADO DO PARÁ. **SIGPOL - Sistema Integrado de Gestão Policial**. Centro de Inteligência – CInt. Belém: PMPA, 2022.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- GOOGLE STREET VIEW. [Várias páginas]. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- HAESBAERT, R. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua TIC 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em: 1º abr. 2021.
- MACHADO, A. A. **Ensino Jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- QUEIROZ, P. **Direito Penal**. V. 1 – Parte geral. 14. ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.
- REIS NETTO, R. M. **Material acadêmico de teoria geral do processo**. Ananindeua: FAAM, 2021.
- REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. A associação externa como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no Pará. **Estudos Geográficos**, v. 16, n. 2, p. 157-173, 2018.
- REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. **Textos & Contextos**, v. 18, n. 2, p. e29611, 2019.
- REIS NETTO, R. M.; MIRANDA, W. D. Miradas sobre um direito do amanhã. *In*: RIBEIRO, L. J. **Da teoria geral aos novos**

direitos: um passeio jurídico dimensional. Campo Grande: Inovar, 2021.

REIS NETTO, R. M.; SANTOS, L. R. L.; MIRANDA, W. D.; BRASIL, S. N. L. É possível falar de violência processual? *In*: SANTOS, L. R. L. *et al.* **O direito Público e Privado no Século XXI:** Fronteiras e Desafios. Ananindeua: Edições dos Autores, 2018.

SANTOS, J. F. **Dados preliminares do trabalho ‘Efetividade da aplicação da Análise Criminal na circunscrição do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará’.** Orientador: Clay Anderson Nunes Chagas. (Em fase de elaboração)

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

TOLOSA, T. da S. R.; CAVALCANTE, C. C. S.; REIS NETTO, R. M.; NASCIMENTO, R. P. B. Cartografia do feminicídio em Belém-PA: uma análise dos casos registrados entre 2011 a 2018. *In*: XIII ENANPEGE. **Anais [...].** São Paulo, ANPEGE, 2019.

**Todos os direitos reservados
GAPTA UFPA**

Contatos: cnsgeo@yahoo.com.br

A presente obra foi organizada em torno de um objetivo basilar: apresentar uma série de conceitos e definições em torno da categoria territorialidade – um entendimento oriundo diretamente da noção de território, sob uma perspectiva de concepção interdisciplinar. A obra foi elaborada a partir de um processo colaborativo entre professores(as), estudantes e pesquisadores(as) que se destacaram e qualificaram as discussões de pesquisa neste espaço de debate interdisciplinar. Resulta, também, de movimentos de articulação intra e interinstitucionais e, principalmente, de ações de incentivo à ciência através do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que congrega pesquisadores renomados dos mais variados campos do conhecimento e de diferentes Instituições do Ensino Superior de abrangência (inter)nacional, inclusive. Neste sentido, a contribuição de todos os textos busca iluminar cada vez mais as temáticas acerca das territorialidades e os estudos socioambientais.

ORGANIZAÇÃO



APOIO

